



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA**

Instituto de Psicologia – IPS

*Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPSI*

**MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO**



**MAÉLLI ARA LI LIMA RODRIGUES**

**NARRATIVAS INSURGENTES DE MULHERES NEGRAS LÉSBICAS ACERCA  
DOS EFEITOS DAS DISCRIMINAÇÕES EM SEU BEM-ESTAR SUBJETIVO**

**SALVADOR**

**2022**

**MAÉLLI ARA LI LIMA RODRIGUES**

**NARRATIVAS INSURGENTES DE MULHERES NEGRAS LÉSBICAS ACERCA  
DOS EFEITOS DAS DISCRIMINAÇÕES EM SEU BEM-ESTAR SUBJETIVO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e do Trabalho.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elza Maria Techio

**Área de Concentração:** Psicologia Social e do Trabalho

**Linha de Pesquisa:** Cognição Social e Dinâmicas Interacionais

**SALVADOR**

**2022**

---

Rodrigues, Maélli Arali Lima  
R696 Narrativas insurgentes de mulheres negras lésbicas acerca dos efeitos das discriminações em seu bem-estar subjetivo. / Maélli Arali Lima Rodrigues – 2022.  
118 f.

Orientadora: Profa. Dra. Elza Maria Techio  
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

1. Mulheres. 2. Negras. 3. Lésbicas. 4. Identidade social. 5. Bem-estar. I. Techio, Elza Maria. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia. III. Título.

CDD: 305.42

---



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA**  
Instituto de Psicologia - IPS  
*Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI*  
**MESTRADO ACADEMICO E DOUTORADO**



## **DECLARAÇÃO**

Declaro, para os devidos fins, que a Sr.<sup>a</sup> **Maéli Arali Lima Rodrigues** teve a sua dissertação “NARRATIVAS INSURGENTES DE MULHERES NEGRAS LÉSBICAS ACERCA DOS EFEITOS DAS DISCRIMINAÇÕES EM SEU BEM-ESTAR SUBJETIVO” aprovada em sessão pública, realizada em 26 de agosto de 2022, via web conferência.

A emissão do Diploma está condicionada à entrega do trabalho final em sua forma definitiva.

Salvador, 26 de agosto de 2022.

Estrada de São Lázaro, 197 – Federação - 40210-730 –  
Salvador – Bahia - Brasil Telefone.: 71 3283.6442 Cel.:  
71 98707.1083  
[www.pospsi.ufba.br](http://www.pospsi.ufba.br) [secretaria.ppgpsi@ufba.br](mailto:secretaria.ppgpsi@ufba.br)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL  
DA BAHIA  
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E  
CONTRATOS**

**FOLHA DE ASSINATURAS**

---

*Emitido em 26/08/2022*

**DECLARAÇÃO Nº 7309/2022 - PPGPSI (12.01.67.01)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado eletronicamente em 13/09/2022 11:31 )*

SUELY AIRES PONTES

*PROFESSOR DO MAGISTERIO  
SUPERIORCAC/IPS (12.01.67.04)*

*Matrícula: 1560720*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufba.br/public/documentos/> informando seu número: **7309**, ano: **2022**, tipo: **DECLARAÇÃO**, data de emissão: **13/09/2022** e o código de verificação: **396bae22c9**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA**

Instituto de Psicologia – IPS

*Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPSI*

**MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO**



**TERMO DE APROVAÇÃO**

**“NARRATIVAS INSURGENTES DE MULHERES NEGRAS LÉSBICAS ACERCA  
DOS EFEITOS DAS DISCRIMINAÇÕES EM SEU BEM-ESTAR SUBJETIVO”**

**Maéli Arali Lima Rodrigues**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elza Maria Techio (Orientadora)**

*Universidade Federal da Bahia – UFBA*

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliana Prates Santana (Membro Interno)**

*Universidade Federal da Bahia – UFBA*

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Paula Rita Bacellar Gonzaga (Membro Externo)**

*Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG*

---

**Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Raimundo Cândido de Gouveia (Suplente Interno)**

*Universidade Federal da Bahia – UFBA*

Salvador, 26 de Agosto de 2022

**Dou fé.**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elza Maria Techio**

*A todas as mulheres que ousam sonhar em  
serem livres para pensar, sentir, viver e amar.*

*Que dance a linda flor, girando por aí  
Sonhando com amor, sem dor, amor de flor  
Querendo a flor que é, no sonho a flor que vem  
Ser duplamente flor, encanta, colore e faz bem*

*Maria Gadú – Bela flor*



## **Agradecimentos**

Peço licença, a quem veio antes de mim e pra minha gente, para descrever palavras que simbolizam o sentimento de imensa gratidão a minha ancestralidade e a magia das(os) encantadas(os) por caminharem lado a lado comigo. Enxugando minhas lágrimas, sendo coladas nas noites de cansaço e ensinando-me a arte da coragem quando o medo insiste em ecoar.

Sinto-me grata pela oportunidade de ter tido a encruzilhada como eixo de reflexão sobre como buscar meios de continuidade no percurso acadêmico e inserção na pós-graduação. Honrando a todas aquelas mulheres que em minha linhagem ancestral tiveram as portas fechadas no acesso à educação formal, quiçá libertadora. Sei que este lugar que ocupo é fruto de lutas pelo direito à vida, acesso à terra retirada dos povos originários que conduzem parte da minha árvore genealógica. Caminhando junto aos povos africanos que resistiram à travessia oceânica e aos povos ciganos que mantêm o seu legado cultural. Incluindo também todas(os) aliadas(os) que buscaram e continuam a buscar equidade para a vida em coletivo.

Agradeço a minha família biológica e afetiva que fizeram e fazem parte da teia de cuidados do meu ser, que acreditaram que deveria persistir na educação, que alimentaram meus sonhos com apoios, palavras amigas, pela referência de serem superação e o valor imensurável que possuem na minha trajetória, por serem conflito, bússola, amor, dedicação, partilha, atenção. Por todas as infinitas possibilidades de expressar afetividade e materiais que fortaleceram minhas raízes para alcançar ciclos de vida e realizações para além do profissional e acadêmico, por serem minhas primeiras referências na arte de educar e amar.

À Escola Batista, Empresa Ferbasa, Fundação José Carvalho e a toda sua rede filantrópica de escolas em que junto às bolsas de estudo, engatinhei e pude aprender a ler, escrever, compreender alguns dos códigos que me instrumentalizariam para a oportunidade conquistada de me tornar estudante universitária, considerando os sacrifícios de muitas(os) que vieram antes de mim. À Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) e todas as instituições públicas de ensino por fomentarem esse espaço crítico de formação e mudança social, os quais são de extrema valia por oferecerem oportunidades, encontros, habilidades para o mundo do trabalho e lições para a melhor de todas as escolas e universidades: a experiência de viver em variados sentidos e possibilidades.

Às educadoras e educadores, professoras e professores, orientadoras e orientadores de grupos de pesquisa, supervisoras e supervisores de trabalho e estágio, avaliadoras e avaliadores da banca do trabalho de conclusão de curso e da dissertação, bem como as orientadoras da

pesquisa que fizeram parte da minha caminhada não apenas escolar e universitária, mas também como ser atuante no mundo, consciente de seu caminhar e da necessidade de estar sempre aprendendo a ouvir outros pontos de vista, melhorando e exercitando o diálogo como meio de troca e adubo para que as ideias floresçam com mais vigor.

Aos amigos, amigas, amigos e companheiras presentes em minha memória por abrilhantarem meus dias, oferecendo colo, abrigo, suporte, alegria, afago, compreensão, discordâncias, sendo água em meio as dores, sendo fogo em meio ao desânimo, sendo chuva regando ensinamentos, os quais cultivo e sigo alerta. Obrigada pela paciência, compreensão, por acreditarem em mim quando eu já não enxergo meu potencial. Vocês são como flores que colore o jardim da vida, que o afeto continue reinventando e irrigando o sentido de amar.

À natureza e o tempo que com todo seu esplendor oferecem os nutrientes e ciclos que mantém a vida possível de existir. À espiritualidade e os espaços honestos que a cultivam em sua diversidade de crenças, ensinamentos e preceitos por onde já passei. Conduzindo sabiamente as emoções e a comunicação entre os mundos, ofertando energia, discernimento, consciência, proteção, inspiração e força. Agradeço a toda magia que nos faz brilhar.

À psicologia por ter abraçado minhas inquietações e me ensinado a ser, cada vez mais, questionadora, compreensível, criativa, sensível, organizada, comprometida no meu fazer profissional. Exercendo meu compromisso social e deixando minha semente por onde passo e colhendo frutos justos a minha práxis. As psicólogas que tive a oportunidade de ter vivenciado a psicoterapia, o lugar de ser escutada e acolhida. Aos movimentos sociais, terceiro setor e políticas públicas por serem combustíveis na reparação histórica das opressões, ofertando caminhos de revolução.

Às diversas trabalhadoras e trabalhadores que mantém a sociedade funcionando, como áreas de alimentação, transporte, limpeza, saúde, comércio, funções administrativas que fizeram e fazem a minha jornada ser possível.

Às pessoas que conheci na mudança para Salvador, as quais me proporcionaram trilhar novas experiências, tornando-se referências, me revirando do avesso naquilo que precisei perceber em mim e no outro com mais cuidado. A todas as expressões artísticas e movimentos sociais por oferecerem sentido ao mundo subjetivo, transcendência à imaginação e representarem as inquietações e desejos de mudança de diversos grupos sociais.

Não poderia deixar de agradecer ao Grupo de estudos e pesquisa em gênero, raça, cultura e sociedade (CANDACES), Grupo Enlace, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) que concedeu a bolsa de Iniciação Científica (IC) na graduação e nos instantes finais do mestrado a chegada da sonhada bolsa de Mestrado que possibilitou continuar vivo o trabalho

e o conhecimento aqui articulado e descrito. Grata ao Projeto Força Feminina (PFF) e toda sua equipe, assim como à página Lésbicas que Pesquisam, Ação Lésbica do Distrito Federal, Laboratório Inteligência de Vida (LIV), Humana Brasil, Rede de Mulheres Afrodescendentes da Baía de Todos os Santos (REMARIS), Coletiva MAHIN, Potências Lésbi pelas oportunidades de trabalho, de conhecer pessoas fantásticas e aprender com elas, fortalecendo a perspectiva de atuação e fortalecimento em grupo.

E para finalizar, mas não menos importante, a todas as mulheres que são protagonistas de suas vidas e que participaram das entrevistas partilhando suas narrativas, experiências, dores, estratégias de enfrentamento e ressignificações, como as juízas que colaboraram com a análise dos dados. As quais trouxeram todas em suas vozes experiências plurais que inspiram a autora em fomentar o valor que se tem a oralidade como recurso metodológico e de produção científica, contribuindo para a difusão de outras perspectivas de saberes, mantendo o rigor científico e a apuração cuidadosa dos resultados.

Agradeço as páginas das redes sociais que possibilitaram me conectar com as entrevistadas, sendo um possível recurso para ser explorado pelo campo da psicologia social a fim de contribuir com pesquisas mais sensíveis e éticas ao papel das(os) psicólogas(os) na sociedade brasileira. Mantendo a chama que aqui foi alimentada para campos de atuação e conhecimento que tenham interesse em oferecer às mulheres negras lésbicas ações considerando suas pertencas sociais e subjetivas.

Sou grata pela oportunidade de pensar e reajustar, quantas vezes fossem necessárias, esse trabalho, proporcionando a quem lê um refinamento analítico atrelado à dimensão política e psicossocial.

Agradeço, mais uma vez, a toda coletividade que compõe o resultado desse escrito e as energias que pulsam em meu ser permitindo ser fluída e potente nessa missão, mesmo diante desse singular contexto de crise sanitária advinda da pandemia e de crise econômica e política presente no Brasil e ao redor do mundo.

Grata por aprender a fazer da palavra modo de transformar o caos em calma, o silêncio em poesia e as dores que ainda nos ferem em possibilidades de pensar em um outro mundo possível. No qual, as mulheres que amam outras mulheres sejam respeitadas por serem quem são e que possamos multiplicar formas de cuidado e as tecnologias de produção de saúde que já existem. Compreendendo a diversidade como perspectiva de composição de quem somos e a qual nos ensina como manter o respeito das interações social em comunidade.

## Resumo

Para entender a realidade social que as mulheres negras lésbicas vivenciam no Brasil, é preciso situar o quanto os processos sócio-históricos ainda estão vinculados à estereótipos, preconceitos e discriminações que reforçam estruturas de desigualdade e exclusão social. Logo, por meio desse estudo buscou-se evidenciar como se constitui a identidade das mulheres negras lésbicas, explorando as percepções que as entrevistadas possuem acerca das discriminações presentes no seu dia a dia e de que forma se associam ao seu bem-estar subjetivo. Nesse sentido, a literatura científica brasileira ainda carece de pesquisas que abordem a multiplicidade de categorias identitárias dessas mulheres, sobretudo na área da psicologia social. Para ilustrar, os estudos encontrados mostram que a depressão, os transtornos de ansiedade e o suicídio acometem em maior número a população LGBTQIA+, quando comparado à população heterossexual e cisgênero, sendo algumas das causas a LGBTfobia, exclusão familiar e vulnerabilidades sociais acometidas. Assim, para a realização dessa investigação foi essencial articular as lentes teóricas do feminismo negro acerca da interseccionalidade junto a algumas teorias da psicologia social acerca da identidade social e das discriminações, e da teoria da psicologia positiva sobre bem-estar subjetivo. A abordagem metodológica utilizada foi qualitativa, descritiva e exploratória, participaram ao todo 6 mulheres negras (pretas e pardas autodeclaradas), lésbicas, brasileiras e que compartilharam suas vivências por meio do questionário sociodemográfico e da entrevista narrativa episódica. Os resultados alcançados, por meio da análise temática, apontam como as discriminações produzem efeitos que geram sofrimentos emocionais e insegurança social, por outro lado, as estratégias individuais e coletivas de enfrentamento são destacadas pelas entrevistadas como recursos de promoção de autoestima e fortalecimento do pertencimento grupal. Nota-se com as narrativas das participantes o quanto a psicologia social pode colaborar para a compreensão e valorização não apenas das múltiplas categorias de pertencimento identitário e seus entrelaces com os fenômenos grupais, mas como o racismo e lesbofobia podem trazer várias consequências para a vida dessas mulheres. Evidencia-se a necessidade latente de se pensar em possibilidades de trazer mais visibilidade para as demandas sociais e psicológicas dessas mulheres. Investindo-se no diálogo entre a psicologia social e as políticas públicas, como meio de promover qualificação profissional e melhorias no bem viver dessas mulheres.

**Palavras-chave:** Mulheres negras lésbicas. Identidade social. Discriminações. Bem-estar subjetivo.

## **Abstract**

To understand the social reality that black lesbian women experience in Brazil, it is necessary to situate how socio-historical processes are still linked to stereotypes, prejudices and discrimination that reinforce structures of inequality and social exclusion. Therefore, through this study, we sought to highlight how the identity of black lesbian women is constituted, exploring the perceptions that the interviewees have about the discrimination present in their daily lives and how they are associated with their subjective well-being. In this sense, the Brazilian scientific literature still lacks research that addresses the multiplicity of identity categories of these women, especially in the area of social psychology. To illustrate, the studies found show that depression, anxiety disorders and suicide affect the LGBTQIA+ population in greater numbers when compared to the heterosexual and cisgender population, with some of the causes being LGBTphobia, family exclusion and social vulnerabilities. Thus, in order to carry out this investigation, it was essential to articulate the theoretical lens of black feminism about intersectionality with some theories of social psychology about social identity and discrimination, and the theory of positive psychology about subjective well-being. The methodological approach used was qualitative, descriptive and exploratory, with a total of 6 black women (self-declared black and brown), lesbian, Brazilian, who shared their experiences through the sociodemographic questionnaire and the episodic narrative interview. The results achieved, through thematic analysis, point out how discrimination produces effects that generate emotional suffering and social insecurity, on the other hand, individual and collective coping strategies are highlighted by the interviewees as resources for promoting self-esteem and strengthening group belonging. It is noted with the participants' narratives how social psychology can contribute to the understanding and appreciation not only of the multiple categories of identity belonging and their intertwining with group phenomena, but how racism and lesbophobia can bring several consequences to the lives of these women. The latent need to think about possibilities to bring more visibility to the social and psychological demands of these women is evidenced. Investing in the dialogue between social psychology and public policies, as a means of promoting professional qualification and improvements in the well-being of these women.

**Keywords:** Black lesbian women. Social identity. Discrimination. Subjective well-being.

## Lista de Abreviaturas e Siglas

APA	<i>American Psychology Association</i>
BES	Bem-estar Subjetivo
BEP	Bem-estar Psicológico
CANDACES	Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Raça, Cultura e Sociedade
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CID	Classificação Internacional de Doenças
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COVID-19	Doença por Coronavírus
CPDS	Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual
EM	Estresse de Minoria
EUA	Estados Unidos
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
GGB	Grupo Gay da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Iniciação Científica
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGB	Comunidade de Lésbicas, Gays e Bissexuais
LGBT	Comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTQIA+	Comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e outras Identidades de Gênero e Sexualidade
LEPPS	Laboratório de Estudos dos Processos Psicológicos e Sociais
LES	Laboratório de Estudos e Pesquisas em Lesbianidade, Gênero, Raça e Sexualidade
LIV	Laboratório Inteligência de Vida
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PFF	Projeto Força Feminina
PNAISM	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PPGSI	Programa de Pós-Graduação em Psicologia
REMARIS	Rede de Mulheres Afrodescendentes da Baía de Todos os Santos
SEMUR	Secretaria Municipal de Reparação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

## Sumário

<b>Introdução</b>	<b>16</b>
<b>1. Descortinando a Realidade Psicossocial Vivenciada pelas Mulheres Negras Lésbicas no Brasil</b>	<b>24</b>
1.1 Compreendendo a dimensão sócio-histórica das relações raciais, de gênero e sexualidade	24
1.2 Afrosapatões: aspectos identitários raciais, de gênero e sexualidade	29
1.3 Perspectiva histórica e a complexidade da identidade social	32
<b>2. Entendendo as Discriminações e suas relações com o Bem-Estar Subjetivo</b>	<b>39</b>
2.1 Racismo, lesbofobia e a multiplicidade das discriminações	39
2.2 Repercussões das discriminações no bem-estar subjetivo	46
<b>3. Caminhos Metodológicos</b>	<b>55</b>
3.1 Metodologia	55
3.2 As participantes da pesquisa	55
3.3 Instrumentos	57
3.4 Procedimentos de coleta de dados	59
3.5 Procedimentos de análise de dados	60
3.6 Acordo de juízas	61
3.7 Aspectos éticos da pesquisa	62
3.8 Apresentando os temas e subtemas	63
<b>4. Resultados alcançados</b>	<b>66</b>
4.1 Resultados e discussões	66
4.1.1 Identidade	66
4.1.2 Discriminações	75
4.1.3 Bem-estar subjetivo	81
4.1.4 Suporte social	92
<b>Considerações gerais</b>	<b>97</b>
<b>Referências</b>	<b>103</b>
<b>Apêndices</b>	<b>112</b>
Apêndice A: Termo de consentimento	112
Apêndice B: Questionário sociodemográfico	115
Apêndice C: Roteiro da entrevista narrativa episódica	116
Apêndice D: Convite para entrevistadas	117
<b>Anexo</b>	<b>118</b>
Anexo A: Sessão especial na Câmara Municipal de Salvador	118

## Introdução

Em memória de Luana Barbosa, mulher negra, lésbica, periférica; em memória de Marielle Franco, mulher negra, bissexual, cria da Maré; em memória de Lorena Vicente, mulher negra trans, jovem, periférica. Ao perceber como a sociedade se articula, tona-se difícil esquecer de que todas elas tiveram suas vidas interrompidas pelas engrenagens sociais desse país. Nas quais, o racismo, sexismo, cisheteronormatividade<sup>1</sup> perpetuam o controle dos corpos e deflagram quem tem o direito de viver. Quais vidas realmente importam? As discriminações não dão descanso a quem pertence aos marcadores identitários que destoam das normatividades impostas durante o processo histórico de colonização.

É na partilha da rede de interações que nos constituem que se impulsiona o ato de coragem para continuar arquitetando projetos de mudança social. Onde hajam espaços e instituições em que outras mulheres negras, indígenas, ciganas, lésbicas, bissexuais e transexuais possam caminhar, existir sem medo de sofrer violência, sem medo da rejeição, sem medo da negação de sua identidade e afetividade, sem medo da exclusão no mundo do trabalho, sem medo de ir e vir. Nessa tentativa de percorrer as memórias, resgata-se a esperança de continuar lutando, seja pela conquista das condições primordiais de sobrevivência no mundo capitalista, neoliberal e globalizado, seja pela conquista de novas liberdades movidas pela sede de justiça, pela busca de representatividade e direitos em espaços antes negados, criando alicerces para a reconstrução de perspectivas futuras de vida.

Conseguir se afirmar como mulher negra e lésbica não é um percurso linear, sem dores e silenciamentos, sobretudo aquelas que vivenciam suas experiências identitárias em cidades do interior. Não se pode deixar de contar que nesses territórios ainda permeiam algumas heranças do período colonial, no que diz respeito às crenças relacionadas aos aspectos de gênero, raça e sexualidade. Embora se reconheça as riquezas culturais, ambientes férteis e frutíferos presentes em cidades de pequena extensão territorial, é preciso resgatar a memória de que nesses lugares, a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais e outras identidades de gênero e sexualidade (LGBTQIA+) é

---

<sup>1</sup> O termo “cisheteronormatividade” diz respeito a um dos fundamentos da organização social brasileira em que se impõem e se reproduzem nas instituições, relações, ambientes diversos códigos que regulam corpos a se manterem identificados no gênero designado no momento do nascimento, criando a norma denominada como cisgênero, bem como a noção de que as pessoas só podem tecer afetos, interações e sua sexualidade expressa na heterossexualidade (Akotirene, 2018).



ainda intensamente invisibilizada, discriminada e excluída de variados grupos e contextos de interação sociocultural.

Desta maneira, compreende-se o quanto a constituição da identidade pessoal e social da pesquisadora, cria periférica do interior que migra durante a juventude até a cidade grande, foram permeadas por um cenário de desigualdades. Todavia, pelo acesso à educação, arte, movimentos sociais, páginas da web (*tumblr, twitter, blogs*) e com o suporte de sua rede de apoio, conseguiu alcançar a oportunidade de atribuir novos sentidos a sua existência, sobretudo por meio da compreensão da realidade coletiva e das estratégias de enfrentamento criadas para resistir a uma sociedade que nega o bem viver de determinados grupos sociais (Alves, 2019; Davis, 2016; Melo, 2014; Santos, 2006; Toledo, 2008).

Na encruzilhada entre o que se vivencia e o que se sente, esse escrito foi gestado tangenciando a memória e consciência, emoção e discurso como recursos de criação. Trazendo as feridas que ainda latejam para a condução desse enlace entre a realidade, onde os corpos são localizados, junto à produção científica do campo da psicologia social. As autoras<sup>2</sup> Hooks (2005), Kilomba (2019), Lorde (1983), Messeder (2014) e Nascimento (2019) falam sobre a organização da raiva e da tristeza através da escrita, bem como a importância de elencar as categorias identitárias de pertencimento social para rememorar as experiências que são vivenciadas e tensionar as normas geopolíticas do saber científico.

Em meio à situação pandêmica, da doença por coronavírus (COVID-19), não se poderia deixar de salientar o quanto as vulnerabilidades têm se expandido e os meios de se reinventar em meio à crise econômica, política e sanitária do país se tornam mais escassos, mas é nesse fazer da escrita, por vezes, doloroso, que surgem brechas para a escuta de narrativas que apontam em suas vivências caminhos de transformação a partir do reconhecimento da alteridade.

A fim de ilustrar o caminho percorrido para fomentar a discussão dessa temática, elenca-se que muitos discursos e comportamentos presentes em várias famílias, igrejas, escolas, entre outras instituições, grupos e ambientes sociais, revelam o quanto os estereótipos, preconceitos e discriminações tem afetado o bem viver de mulheres negras lésbicas. Consequentemente, as violações de direitos também têm despertado o interesse da pesquisadora, sensibilizando-a a perceber como de modo sutil o silenciamento também reverbera na existência dessas mulheres.

---

<sup>2</sup> A pesquisadora utiliza o termo “autora” e “autor” antes das referências citadas para identificar o gênero de quem escreve, considerando as reflexões políticas e científicas das pesquisas que estão articuladas teoricamente com contribuições da epistemologia feminista (Rago, 2013).

Por meio dessa construção de estudos referentes às mulheres negras lésbicas e a psicologia social, a pesquisadora evidencia algumas motivações para que o(a) leitor(a) possa compreender a escolha dessa temática, a fim de refletir sobre as inquietações que perpassam as suas experiências em coletividade. É preciso destacar que com esse trabalho, expomos as dores, mas também a resistência advinda na expressão de si, na busca pelo amor e na liberdade de sermos quem quisermos ser. Fala-se aqui de mulheres que amam outras mulheres, que desejam outras mulheres e que rompem com as crenças impostas sobre a heterossexualidade<sup>3</sup>, sexismo<sup>4</sup> e outras formas de controle social.

Os discursos e práticas sociais que inferiorizam corpos de mulheres negras nas representações sociais são outro componente que mobilizam esse estudo, principalmente, ao se olhar para a realidade brasileira que possui heranças das crenças sociais advindas da colonização ocidental, que reforçam comportamentos excludentes e a oferta de espaços que possuem recursos simbólicos e materiais escassos para sua existência. Por sua vez, observa-se nas interações sociais como os trabalhos braçais, domésticos, ligados ao comércio sexual, com poucos direitos assegurados e salários inferiores são sistematicamente direcionados às mulheres negras (Davis, 2016; Gonzalez, 1984; Nunes, 2015; Pacheco, 2008; Silva, 2017).

Vale acrescentar que nesse trabalho adota-se a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que engloba as pessoas pretas e pardas autodeclaradas como a população negra (Petruccelli & Saboia, 2013). Pensando a realidade do Brasil, os traços fenotípicos e a cor de pele identificam quem passa por situações de preconceito e discriminação racial (Gonzalez, 1984; Munanga, 2004; Souza, 1983). Enquanto mulher negra de pele clara e pertencente a categoria racial parda, segundo o IBGE (2013), a pesquisadora reconhece em suas singulares experiências como seu corpo vivencia nas interações sociais situações de hiperssexualização, julgamentos, assédios presentes habitualmente. Mas que paralelo a isso, também reconhece que possui acessos e oportunidades distintas diante dos seus traços fenotípicos e tonalidade de pele. O que reforça a necessidade de articular raça, gênero e sexualidade, levando em consideração os aspectos da identidade social no campo da ciência em Psicologia Social. Como elucida a autora Santos (2019) em seus estudos acerca da experiência de mulheres africanas com o status de refugiada, tendo a psicologia social e a análise

---

<sup>3</sup> Refere-se as pessoas que se atraem sexualmente e desenvolvem relações de afeto apenas com pessoas do gênero oposto ao seu, ou seja, entre homens e mulheres (Toledo, 2008).

<sup>4</sup> Corresponde a estrutura de organização social em que as divisões dos espaços, acessos na sociedade, as crenças relacionadas às mulheres e homens ocorrem de modo desigual, sendo reforçados discursos que excluem e inferiorizam as mulheres, por outro lado são atribuídos papéis sociais que valorizam os homens e naturalizam comportamentos discriminatórios cometido por eles contra as mulheres (Gonzalez, 1984; Pacheco, 2008).

interseccional como diálogos possíveis para o entendimento desse e de outros fenômenos transversais.

Tomando como referencial as autoras Akotirene (2018), Crenshaw (2005), Gonzalez (1984), Lorde (1983), Messeder (2014) e Rago (2013) que discutem a dimensão das experiências sociais e subjetivas como possibilidade para a escrita, arrisco-me trazer essas contribuições da epistemologia feminista para refletir sobre as narrativas que inspiraram a condução dessa pesquisa. Traçando o fazer ciência de forma engajada, sensível analiticamente e que contribua para disseminar autoras que na geopolítica do conhecimento foram invisibilizadas, mas que trazem discussões insurgentes para a elucidação da realidade social.

Ao se falar sobre as produções científicas relacionadas às mulheres lésbicas no campo da psicologia social ainda se observa pouca visibilidade, e os estudos que foram encontrados, em sua maioria, trazem discussões voltadas para a realidade de mulheres lésbicas brancas (Silva, 2016). Ademais as áreas das ciências sociais e o campo de estudos feministas têm se mostrado pioneiros na compreensão da realidade dessas mulheres, o que suscita refletir sobre como o campo da psicologia social pode se inserir. Levantando questionamentos e possibilidades de intervenção práticas não apenas no contexto acadêmico, mas em todos os espaços em que essas mulheres estejam presentes (Lemos, 2021). Atentando-se para as suas narrativas e as experiências de gênero, relações étnico-raciais e de sexualidade que se articulam de forma inseparável nas teias subjetivas e analíticas (Santos, 2019).

Incluindo os casos de patologização de sua identidade, seja pela negação social advindo do reforço das interações sociais e crenças voltadas para heterossexualidade, ausência de representatividade na mídia, bem como a criminalização e punição social da homossexualidade, no caso desse trabalho das mulheres lésbicas (Alves, 2019; Toledo, 2008; Tolentino, 2018). Nesse ponto, é viável compartilhar que essas situações descritas perpassam também as experiências subjetivas da pesquisadora, as quais instigam a tecer nesse estudo um compromisso ancorado na dimensão ética, política e científica com as nossas demandas e contribuições para o enfrentamento às discriminações.

Diante disso, é preciso considerar e fazer emergir o papel das ciências humanas, mesmo num caótico contexto político de iminentes desvalorizações e perdas contínuas de recursos materiais, de colaborar para a promoção de estratégias de enfrentamento ao preconceito. Vale destacar que esse estudo pode colaborar para orientar famílias, estudantes, pesquisadores e profissionais que desejem perceber com sensibilidade, seriedade e contribuir para amenização

dos comportamentos discriminatórios e a compreensão da gravidade que se apresenta nos indicadores de lesbocídio<sup>5</sup> (Francisco, Barros, Pacheco, Nardi & Alves, 2020).

Enquanto produção científica salienta-se a necessidade de pesquisas com essa temática, considerando que na literatura nacional é pouco presente estudos acerca das mulheres negras lésbicas e, menos ainda, que correlacionem os efeitos das discriminações em seu bem-estar (Cardoso & Ferro, 2012; Rede Feminista de Saúde, 2006; Toledo, 2008; Tolentino, 2018). Conseqüentemente, por meio da elaboração desse estudo, busca-se aprimorar a compreensão de como algumas das categorias identitárias (mulher preta e lésbica) são afetadas socialmente pelos estereótipos, preconceitos e discriminações presentes na sociedade brasileira. Suscitando a busca da pesquisadora, leitora e leitor por outras produções que possam abranger conteúdos e reflexões pertinentes ao campo desse estudo.

Vale salientar que a comunidade LGBTQIA+ continua sofrendo, em vários países, uma série de violências que colaboram para a produção de sofrimento emocional (Albuquerque, Parente, Belém & Garcia, 2016). As autoras Soares, Peres e Dias (2021) apontam através do mapa das violências que a maior parte das agressões registradas, dos assassinatos ou suicídio notificados sobre as mulheres lésbicas ocorreram antes delas completarem 30 anos de idade, ou seja, na juventude. O perfil de quem agride é, geralmente, composto por homens conhecidos e/ou com relações familiares, o que intensifica a sensação de insegurança social e sofrimento emocional (Soares, Peres & Dias, 2021).

Fundamentado nas produções de pesquisadoras e autoras negras sobre a perspectiva teórica-metodológica da interseccionalidade e do feminismo negro, como: Akotirene (2018), Crenshaw (2005), Gonzalez (1984) e Lorde (1983), no referencial da cognição social, no campo da psicologia social, foram elencadas as discussões teóricas sobre os estereótipos, preconceitos e discriminações discutidas pelos autores e autoras Fiske (1998), Lima (2020), Major e Dover (2016), Pereira (2013) e Stangor (2016), e na teoria da identidade social pelo autor e autoras Turner (1985) e Roccas e Brewer (2002), busca-se um diálogo em que se possa elaborar percepções mais aguçadas sobre a constituição das múltiplas categorias identitárias dessas mulheres.

Acrescenta-se que os autores Lacerda, Pereira e Camino (2002) apresentam em seus estudos como a perspectiva ético-moral, juntamente com a crença religiosa cristã sobre a homossexualidade influenciou significativamente na representação de que lésbicas e gays

---

<sup>5</sup> Abrange os casos de assassinatos, crimes, negligências cometidas contra as mulheres lésbicas em específico, ocorrendo assim um acompanhamento das características que descrevem, geralmente, esses acontecimentos (Francisco, Barros, Pacheco, Nardi & Alves, 2020).

seriam desviantes da norma, pessoas promíscuas, traumatizadas, acometidas de distúrbios fisiológicos, hormonais, gestacionais ou psicológicos, legitimando discursos pejorativos, preconceituosos, que as criminalizam e patologizam.

Vale abordar que a crença de normalidade também passa a ser adotada como categoria de classificação do que seria patológico. Conseqüentemente, as pessoas vistas como loucas, promíscuas e perigosas como as mulheres lésbicas passaram a ser internadas e excluídas do ambiente familiar em que essa perspectiva era compartilhada (CFP, 2019). Ressalta-se que apenas em 17 de maio 1990 ocorreu a modificação na Classificação Internacional de Doenças (CID) do termo homossexualismo para homossexualidade, pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Considerando que o sufixo “ismo” denota algo patológico, sendo o atual termo utilizado para reforçar que não se constitui como doença, nem distúrbio mental, nem perversão sexual (Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual [CPDS], 2017).

Ao falar sobre as discriminações raciais e sexuais, injustiças e exclusões sociais, os sofrimentos advindos das relações sociais nas escolas, família, igrejas, na mídia, espaços públicos que não aceitam lésbicas e gays, implica também em pensar a atuação profissional e científica no âmbito da psicologia social junto à elaboração de práticas compromissadas com a diversidade de contingências sociais e culturais que constituem as múltiplas categorias identitárias. Desse modo, a produção desse conhecimento possibilita a construção de caminhos para intervenções mais qualificadas na atuação profissional. Sendo primordial esse arcabouço científico para que se possa oferecer alicerce para uma prática que não reproduza discursos e ações enviesadas pela crença ético-moral, religiosa, patologizante e/ou discriminatória com a população LGBTQIA+, sendo a necessidade desse repertório profissional diverso culturalmente sinalizado pelas autoras Tavares e Kuratani (2019), a partir de suas investigações, como essencial para psicólogas(os).

A mudança da perspectiva biomédica para uma noção biopsicossocial referente à homossexualidade contribui para que os julgamentos que patologizam e criminalizam sejam repensados (Toledo & Pinafi, 2012). Nesse sentido, se redireciona a atenção não para o sujeito, mas para o contexto, instituições e discursos que operam no entendimento do que é visto como perversão, doença, pecado, estranho, anormal, devasso (Silva, 2016). Desenvolve-se, conseqüentemente, espaço para o questionamento dessas crenças, trazendo à tona as conseqüências dos preconceitos e discriminações, as quais desencadeiam em comportamentos de exclusão, hostilidade, coerção, humilhação, entre outros.

Levando em consideração as elucidações comentadas anteriormente, pretende-se responder nesse estudo a seguinte questão: De que forma as mulheres negras lésbicas percebem os efeitos dos comportamentos discriminatórios relacionados à sua sexualidade em seu bem-estar subjetivo? Tendo como objetivo geral, explorar a percepção que as mulheres negras lésbicas possuem das discriminações relacionada à sexualidade e pertencimento racial e sua associação com o bem-estar subjetivo. Já os objetivos específicos articulados foram: Explorar a percepção das experiências de lesbofobia e racismo identificadas em seu cotidiano; Elencar em quais ambientes sociais são percebidos, mais frequentemente, essas discriminações; Analisar como as discriminações (sexual e racial) percebidas pelas participantes se associam com o seu bem-estar subjetivo.

Dialogar sobre como elas percebem os efeitos dessas discriminações contribui para a ruptura da invisibilidade, possibilitando a elaboração de novas estratégias de produção de cuidado e atenção psicossocial. Esse saber que é orientado pela compreensão de narrativas enunciadas pela voz das participantes e que passaram por experiências de discriminação, traz em voga modelos de produção de conhecimento que evidenciam como as pesquisas também podem garantir veracidade científica a partir de relatos verbais e da aproximação da pesquisadora com os fenômenos investigado (Lemos, 2021; Messeder, 2014; Silva, 2016).

Levando em consideração que ciência de forma inevitável é também política, as pesquisas em psicologia social devem buscar elucidar estratégias, por exemplo, para a redução dos preconceitos, promoção de saúde, incentivando o respeito à diversidade e a garantia de direitos (Santos, 2019; Stangor, 2016). Vale acrescentar que a formação de políticas públicas, coletivos e redes de apoio voltadas para a cidadania de mulheres negras lésbicas, segundo CPDS (2017), cumprem papel importante em seu fortalecimento identitário.

No movimento de trazer a aproximação com as histórias de vida de quem vivencia as discriminações e ressignificações se elaboram caminhos outros de produção do conhecimento (Lemos, 2021). Nesse sentido, a escuta de quem vive o que se estuda pode alicerçar pontes para a condução teórica e práxis da psicologia, enquanto uma ciência que também se faz junto a narrativas. De acordo com as autoras Lemos (2021), Silva (2016), Soares, Peres e Dias (2021) as mulheres lésbicas, geralmente, passam por momentos em que seu ato de fala é impedido, desqualificado ou visto como insignificante, podendo sofrer perseguições e desaprovações em suas interações sociais. Isso implica em dizer que escutá-las é promover um espaço de reconhecimento de sua identidade social, sendo os julgamentos despidos e as discriminações combatidas.

Tendo em vista isso, essa pesquisa se torna relevante por contribuir na produção e disseminação de informações que podem auxiliar no enfrentamento às discriminações, oferecendo embasamento científico para a elaboração de ações que promovam segurança, acolhimento e promoção de bem-estar para essas mulheres (CFP, 2019), considerando a variedade de processos de discriminação que elas vivenciam, historicamente, na sociedade brasileira (Alves, 2019; Toledo, 2008).

A narrativa dessas mulheres permite conduzir um movimento de valorização e protagonismo de suas vivências, enunciando outras percepções acerca dos elementos que constituem suas identidades sociais e pessoal (Lemos, 2021). Afinal, a criação de práticas de acolhimento e cuidado na psicologia requer estudos próximos aos arranjos sociais e a quem se destina essa atuação, a escuta das entrevistadas oferece uma ampliação dos horizontes de produção científica da psicologia social e norteia possibilidades de entendimento sobre o fenômeno do bem-estar na comunidade de mulheres negras e lésbicas.

Buscando situar o(a) leitor(a) no percurso de desenvolvimento da dissertação será brevemente apresentada sua estrutura. No primeiro capítulo e nos respectivos subtópicos é discutido como o contexto social brasileiro é permeado por interações grupais que são, historicamente, influenciadas pelos dispositivos de poder instaurados com o processo colonizador, delineando crenças que afetam as mulheres negras lésbicas e reverberam até os dias atuais. Explora-se também as categorias sociais de pertencimento e a forma como se entrelaçam constituindo aspectos identitários, abrangendo a noção de negritude e lesbianidade.

O segundo capítulo e subtópicos abordam como os tipos de discriminações advindos do racismo e lesbofobia se articulam às reações emocionais e outras dimensões do bem-estar subjetivo (BES) dessas mulheres. Já o terceiro capítulo busca apresentar as escolhas metodológicas, sendo a pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, utilizando as entrevistas narrativas episódicas e a análise temática para interpretar os dados.

O quarto capítulo apresenta os resultados e discussões estabelecendo relações com a literatura especializada e sintetizando as principais reflexões extraídas por meio da minuciosa análise das entrevistas. No quinto e último capítulo é elencada as considerações gerais resgatando os objetivos, limitações da pesquisa, destacando os avanços e contribuições para o campo teórico-prático da Psicologia Social e dos Direitos Humanos, dialogando com os eixos ciência, profissão e política.

## Capítulo 1

### **1. Descortinando a Realidade Psicossocial Vivenciada pelas Mulheres Negras Lésbicas no Brasil**

#### **1.1 Compreendendo a dimensão sócio-histórica das relações raciais, de gênero e sexualidade**

De acordo com pontuações discutidas por Akotirene (2018), Nogueira (2017) e Nunes (2015), é possível perceber o modo que as categorias que constituem a identidade das mulheres negras lésbicas demarcam nas interações sociais experiências de preconceito e discriminação vivenciada por essas mulheres em seu cotidiano, advindas das relações desiguais de poder instituídas com o racismo e sexismo. No contexto do Brasil, notoriamente, o processo colonizador é crucial para descrever as causas dessas opressões, sejam de gênero, sexualidade raça e etnia.

Dialogar sobre essa temática é um trabalho desafiador frente às normas de controle social que negligenciam o acesso à saúde, medidas de proteção, segurança, cuidado e outros direitos que deveriam ser assegurados (Braz, 2018; Tolentino, 2018). Além disso, a conjuntura histórica mostra que muitas mulheres lésbicas foram internadas em unidades hospitalares psiquiátricas há pouco menos de um século atrás, como também continuam passando por experiência de violência, como a psicológica, física, patrimonial, entre outras (Alves, 2019; Foucault, 1972; Toledo, 2008; Tolentino, 2018). As autoras Akotirene (2018), Gonzalez (1984), Nunes (2015) e Schucman (2012) também retratam em seus estudos como as relações de poder hierarquizam a representação da branquitude, sendo designado às mulheres negras papéis sociais de exploração e/ou hiperssexualização.

Vale lembrar que o Brasil foi colonizado por uma cultural ocidental de moral judaico-cristã, em que durante muito tempo, e até os dias atuais, para determinados setores da sociedade, a homossexualidade era considerada uma doença, prática imoral, libertina, em que o Estado e a ciência poderiam intervir por meio de ações punitivas e higienistas (Foucault, 1972). O que pode ser observado, atualmente, nos discursos e propostas disseminadas por profissionais que defendem a “cura gay”. Tais discursos tem mobilizado o CFP (2019) em reafirmar os princípios norteadores do Código de Ética de atuação da(o) psicóloga(o), os quais não corroboram e repudiam práticas psicológicas que propaguem suas convicções religiosas e morais em detrimentos de outras, sendo organizadas chapas, em 2019, para concorrer ao CFP visando a



revogação da Resolução CFP nº 01/1999 que veta qualquer ação coercitiva de punição e/ou patologização da homossexualidade por profissionais da psicologia.

Quando se reflete a dimensão histórica do país durante o período da colonização, não se pode deixar de mencionar o quanto muitas mulheres negras e indígenas foram assediadas e estupradas, naturalizando violências que reverberam até os dias atuais, conforme afirmam as autoras Pacheco (2008) e Priore (2009). Por conseguinte, a vivência das mulheres lésbicas não se restringe à patologização da lesbianidade, deve-se elencar a hiperssexualização e fetichização (erotização e objetificação) como fenômenos sociais que podem ser direcionados aos seus corpos (Soares, Peres & Dias, 2021). Esse dado pode ser compreendido no convívio em instituições sociais quando ocorrem frequentes casos de assédio, como em discursos recorrentes sobre o desejo de homens verem ou estarem junto às suas interações sexuais/afetivas e dos riscos de sofrerem estupro corretivo, em outras palavras, a partir da violência sexual coagir a serem heterossexuais e/ou puni-las (Braz, 2018; Toledo, 2008).

Dessa maneira, o entendimento dos processos advindos da colonização perpassa pelo entendimento de como o racismo, patriarcado, cisheteronormatividade podem ser agentes que delineiam a produção de estereótipos, preconceitos e discriminação. Sendo essa constatação fundamental para identificar como as relações de poder afetam também as interações intergrupais e a tentativa de controle dos corpos pela socialização de crenças que corroboram para a manutenção dessas estruturas (Akotirene, 2018; Gonzalez, 1984; Nogueira, 2017; Nunes, 2015; Priore, 2009; Schucman, 2012).

Mas afinal, o que são relações de poder? Por que falar sobre colonização em um trabalho que discute discriminação? E justamente, a partir dessas inquietações, que se convoca a leitora ou leitor a refletir sobre quais enredos psicossociais constituem sua história. Talvez isso seja o ponto de partida para o entendimento do “eu”, talvez seja a realidade posta desde o dia que cada corpo chega ao mundo que possa oferecer as pistas e direções para quais caminhos serão possíveis seguir. Acredita-se que no movimento de rever o passado, flui a compreensão sobre quem são, quais realidades são impostas e quais subversões são lançadas pelas mulheres negras lésbicas no contexto brasileiro e, sobretudo, no protagonismo de suas histórias.

Para iniciar, as autoras Akotirene (2018), Alves (2019), Gonzalez (1984) e Nogueira (2017) abordam como o racismo e sexismo se estabelecem nas interações sociais, demarcando barreiras na vida das pessoas não brancas, seja pela imposição de padrões, seja pelas normas e valores a serem seguidos. Esses padrões, normas e valores, por sua vez, são instituídos com o processo de colonização europeia nas extensões territoriais da América Latina, onde os povos

indígenas passaram a serem “despojados dos territórios que habitavam, de seus espaços de reprodução social e cultural e também de sua própria cultura, cosmovisões e modos de vinculação com a natureza” (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, [CEPAL], 2015, p. 13).

Com o comércio escravocrata, diversos povos africanos foram forçadamente trazidos para a América Latina, instaurando-se uma série de violências simbólicas e físicas que faziam parte da composição do cenário colonial, no qual os europeus passaram a impor sua língua, valores e cultura para os povos indígenas e africanos (Iglésias, 1992). Após o fim da institucionalização do sistema escravocrata no país, em 1888, as condições sociais continuaram desiguais, em que os vestígios da colonização se consolidavam nas estruturas políticas, econômicas, culturais e sociais do país, reforçando privilégios para os homens brancos.

Por outro lado, as mulheres brancas eram destinadas aos papéis sociais voltados para o casamento, maternidade, atividades de chefia nas tarefas de manutenção da casa e o apoio necessário para o crescimento das carreiras e status dos homens brancos no período colonial. Sendo essas crenças sexistas difundidas entre as interações com grupos sociais de pertencimentos raciais diferentes (Becker & Sibley, 2016; Priore, 2009). De acordo com a autora Souza (1983), o racismo produz até os dias atuais violências que retiram do sujeito a possibilidade de se enxergar como referencial do que é criativo, belo, inteligente, além de não conseguir representar a sua identidade real, pois constantemente a branquitude é reconhecida como o modelo ideal, e a negritude (características físicas e os elementos da cultura negra) retratada constantemente como uma dimensão de inferioridade (Schucman, 2012).

O racismo, por sua vez, se configura como o processo sistemático e histórico que diferencia grupos étnico-raciais em superiores e inferiores, gerando nas estruturas, instituições e relações sociais desigualdades diversas, seja no acesso à saúde, educação, trabalho, renda, lazer, bem como tratamentos que tornam grupos alvos de preconceito, discriminação, podendo levar a exclusão, sofrimentos psíquicos, violências e morte simbólica e física (Akotirene, 2018; Lima, 2020; Munanga, 2004; Souza, 1983).

O processo de miscigenação no Brasil e o mito da democracia racial, de acordo com as autoras Gonzalez (1984) e Pacheco (2008), contribuíram para que no imaginário social o racismo fosse ocultado, difundindo a crença de que havia igualdade entre brancos, negros e indígenas. Contudo, sabe-se que as práticas advindas da política pública nacional de branqueamento continuaram a reforçar a estrutura racista do país (Damasceno, 2011).

A cientista social Pacheco (2008) e a historiadora Priore (2009) retratam que nessa articulação do racismo e patriarcado os estereótipos que são transmitidos nas interações sociais demarcam os papéis social atribuídos as mulheres; as brancas deveriam ocupar o papel de mãe, esposa ideal, submissa, enquanto às mulheres negras retintas o trabalho doméstico, o cuidado dos filhos das famílias brancas, os trabalhos braçais, já as mulheres mestiças seus corpos eram associados às explorações sexuais e outras representações como se observa na citação abaixo.

Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (Gonzalez, 1984, p. 228).

As teóricas Davis (2016) e Hooks (2005) também apontam sobre como o racismo e sexismo legitimaram e naturalizaram o estupro cometido por homens brancos durante a colonização. Segundo Davis (2016, p. 187) "em conjunto com o açoitamento, o estupro era um método extremamente eficiente para manter tanto as mulheres negras quanto os negros sob controle. Tratava-se de uma arma rotineira de repressão". Além disso, a autora Hooks (2005) comenta sobre o lugar imposto às mulheres negras como aquelas que deveriam servir aos desejos, interesses, representações criadas pelas pessoas brancas. Embora essas autoras retratem a realidade norte-americana, tais apontamentos, se encaixam perfeitamente a realidade brasileira (Gonzalez, 1984), Souza (1983), Pacheco (2008), Schucman (2012), Nunes (2015), Akotirene (2018), Santos (2019).

Para além, das repercussões do racismo e sexismo — no que se relaciona com as hierarquias de poder que inferiorizam, objetificam e desvalorizam as mulheres nas interações com homens — que na vida das mulheres brancas e negras no Brasil, serão tecidas reflexões sobre como a heteronormatividade<sup>6</sup> compõe efeitos próprios nas condições de vida das mulheres lésbicas. De acordo com as autoras Rich (1980) e Silva (2016) a invisibilidade seria um desses mecanismos da organização patriarcal, mantendo de forma sistemática a imposição de modelos de relacionamentos heterossexuais para todas as mulheres, sendo as lésbicas e bissexuais mais afetadas ao se deparar com modelos que não se identificam. Fernández e

---

<sup>6</sup> Designa os modelos de comportamento, discursos, crenças que valorizam as interações heterossexuais, designando normas e valores de conduta que legitimam apenas esse modo de organização social, excluindo e discriminando outros modos de relacionamento e interação social (Rich, 1980).

Momoitio (2016, pp. 82-83) destacam que “a lesbianidade pressupõe uma ruptura tanto com os papéis de gênero como com a sexualidade esperada, que provoca rechaço e/ou ódio, interno e externo”.

Estudos sobre as representações da homossexualidade desenvolvidos pelos autores e autoras Lacerda, Pereira e Camino (2002), Silva (2016), Toledo (2008) abordam que estas eram associadas ao que é tido como imoral, uma aberração, doença/distúrbio. Representações consonantes com a ideologia repressiva da moral judaico-cristã, difundida pela imprensa, em que qualquer comportamento desviante da norma imposta pelo Estado e Igreja era visto como pecado, sujeira, imoral, podendo levar a pessoa a se sentir culpada, julgada e punida por pertencer ao grupo LGBTQIA+ (CFP, 2019; CPDS, 2017). Práticas também presentes na realidade europeia, conforme comenta Foucault (1972), em que era traçado pelo poder judiciário e o regime policial a possibilidade de se controlar, prender, internar as pessoas com pertencimentos identitários associadas à lesbianidade, prostituição, mulheres solteiras, as quais representavam uma ameaça aos interesses das famílias da elite e do poder público (Foucault, 1972; Priore, 2009).

A não aceitação da sexualidade que rompa as normas e papéis de gênero tradicionais no contexto familiar e a crença de punição afeta as interações em que predomina o medo, o sofrimento de não poder falar abertamente, durante anos, sobre sua sexualidade e agressões, conforme por ser visto no seguinte relato:

Sou lésbica, mulher cis, negra e tenho 46 anos de idade: Uma surra que, assim, não foi a primeira, mas foi a última surra que a minha mãe me deu, por conta desse motivo. [...] Não sei nem como eu consegui dizer para ela: “A partir de hoje, a senhora vai me ver, sim, de mãos dadas com outra mulher e, se vierem lhe contar, a senhora pode acreditar que é verdade.” Ela me bateu muito por causa disso, uma surra que não acabava nunca. Fiquei muito machucada, levei quase cinco dias para poder me recuperar, porque tudo o que ela tinha na mão, que ela viu pela frente, ela atirou em mim (CFP, 2019, p. 40)

A pesquisadora Nogueira (2017) dialoga sobre como a sexualidade era cerceada pelos valores culturais, sendo o corpo das mulheres, em específico, alvo desse controle social. Para ilustrar, as mulheres brancas que deveriam ser fortemente reprimidas a qualquer expressão da sexualidade, enquanto as mulheres negras eram vistas como corpos dotados de extrema sexualidade. Por outro lado, a lesbianidade era totalmente condenada e negada pela sociedade, sendo muitas dessas mulheres lésbicas identificadas como portadoras de um distúrbio, uma doença a ser tratada, bem como corpos a serem demonizados e julgados por destoar da heteronormatividade (Silva, 2017; Toledo, 2008).

Portanto, para se pensar como as relações intergrupais no âmbito da sexualidade e raça se apresentam no cenário brasileiro, bem como quais as normas sociais que podem influenciar a formação de componentes cognitivos, é de fundamental importância discutir esses processos sócio-históricos. Debruçando-se, então, de forma mais aprofundada na compreensão dos processos psicossociais (estereótipos, preconceitos e comportamentos discriminatórios) e seus efeitos no BES, o que poderá trazer contribuições para os estudos acerca da saúde mental e bem-estar das mulheres negras lésbicas, bem como oferecer suporte para o desenvolvimento de repertórios profissionais em diversas áreas que atendam às suas especificidades.

## **1.2 Afrosapatões: aspectos identitários raciais, de gênero e sexualidade**

Diferentes propostas de estudo no campo da psicologia social têm se debruçado sobre o conceito de identidade, no entanto a lente teórica que foi utilizada nesse trabalho tem como base o construto teórico de complexidade da identidade social proposta pelas autoras Roccas e Brewer (2002). Para essas autoras a identidade social corresponde a representação subjetiva do indivíduo referente às inter-relações das múltiplas identidades grupais, ou seja, a identidade é um movimento ativo de troca com os grupos e mediação cognitiva. Desse modo, as autoras salientam que as pessoas pertencem a diferentes grupos sociais ao mesmo tempo, sendo indispensável para os estudos na área da psicologia social elucidar as diferentes dimensões de pertencimento, de categorização, autocategorização e suas implicações para a identificação e realidade social (Berger & Luckmann, 2004; Roccas & Brewer, 2002).

No que concerne à construção da realidade social, essa se apresenta no modo como as crenças são apreendidas e transformadas pela mediação dos artefatos simbólicos e materiais que podem ser expressos em pensamentos, comportamentos e no modo como os grupos se organizam e modificam-se ao longo do tempo. Assim sendo, a categorização é uma função cognitiva que permitiu a sobrevivência e adaptação humana, já a cultura seria mediadora das diferenças e variações de significados das categorias (Berger & Luckmann, 2004; Stangor, 2016).

A categorização enquanto processo cognitivo e neurológico possibilita que estímulos físicos e sociais sejam reconhecidos, diferenciados e classificados, ou seja, ajuda na organização e na identificação dos estímulos presentes no ambiente e nas interações sociais (Bear, 2002). Exercendo, então, o papel de economia psíquica quando torna realizável a elaboração de conceitos e significados, da mesma forma quando se distingue os indivíduos e grupos, seja pela autocategorização e categorização social (Pereira, 2013).

Como processo de simplificação e organização dos estímulos possibilita a redução da complexidade de elementos presentes no mundo, podendo elencar a formulação de inferências sobre as experiências e assimilando o que está em torno delas (Pereira, 2013). Neste sentido, a categorização, enquanto economia psíquica, mais do que selecionar a experiência sensorial, possibilita ao indivíduo ir além da estimulação sensorial, identificando os objetos e atribuindo sentidos e significados (Pereira, 2013).

Em suma, a categorização social pode ser entendida como um processo de organização mental da realidade que auxilia na associação do que se percebe no ambiente ao conhecimento aprendido nas interações sociais, mediante a socialização (Berger & Luckmann, 2004). Essa forma de decodificar os estímulos do ambiente social permite que as pessoas possam não apenas interagir com a natureza, os objetos e os demais elementos que compõem a realidade, mas também ajudar na diferenciação e classificação dos grupos humanos (McGarty, 2018).

O processo de categorização acentua as semelhanças entre os estímulos que pertencem à mesma categoria (assimilação intracategorial) e exagera as diferenças entre categorias distintas (diferenciação intercategorial). Tal processamento, possibilita vieses na interpretação da realizada social, favorecendo o *ingroup* em detrimento das características do *outgroup* (Tajfel & Turner, 1979). Consequentemente, a categorização social, está associada a um juízo de valor, no qual se assegura uma certa coerência entre os estereótipos e os julgamentos pautados nesses estereótipos, bem como, nas crenças sobre a dinâmica social e o lugar que nele ocupamos.

No processo de categorizar o outro, também classificamos a nós mesmos, nos incluindo e excluindo de determinadas categorias, processo denominado de autocategorização ou categorização do eu. A autocategorização é a sensação de se reconhecer através das semelhanças de atributos, características e atuações próprias de uma determinada categoria social. Processo fundamental para a formação e manutenção da identidade social (McGarty, 2018).

Já a identidade social pode ser compreendida como um construto associado a parte do autoconceito sobre quem somos, o qual deriva do conhecimento de pertencer a um grupo social ou grupos sociais junto com o significado emocional e valorização atribuída a esta pertença (Tajfel, 1981). A análise da identidade ocorre por meio da articulação entre as interações grupais e aspectos subjetivos, isto é, considerando as associações das influências das relações sociais junto às categorias de pertencimento individual, que se expressam no comportamento,

personalidade e *self*, a qual abarca a consciência mais reflexiva sobre si e o meio (Turner & Reynolds, 2012).

De acordo com a teoria da identidade social (TIS) dois aspectos do autoconceito, que se articulam dentro de um contínuo interpessoal-intergrupar, que distinguem dois tipos de identidade, a identidade pessoal e social (Tajfel, 1981; Turner, 1985). A primeira relacionada ao autoconceito de si mesmo, como indivíduo único, que inclui os sentimentos, habilidades e atributos, reverberando sobre a forma que o indivíduo se percebe, conseqüentemente, na narrativa descrita de suas experiências e nos conceitos atrelados a si. A identidade social se refere as características associadas ao grupo pertencente, englobando as categorizações, comportamentos, valores, história, comparação social e diferenciações em relação a outros grupos (Tajfel, 1978). Segundo a TIS, as pessoas se definem a partir da pertença grupal e tendem a manter uma identidade positiva, mediante o processo de diferenciação grupal, em que distinguem positivamente o *ingroup*.

Conseqüentemente, tais contribuições teóricas trouxeram para o campo da psicologia social, o entendimento sobre como as interações intergrupais formam lugares e conceitos que são assimilados pelo *self* por meio dos significados, valor e emoções ativadas pelo pertencimento a determinado grupo e a identidade social atribuída diante das semelhanças identificadas através das categorias sociais (Turner & Reynolds, 2012).

Neste sentido, e consoante com as autoras Roccas e Brewer (2002) é necessário entender que as definições identitárias podem se apresentar de forma compartilhada, por exemplo, quando uma mulher advogada possui uma identidade profissional que converge apenas com outras advogadas, mas se distingue de outras categorias profissionais. Por outro lado, existem também componentes cognitivos e motivacionais envolvidos na diferenciação e integração das categorias através do que as autoras descrevem como complexidade cognitiva.

A partir do reconhecimento das crenças e valores que são conflitantes e da reconciliação entre elas, é possível criar modos de representação da identidade como uma categoria única ou múltipla. De acordo com as autoras Roccas e Brewer (2002) a primeira se refere ao compartimento de várias características que constituem o sujeito, já a segunda implica no reconhecimento das diferenças e na multiplicidade de categorias para representar o pertencimento do indivíduo aos grupos sociais, destacando a interação entre as categorias e como compõem a percepção de si.

### 1.3 Perspectiva histórica e a complexidade da identidade social

Segundo as autoras Lorde (1983) e Alves (2019) para a compreensão do ser “mulher” é necessário identificar a dimensão coletiva em que ela está localizada, por consequência a suposta ideia universal e homogênea dessa categoria de gênero passa a não fazer sentido quando se relacionam as opressões sociais, as múltiplas categorias identitárias e as distintas trajetórias, que compõem a narrativa daquela pessoa, como a autora Nascimento (2019) também descreve. Buscando ilustrar a complexidade em que se estrutura a identidade social descrita pelas autoras Rocas e Brewer (2002), destaca-se o escrito da autora Lorde (1983, p. 1) em seu manifesto:

Dentro da comunidade lésbica eu sou negra, e dentro da comunidade negra eu sou uma lésbica. Qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão negra, porque milhares de lésbicas e homens gays são negros. Não há hierarquia de opressão.

Torna-se evidente que pensar as mulheres negras lésbicas requer cuidado e sensibilidade analítica para construir um entendimento que esteja pautado na multiplicidade de componentes que compõem sua subjetividade, ou seja, as suas experiências individuais advindas de sua história de vida (Giacomoni, 2004). Considerando as limitações do estudo e o objetivo em analisar as repercussões das discriminações, a discussão sobre a identidade se atém em alguns elementos considerados fundamentais acerca da vivência dessas mulheres. Assim sendo, “afrosapatões” é o termo que algumas delas utilizam para identificar a experiência articulada da negritude e lesbianidade.

Haja vista que para a autora Lemos (2021), o dossiê da Rede Feminista de Saúde (2006) e a autora Silva (2016) existe uma grande invisibilidade em assuntos que envolvam a sexualidade feminina, o que se intensifica em relação à lesbianidade. Afinal, o que pode ser descrito como lesbianidade? Pesquisas mencionadas no dossiê têm buscado entender como algumas mulheres percebem e identificam a sua lesbianidade. Algumas descrevem como comportamento sexual, mas a maioria identifica como desejo ou atração sexual entre mulheres exclusivamente.

No que tange à dimensão identitária existe um menor número de mulheres que registram ser lésbica como um componente de sua identidade (Rede Feminista de Saúde, 2006). No entanto, o mesmo dossiê aponta que a inclusão da categoria lésbica como categoria constituinte da identidade e como um marcador social foi fundamental para a conquista de políticas



públicas, traçando estratégias de promoção de saúde, cuidado e enfrentamento à violência numa abordagem biopsicossocial (Rede Feminista de Saúde, 2006).

A fim de explorar o conceito de lesbianidade, as autoras Lessa (2007) e Swain (2000) trazem alguns registros históricos em que no século XVII as mulheres lésbicas e aquelas que performavam seu gênero com características associadas ao masculino (mesmo que não fossem lésbicas) foram levadas ao julgamento na Inquisição como forma de punição e coerção social. Já no século XIX essas mulheres passaram a ser representadas pelo termo lesbianismo, sendo este atrelado ao discurso científico que classificava como uma patologia ligada às perversões sexuais e aos atos criminosos por inverterem a ordem patriarcal e a crença da heterossexualidade presente no ocidente, sendo muitas julgadas pelos dispositivos jurídicos da época (Foucault, 1972; Priore 2009).

A autora Swain (2000) apresenta que no Brasil, em 1894, se reproduziam os mesmos discursos presentes, em anos anteriores, na França e Inglaterra no que diz respeito à associação do termo lesbianismo ao sentido pejorativo, ligado ao crime, inversão sexual ou doença. O que se atrela também a discussão feita anteriormente no tocante a mudança do termo homossexualismo para homossexualidade adotadas pela OMS com a alteração do CID, o qual retira a classificação como doença e perversão (CPDS, 2017).

Assim, muitas organizações, ativistas, pesquisadoras e intelectuais da área de gênero e sexualidade, atualmente, reivindicam o termo lésbica, lesbianidade e lesbiana como forma de substituir e mudar as significações anteriormente existentes referentes ao termo lesbianismo (Lessa, 2007). Retomando o sentido histórico do conceito de lesbianidade, a autora Rich (1981) conta que esse termo era conhecido como safismo, remetendo a ilha grega de Lesbos, na Ásia Menor, entre os séculos VI e VII a.C., em que muitas mulheres se reuniam, constituindo irmandades femininas secretas. Swain (2000) relata que nessa região haviam escolas onde as mulheres aprendiam poesia, música e mantinham também relações amorosas entre elas, sendo estas conhecidas na época como lesbianas.

Rich (1981) também consta que essas irmandades secretas eram muito presentes entre mulheres chinesas e africanas, extendendo essa ligação não apenas às escolas, manifestações artísticas, mas também redes econômicas, de enfrentamento à obrigatoriedade de casamento com homens e outros modos de resistência às imposições culturais, locais que essas mulheres não desejavam seguir, o que passou a ser descrito como “*continuum* lésbico”, ou seja, a ligação secreta entre essas mulheres que subvertiam a ordem social (Rich, 1981, p. 34). Entretanto, muitos livros e registros do período foram queimados e apagados, reforçando a noção de

silenciamento e proibição das relações lésbicas e de sua história, bem como das formas de enfrentamento criadas por mulheres de distintos locais e culturas (Swain, 2000).

Segundo a autora Swain (2000) esse processo de transformação e renomeação anuncia no imaginário social outros significados e o surgimento de outras crenças relacionadas às mulheres lésbicas, que permitam não apenas o direito de se relacionarem afetivamente e sexualmente com outras mulheres, mas de poderem existir, isto é, enquanto categoria identitária que rompe as normas e cria, como nomeia a autora da pesquisa, uma “narrativa insurgente” sobre ser lésbica ou sapatão enquanto também categoria identitária (Lessa, 2007).

Para as autoras Lorde (1983), Alves (2019), Braz (2018) e Tolentino (2018) a categoria lésbica não pode se restringir a compreensão de mulheres que sentem atração sexual e formam vínculos afetivos e amorosos com outras mulheres, pois o ser mulher lésbica está implicado também nos processos sociais de gênero, raça, classe, sexualidade, entre outros. Desse modo, as autoras retratam a lesbianidade como uma categoria identitária e política, o que comunga com o pensamento feminista lésbico da autora Wittig (1992). Ademais, a sexualidade humana é constituída por uma combinação variada de fatores biológicos e psicossociais (CPDS, 2017).

Sabe-se que as performances ou atos performativos são conceitos que designam o modo como você expressa seu gênero nas interações sociais, ou seja, as vestes, corte de cabelo, modo de falar, andar, as preferências, como devo me comportar e ser tratada(o) (Butler, 2009; Messeder, 2014; Silva, 2017). Nessa dinâmica, os corpos são cotidianamente regulados pelas normas sociais ocidentais binárias, em que ser menino/homem deve expressar as características relacionadas ao que é masculino, já o ser menina/mulher deve estar próxima ao atributo feminino, e, assim, os corpos que se expressam de forma distinta dessas normas podem ser invalidados em discursos e ações discriminatórias (Butler, 2009; Silva, 2017).

Em relação às mulheres lésbicas, observa-se comumente o estereótipo de ser sapatão como atrelado às mulheres que se expressam de forma mais próxima do que é considerado pelas normas sociais binárias como masculino, podendo ser discriminada pela sua performance de gênero e identidade sexual. Por outro lado, as mulheres que se expressam de forma mais próxima do que é atribuído socialmente como feminino passam por um processo de negação de sua lesbianidade através de comentários de pessoas, que colocam em dúvida sua orientação sexual, isto é, de ser pertencente a categoria lésbica por seus comportamentos não estarem de acordo aos estereótipos vinculados ao termo “sapatão”, isto é, que performa e/ou expressa seu gênero de forma a destoar da crença e norma social no tocante ao que é feminino (Rich, 1980; Toledo, 2008).

Contudo, a autora Lorde (1983), Braz (2018) e Alves (2019) comentam que se deve pensar em lesbianidades, visto que a forma de vivenciar, ser, sentir, expressar a sexualidade pode variar no decorrer da vida. Ou seja, para as autoras os processos de subjetivação relativos à orientação sexual perpassam não apenas pelo âmbito das relações homoeróticas e afetivas, mas também pelo conceito de identidade política, sexual e de gênero. As diversas formas de autocategorização, por exemplo, como lésbica ou “entendida, sapa, sapata, bolacha, sapatona, sapatão, dyke, lady, fancha etc.” se relacionam com a dimensão identitária da lesbianidade (Toledo, 2008, p. 11).

Por consequência, a ideia de masculinidade pode ser repensada, visto que as diferenças dessa expressão de gênero podem variar entre o que seria considerado como feminilidade padrão e a expressão do feminino diferente dessa norma, o que também é discutido pela autora Silva (2016) em suas reflexões sobre as diferentes expressões de gênero entre homens gays. É essencial pontuar isso visto que as experiências de discriminação podem se diferenciar de acordo a performance de gênero (Butler, 2009; Messeder, 2014). Alguns estudos demonstram que pessoas pertencentes a múltiplas categorias identitárias estigmatizadas podem ser expostas a eventos estressores com maior frequência. A autora Toledo (2008) acrescenta que as violências sofridas por mulheres lésbicas também podem se diferenciar de acordo a expressão de gênero (Major & Dover, 2016).

No que se refere à heterossexualidade compulsória, a autora Wittig (1992) comenta que a natureza dessa violência oprime por meio de discursos lésbicas e gays, atribuindo a heterossexualidade como única possibilidade de existência. O que reverbera em como os papéis sociais são atribuídos e os conteúdos que são compartilhados, como é retratado a seguir:

Uma das formas mais perceptíveis é a “ideologia do romance heterossexual” presente no imaginário social e sedimentado através dos contos de fada, nas propagandas midiáticas, em filmes e seriados, nas canções e em brinquedos e brincadeiras separadas de acordo com a concepção binária de gênero, delimitando quais papéis homens e mulheres, desde a infância, estão condicionados a desempenhar na sociedade, sempre na perspectiva heterossexual (Tolentino, 2018, p. 36).

Por sua vez, o conceito desenvolvido pela feminista Rich (1986) propõe a heterossexualidade como uma instituição e fundamento social que regula os afetos, desejos, relações, podendo a partir da violência física e verbal obrigar todas as pessoas a tornarem-se heterossexuais. Ademais, para a autora Wittig (1992), lésbicas, gays e bissexuais (LGB) são

constantemente julgadas(os) por desviarem do que é considerado como “natural” ou “normal”, nesse caso da heterossexualidade.

A análise teórica conduzida pelas autoras Roccas e Brewer (2002) para o termo “auto-complexidade” se refere à percepção dos atributos pessoais que compõem a sua identidade social, o que se constitui como um conhecimento imprescindível no que concerne à percepção do grupo, possibilitando identificar o “eu-pessoal” e o “eu-coletivo”. Desse modo, o convívio com arranjos sociais heteronormativos podem afetar à identificação e/ou nomeação da mulher como lésbica, considerando os processos de exclusão social e negação da lesbianidade em determinados grupos sociais, que reforçam através de comportamentos e discursos à imposição da heterossexualidade.

Segundo as autoras Lorde (1983) e Rich (1980), não se pode mais aceitar que as experiências sejam narradas a partir de uma única referência identitária, haja vista a multiplicidade de expressões do ser e as diversas crenças que estão enraizadas ainda na sociedade, dentre elas a superioridade racial, de gênero e da sexualidade demarcadas nas interações sociais não apenas da realidade dos Estados Unidos (EUA), mas também no Brasil como a socióloga Gonzalez (1984) também retrata em seus estudos. A complexidade da identidade social engloba não apenas os papéis sociais ou representações sobrepostas entre grupos, mas todo o conjunto de experiências que diferenciam e compõem o ambiente social, sendo enfatizada a característica multicultural da sociedade (Roccas & Brewer, 2002).

Segundo o autor Munanga (2004), as diferenças raciais se estabeleceram pelas práticas de poder, hierarquização e dominação. Embora biologicamente não haja superioridade entre os fenótipos, no campo social e da estrutura global da sociedade, os conceitos, por exemplo, de negro, indígena, branco, mestiço, entre outros foram sendo representados de diferentes modos, convergindo práticas de discriminação, nas quais o racismo se apresenta em diferentes lugares. Na realidade brasileira, após o processo de embranquecimento e miscigenação da população e tentativa de ocultar o racismo, por meio do mito da democracia racial, propaga-se nas relações a falsa ideia de harmonia entre os povos, sendo observado no cotidiano o quanto essas discriminações estão presentes, sendo as oportunidades e tratamentos sociais desiguais e excludentes (Damasceno, 2011; Lima, 2020; Pacheco, 2008; Santos, 2019; Schucman, 2012).

Sendo a trajetória do Brasil permeada pelas hierarquias raciais e de gênero, o torna-se negra e lésbica é também acometido por experiências de racismo e lesbofobia decorrentes de comportamentos discriminatórios e normas presentes em grupos e interações sociais. Exemplificando, as poucas produções que existem na mídia sobre mulheres lésbicas, em sua

maioria, a representação é de mulheres brancas de classe média ou rica, o que dificulta o reconhecimento de si, enquanto mulher negra e lésbica, em propagandas, filmes, programas de televisão, séries, na política e trabalhos valorizados socialmente (Alves, 2019; Tolentino, 2018; Lemos, 2021).

Além disso, no âmbito das políticas públicas não se tinha uma perspectiva biopsicossocial para a saúde das mulheres negras lésbicas, inicialmente, a análise era centrada apenas nos aspectos ginecológicos, reprodutivos e prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) (Aquino, Ximenes & Pinheiro, 2010). No entanto, por volta de 2003 "com a elaboração da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), o Governo Federal refletiu o compromisso de implementar políticas públicas que garantissem os direitos humanos das mulheres" (Aquino, Ximenes & Pinheiro, 2010, p. 21). Apenas neste momento, os princípios e a filosofia do PNAISM começaram a incluir os marcadores de gênero, raça e etnia, "reconhecendo a necessidade de novas abordagens em distintos grupos: lésbicas, negras, em situação de presídio, trabalhadoras rurais e mulheres indígenas" (Aquino, Ximenes & Pinheiro, 2010, p. 21).

Estudos mostram que a população negra e LGBTQIA+ podem ter seus índices de satisfação com a vida, bem como os níveis de ansiedade e tristeza afetados por serem vítimas de discriminações raciais e relacionadas à sexualidade e ao gênero (Francisco et al., 2020; Navasconi, 2018; Tavares & Kuratani, 2019), o que abre caminhos para estudos que explorem o impacto da discriminação no bem-estar psicossocial.

A CPDS (2017) aponta algumas diretrizes para a atuação profissional com a população LGBTQIA+, dentre elas destaca-se os Princípios de Yogyakarta (2006). Nesse documento elaborado por especialistas em Direitos Humanos e apresentado à Organização das Nações Unidas (ONU), em que se busca a efetivação de direitos relacionados à orientação sexual e a identidade de gênero. Em relação às contribuições da psicologia, as autoras Tavares e Kuratani (2019, p.3) evidenciam que na literatura internacional é percebida a necessidade de:

[...] sensibilidade e competência cultural dos psicólogos, além de adequação da clínica psicológica aos diferentes grupos minoritários que sofrem preconceito e discriminação social em relação à raça, identidade de gênero, orientação sexual, deficiência física, dentre outros. Esta é uma discussão iniciada há mais de quatro décadas, que se relaciona aos direitos humanos e foi institucionalizada através de diretrizes de atuação, como as publicadas pela *American Psychology Association* (APA), em 2002, e atualizadas em 2017.

A partir dessa compreensão dos componentes identitários que constituem a mulher negra lésbica é possível elucidar o que as autoras Lemos (2021) e Tolentino (2018) destacam a respeito da importância do reconhecimento e da representatividade para a consolidação da autoestima, autoconfiança e fortalecimento da subjetividade. As autoras Roccas e Brewer (2002) também trazem relevantes contribuições em relação à teoria da complexidade da identidade social, visto que salientam os efeitos de ambientes que respeitam e valorizam uma sociedade multicultural para a integração dos componentes identitários, bem como para a diminuição de eventos estressores. Assim sendo, torna-se significativa a realização de pesquisas no campo da psicologia relacionadas com a multiplicidade de componentes identitários que possam conduzir ao reconhecimento e valorização da sua identidade social, no que diz respeito a negritude e lesbianidade, contribuindo para o BES dessas mulheres (Lemos, 2021; Nogueira, 2017; Santos, 2019).

Desse modo, para a compreensão desses aspectos será também explanado no próximo capítulo como os estudos teóricos sobre estereótipos, preconceito e discriminação auxiliam para a articulação entre a lesbianidade e negritude nas interações existentes em distintos ambientes sociais. Ampliando ainda mais as lentes da psicologia social para explicitar conceitos acerca da lesbofobia e racismo, juntamente aos seus efeitos no BES, a partir da dinâmica em que operam ao longo da história e do contexto social brasileiro. Assimilando, mutualmente, como os grupos sociais possuem papel importante no compartilhamento e formação de crenças que ao mesmo tempo que afetam a vida dessas mulheres, trazem pistas essenciais para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento às discriminações e a promoção de qualidade de vida emocional para as mulheres desse estudo.

## Capítulo 2

### 2. Entendendo as Discriminações e suas relações com o Bem-Estar Subjetivo

#### 2.1 Racismo, lesbofobia e a multiplicidade das discriminações

Para a compreensão de como a discriminação opera é fundamental elucidar como as dimensões cognitiva, afetiva dos pensamentos e crenças se articulam com os processos de socialização e interações grupais. Para discorrer sobre isso, o autor Stangor (2016) aponta como pesquisas demonstram como as normas sociais influenciam na formação de crenças sobre as pessoas do *ingroup*, referente ao grupo em que há identificação e pertencimento em comum, e do *outgroup*, aqueles grupos que se distinguem do seu com base nos elementos definidos nos processos de categorização social (Roccas & Brewer, 2002).

Com a consolidação dessas categorias sociais, começam a se formar esquemas de pensamentos ou crenças compartilhadas sobre características próprias de um grupo ou categoria social, denominados de estereótipos. De acordo com o autor Pereira (2013) os estereótipos cumprem uma função essencial na organização do conhecimento e no fornecimento de informações sobre determinados grupos, objetos e outros elementos da realidade social, facilitando as interações, otimizando os pensamentos e possibilitando a criação de respostas para os eventos externos. Haja vista que os contextos sociais e culturais transmitem essas normas nas interações grupais, logo após serem percebidas, processadas e categorizadas (Berger & Luckmann, 2004; Stangor, 2016).

Os estereótipos, sendo apresentado como as crenças atribuídas pelas pessoas no seu dia a dia, podem ser classificadas de acordo a avaliação positiva, neutra ou negativa, aos atributos dessas crenças e o contexto em que se apresentam (Stangor, 2016). As autoras Ito e Tomelleri (2017) articulam outras contribuições teóricas sobre a ativação dos estereótipos, que podem ser automáticos sem o controle prévio das normas e regras que regem as relações sociais ou controlados, quando socialmente não são bem-vistos e quando se faz necessário pensar mais criteriosamente sobre as informações disponíveis. Logo, esses estereótipos podem ser ativados de forma implícita e automática de acordo ao que foi aprendido no decorrer das experiências de vida.

Dito isso, o processo de categorização cria associações estereotipadas para possibilitar aos indivíduos responderem e interpretar os eventos sociais. Assim, os estereótipos, muitas vezes, passam a serem acionados involuntariamente. O que pode ser explicado pelo modo com que o funcionamento cognitivo tende agrupar as informações em categorias, associando

informações sobre os estímulos decodificados do mundo exterior de modo automático e, assim, ser possível estabelecer uma interação. O autor Turner (1985) comenta sobre como essas categorias também auxiliam no agrupamento com base na identificação das semelhanças de características e objetivos, facilitando as interações sociais e o reconhecimento dos indivíduos através da diferenciação intergrupala, da percepção desenvolvida acerca dessas categorias e transmitidas nas relações. “Em resumo, podemos usar nossos estereótipos quase que exclusivamente quando a categoria é toda a informação que temos sobre alguém (Brodt & Ross, 1998), ou se não estamos particularmente interessados em conhecer melhor a pessoa” (Stangor, 2016, p. 12).

Os autores Berger e Luckmann (2004) acrescentam que as emoções também exercem papel nos processos de categorização, regulando o que é considerado significativo para o sujeito no processo de socialização e aprendizagem. Assim sendo, entre a compreensão do mundo objetivo (sociedade) para o mundo simbólico (pensamentos e crenças), as emoções podem modelar a atitude do sujeito diante de uma realidade social. Outros estudos revelam que as normas sociais que são reproduzidas, por exemplo, nos valores presentes em um grupo social ao longo das gerações influenciam a formação de crenças estereotipadas, afetos preconceituosos e comportamentos discriminatórios.

Outra característica dos estereótipos é a generalização dos atributos de um ou alguns indivíduos para a coletividade dos integrantes do grupo, não abarcando as especificidades e as diferenças entre seus membros (Fiske, 1998). Dessa maneira, são necessários alguns cuidados para que a percepção e crença sobre um indivíduo não sejam sempre generalizadas, nem comportamentos individuais caracterizem todo um grupo, independente desta ser positiva ou negativa (Stangor, 2016). Logo, os esquemas mentais aprendidos nas interações sociais podem ser reavaliados, identificando os estereótipos ativados diante das circunstâncias associadas às crenças já internalizadas (Pereira, 2013; Lima, 2020). Tal processo descrito se denomina como redefinição cognitiva do *self*, em que é possível mudar algumas associações de categorias sociais, elaborando novos repertórios de pensamentos, comportamentos e associações dos estímulos às respostas emocionais (Turner & Reynolds, 2012).

A fim de exemplificar serão retratados alguns estereótipos difundidos nas interações sociais no que concerne algumas categorias identitárias. No contexto brasileiro, por sua vez, existem crenças de que as mulheres devem ter comportamentos ligados ao cuidado dos homens no âmbito doméstico e que necessitam de uma relação conjugal com um homem para se sentirem completas. Essas e outras crenças podem ser reforçadas pelos homens socialmente, afinal através dos estereótipos que legitimam sua superioridade, podem manter seu *status quo*



na sociedade (Becker & Sibley, 2016). Vale ressaltar que de acordo o pertencimento étnico-racial essas crenças e estereótipos podem se diferenciar, visto que essa superioridade, historicamente, foi associada aos homens brancos (Akotirene, 2018).

Outros estudos também apresentam como os estereótipos ligados ao papel da mulher na sociedade podem gerar tratamentos diferentes para aquelas que correspondem e não correspondem às crenças sexistas (Becker & Sibley, 2016). Numa pesquisa de campo realizada com uma mulher grávida e outra não grávida se candidatando a uma vaga de emprego, evidenciou-se um tratamento mais hostilizado para a mulher grávida (Hebl, King, Glick, Singletary & Kazama, 2007). Por sua vez, essas crenças e comportamentos sexistas contribuem para uma organização social desigual em relação ao gênero, refletindo, por exemplo, na divisão social do trabalho (Becker & Sibley, 2016).

A autora Toledo (2008) identifica em seu estudo, por exemplo, alguns estereótipos relacionados à lesbianidade como: lésbicas são mulheres masculinizadas, lésbicas são promíscuas, lésbicas tiveram uma ou mais relações frustradas com homens, entre outros. Quanto aos estereótipos relacionados à negritude, as autoras Alves (2019) e Pacheco (2008) destacam em seus respectivos estudos: “preta forte trabalhadora”, “mulata quente”, “negra raivosa”, “corpo disponível”, entre outros. Estereótipos, no caso das mulheres negras lésbicas, que repercutem na elaboração de sua identidade, tendo em vista como o racismo e sexismo estruturam e regulam as instituições, discursos, representações e comportamentos sociais (Akotirene, 2018; Crenshaw, 2005; Gonzalez, 1984; Lorde, 1983, Rich, 1980; Wittig, 1992).

Associado aos estereótipos é possível identificar dois outros construtos bastante relevantes nas relações grupais, o preconceito e a discriminação. Segundo a CPDS (2017, p. 24) o preconceito se refere ao “julgamento que fazemos sobre uma pessoa sem conhecê-la, diante de uma característica que esta possua”. Porém, no campo da psicologia social, o preconceito vai além, destaca-se a dimensão dos afetos e da cognição, e que segundo a autora Fiske (1998) são reações positivas ou negativas enunciadas a partir de crenças internalizadas nos esquemas mentais.

Nos estudos do autor Allport (1954) o preconceito se revela no campo das atitudes, sendo descrito como pensamentos hostis direcionados a determinado indivíduo por pertencer a um grupo desvalorizado socialmente, bem como generalizações baseadas em informações que associam o comportamento e/ou características de um indivíduo aos estereótipos ligados às categorias de sua pertença grupal, desencadeando afetos aversivos por conta destes atributos. O autor Lima (2020) complementa que o preconceito também pode ser expresso por meio de

emoções como medo, raiva, ressentimento, nojo, ódio, distanciamento destinados aos membros do grupo categorizados com base em crenças injustas e depreciativas.

A autora Fiske (1998) acrescenta que o preconceito não se esgota em uma análise individual ou grupal, dos estereótipos ou afetos, mas na interação de ambos. Para explicar essa proposição, é preciso pontuar como o aspecto sócio-histórico também se manifesta, influenciando nas relações de poder e das minorias sociais envolvidas, bem como no modo como as discriminações ocorrem, em relação à negritude e lesbianidade — categorias centrais para a proposta dessa pesquisa. Em síntese, o preconceito pode ser lido como uma atitude negativa ligada às crenças, afetos, normas sociais que podem ocasionar comportamentos discriminatórios (Lima, 2020; Stangor, 2016).

Essa interpretação também é reiterada pela CPDS (2017) que descreve a discriminação como comportamentos que podem ser oriundos de afetos negativos (preconceitos) e julgamentos baseados em crenças (estereótipos). Conforme as autoras Major e Dover (2016) descrevem em seus estudos o conceito de discriminação como atrelado à identificação e compreensão da própria pessoa ter sido julgada ou tratada de forma injusta por pertencer à determinada categoria social, como racial, gênero, sexualidade, classe, entre outras. As discriminações que acometem a população LGBT se constituem como a LGBTfobia, sendo reflexo da “forma de organização social, que se estrutura por meio da negação da diversidade de orientação sexual e expressões de gênero” (CFP, 2019, p. 20).

As autoras Toledo e Pinafi (2012) argumentam que a lógica da supremacia heterossexual transmite códigos de interação social que contribuem para a segregação e exclusão de lésbicas e gays, levando ainda a exclusão dessas identidades de forma frequente de espaços sociais, sendo esse fenômeno designado como homofobia, o qual pode afetar o modo como essas pessoas se percebem e constituem sua subjetividade.

Já a lesbofobia se configura como os afetos de rejeição, os comportamentos e discursos de ódio, punição à identidade lésbica e a expressão desta nas interações sociais, sendo também fruto da imposição da crença social da heterossexualidade como única forma de se relacionar e expressar seus afetos/desejos, advinda de processos colonizatórios, como apontas as autoras Alves (2019), Messeder (2014) e Tolentino (2018).

[...] Segundo o “Mini Roteiro do Rio para Lésbicas”, selecionado por Leila Mícolis e publicado no Pasquim (14-2-1980), mesmo nos espaços de diversão gay as lésbicas eram tratadas como minorias indesejadas, muitas vezes sendo expulsas destes recintos [...] tamanha a discriminação aí sofrida por parte dos donos do estabelecimento (Mott, 1987, p. 174).

Segundo as autoras Fernández e Momoitio (2016) a lesbofobia se caracteriza, em externa, quando os comportamentos discriminatórios ocorrem de pessoas ou instituições heterossexuais, como no registro acima. Em interna, quando há a busca em se reconhecer como lésbica, mas ocorrem repressões dos desejos, ocultamento da sua orientação sexual em todas as instituições sociais, tentando se adequar a norma de feminilidade mesmo querendo expressar-se de outro modo, a fim de cumprir as expectativas sociais da heterossexualidade, podendo sentir-se culpada e ter emoções de tristeza e raiva por pertencer a essa categoria identitária (Fernández & Momoitio, 2016).

No cenário brasileiro, pesquisas têm investigado o quanto as discriminações podem afetar a qualidade de vida das mulheres negras e da população LGBTQIA+. Para ilustrar, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta que, entre o período de 2005 a 2015, as mulheres negras foram as maiores vítimas de feminicídio no Brasil (Santos, 2018). De acordo com dados obtidos pelas denúncias recebidas no Disque 100, realizado pelo Ministério dos Direitos Humanos, em 2017, identificou-se que a maior parte das denúncias da comunidade LGBTQIA+ diz respeito à violência psicológica (Sanches, Contarato & Azevedo, 2018). Em segundo lugar nas denúncias estão os crimes de discriminação e em terceiro lugar está a violência física (Sanches, Contarato & Azevedo, 2018). Somado a isso, a autora Souto (2018) destaca o crescimento das violências contra a população LGBTQIA+ nos últimos anos, com base nos registros de pesquisas e aparelhos governamentais que têm coletado essas denúncias, visando o enfrentamento à LGBTfobia e o desenvolvimento de estratégias de proteção psicossocial.

Assim, os dados do Relatório Anual de Mortes Violentas de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no Brasil, produzido pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2019, identificaram que neste mesmo ano 329 LGBTQIA+ foram mortas(os) no Brasil. Outros dados da pesquisa mostram que, em 2017, foram identificadas 445 mortes, já, em 2018, foram contabilizadas 420 mortes, todas essas tendo a LGBTfobia como causa (Oliveira & Mott, 2020). A CPDS (2017, p. 24) relata que pessoas LGBTQIA+ podem ser “agredidas verbal e fisicamente, excluídas do convívio familiar, impedidas de manifestar afeto em público, e até assassinadas”.

O dossiê sobre lesbocídio no Brasil, produzido pelo grupo de pesquisa Lesbocídio- As histórias que ninguém conta, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é um dos estudos pioneiros acerca dos casos de mortes de mulheres lésbicas no contexto brasileiro, sendo, em sua maioria, reflexos das discriminações enraizadas na estrutura da nossa sociedade (Peres,

Soares & Dias, 2018). As autoras Soares, Peres e Dias (2021) discorrem que ainda existe negligência institucional no modo que esses registros são realizados, sendo visto nessas denúncias ausência de preparo das(os) profissionais no acolhimento, sensibilidade e informação sobre os tipos de discriminação e violência que ocorrem. Tal elemento deve ser analisado compreendendo a realidade histórica e as interações sociais que mantêm até os dias atuais discursos preconceituosos e comportamentos discriminatórios a respeito de determinadas categorias identitárias.

Esse material também aponta para a forma como as narrativas das mulheres lésbicas são invisibilizadas, incluindo a ausência da identificação da orientação sexual em muitos dispositivos de denúncias de violência contra a mulher e registros de mortalidade (Soares, Peres & Dias, 2021). Outro fenômeno observado é a subnotificação de lésbicas negras e indígenas nesses indicadores, sendo notório como o componente racial também é ocultado quando se tratam dos registros das mulheres lésbicas nos dispositivos de denúncia do Brasil (Firmino, 2018). Outros achados apresentam que desde 2013, no país, se concentra um aumento do registro dessas mortes, sendo, em 2017, registrados 54 casos, desses a maioria das mulheres não se apresentavam dentro do padrão de feminilidade imposto nas relações de gênero e da cultura ocidental (Firmino, 2018).

Quanto à caracterização dos 180 crimes registrados desde 2000, no Brasil, muitos deles ocorrem com arma de fogo (47%), em segundo lugar com faca (23%), espancamento (13%), estrangulamento (9%), estupro seguido de morte (4%), atropelamento (2%) e estripamento (1%) (Peres, Soares & Dias, 2018). Chama-se bastante atenção que vários assassinatos registrados, entre 2014 e 2017, ocorreram em cidades do interior, incluindo os casos de suicídio, sendo as mulheres de até 24 anos as mais atingidas (Firmino, 2018). Vale lembrar que essa realidade ainda carece de mais levantamentos, devendo a variável orientação sexual ser colocada para que se possa ter um panorama mais qualificado da realidade e das discriminações vivenciadas por esse grupo social.

Para compreender melhor estas informações, é necessário considerar dois conceitos explicativos acerca das teorias do BES: atribuições e percepções. Em relação ao primeiro, atribuições, pode ser entendido como o comportamento ou efeito de identificar, no caso do presente estudo, a discriminação sem atribuir valores e significados. Isso significa dizer que a pessoa pode identificar um evento específico como uma experiência de discriminação, mas sem perceber um padrão de repetição, ou também pode reconhecer que já foi vítima de discriminação, todavia não associar a um evento específico (Major & Dover, 2016). Já o

segundo conceito, percepção, se refere aos casos em que a pessoa identifica o nível ou frequência de discriminação, atribuindo significados e interpretações no que concerne a esses acontecimentos (Pereira, 2013; Lima, 2020). Consoante com as autoras Major e Dover (2016) a diferenciação entre atribuição e percepção da discriminação é importante, pois eles possuem implicações diferentes para o bem-estar das pessoas que vivenciam essas experiências.

O conceito de discriminação perpassa pela compreensão das relações intergrupais, levando em conta que o tratamento diferenciado e injusto ocorre com base em crenças atribuídas de forma negativa a determinados grupos sociais (Fiske, 1998). As autoras Major e Dover (2016) comentam os efeitos de eventos de discriminação nos indicadores de bem-estar psicológico (BEP), a autoestima, respostas fisiológicas e saúde mental.

Considerando que a lesbofobia e o racismo se apresentam como diferentes formas de discriminação, bem como incidem sobre os casos de mortalidade das mulheres negras lésbicas no Brasil. É imprescindível que as pesquisas na área da psicologia social, como salienta a autora Santos (2019), se atentem para o desenvolvimento de estratégias mais efetivas para o enfrentamento à discriminação e desenvolvimento de intervenções psicossociais articuladas com as especificidades de cuidado e acolhimento dessas mulheres.

Dito isso, faz-se necessário repensar as crenças generalizantes, por meio da busca de mais informações sobre o sujeito e refletindo sobre de que forma esses estereótipos podem trazer consequências que impactam o bem-estar desses grupos sociais. Identificar as emoções, por exemplo, é um passo primordial para interpretar e descrever como elas se relacionam com algum preconceito. Afim de reconhecer o modo como podem ser reguladas, considerando os a influência deste nas interações sociais.

Tendo em vista que o preconceito pode desencadear em comportamentos discriminatórios, como situações de exclusão, humilhação, desigualdade social, causando efeitos negativos no bem-estar (Cardoso & Ferro, 2012). Em contrapartida, ao produzir esse trabalho relacionando o campo da psicologia social com algumas dimensões do BES, busca-se alicerçar informações que permitam o entendimento dos aspectos envolvidos nos comportamentos discriminatórios, incluindo afetos e emoções, para não somente explicar as associações com o BES, mas refletir sobre caminhos possíveis de cuidado e promoção de qualidade de vida, tendo como referencial as percepções das participantes acerca de como avaliam suas narrativas e a complexidade de sua identidade social (Giacomoni, 2004; Machado e Bandeira, 2012; Nogueira, 2015).

## 2.2 Repercussões das discriminações no bem-estar subjetivo

No decorrer do desenvolvimento do campo científico, psicólogas(os) sociais e do comportamento exploraram com profundidade questões sobre os transtornos mentais e o sofrimento humano, no entanto sabia-se muito pouco sobre aspectos relacionados a promoção de saúde mental e felicidade (Diener, 1984; Machado & Bandeira, 2012; Ryff, 1989). Após algumas mudanças ocorridas na conceituação de bem-estar surge uma nova proposta de conhecimento na área da psicologia. Pesquisadoras(es) passam a investigar não apenas as consequências psicológicas de eventos de vida na produção de sofrimento psíquico, mas incluem também como aspecto central o modo que os indivíduos lidam com os estresses causados por estímulos externos e avaliam sua vida em relação à níveis de satisfação (Diener, 1984; Galinha, 2008).

De forma mais particular, embora os eventos negativos tenham recebido maior atenção devido ao seu ameaçador impacto no bem-estar, estudos sobre o BEP e BES têm mostrado como elementos individuais da personalidade, cognição, afeto, histórias de vida exercem influência nessa percepção das consequências dos estímulos estressores (Giacomoni, 2004; Machado & Bandeira, 2012). Vale lembrar que esses dois modelos de bem-estar possuem algumas diferenciações teóricas e, conseqüentemente, conceituais.

No que diz respeito ao BEP, a autora Ryff (1989) introduz que este está vinculado ao modo como as pessoas se desenvolvem e buscam sua autorrealização, englobando as seguintes dimensões: autoaceitação, autonomia, controle sobre o meio, relações positivas, propósito de vida, desenvolvimento pessoal. A autora Nogueira (2015) destaca que a perspectiva filosófica eudaimônica influencia fortemente essa compreensão de bem-estar, em que se acredita que o ser humano estaria em busca de encontrar o seu verdadeiro *self*, para assim descobrir suas potencialidades e sentido de vida (Deci & Ryan, 2008). Já o BES pode ser compreendido a partir da experiência individual, incluindo acontecimentos negativos e positivos e o modo como são produzidos sentidos e afetos acerca dessas vivências, sendo avaliada a sua satisfação com a vida de forma multidimensional (Diener, 1984; Nogueira, 2015). Sua raiz filosófica origina-se da concepção hedônica, na qual as pessoas estariam em busca da felicidade, centrando-se no alcance de prazer, tentando equilibrar as situações produtoras de afetos negativos e positivos (Deci & Ryan, 2008).

O autor Campbell (1976), assim, sintetiza que para entender o bem-estar é necessário integrar das experiências externas junto à experiência subjetiva. Sendo a dimensão cognitiva correspondente a avaliação e julgamento que o sujeito faz das suas experiências, a partir do

balanço dos eventos que produzem emoções de alegria, prazer, excitação (afetos positivos), e de eventos que produzem emoções de tristeza, raiva, desânimo (afetos negativos), incluindo também características da personalidade como ser mais ou menos extrovertido. Esses elementos, no que lhe toca, seriam moderadores dos níveis de satisfação que o indivíduo julga ter em sua vida (Giacomoni, 2004; Galinha, 2008; Nogueira, 2015).

Para compreender o BES os fatores sociodemográficos e situações objetivas de vida são igualmente importantes, incluindo a interpretação e avaliação do sujeito acerca dessas condições de vida (percepção), sendo as emoções e respostas comportamentais relacionadas tanto às condições externas (*bottom-up*), como aos elementos internos (*top-down*) (Giacomoni, 2004; Galinha, 2008; Nogueira, 2015).

Sabendo-se que a saúde não implica apenas na ausência de doenças, mas também em alto nível de bem-estar, é fundamental situar a leitora ou leitor sobre como esses índices de qualidade de vida podem ser compreendidos por meio dos determinantes sociais (Paveltchuk, Damasio & Borsa, 2019a). Considerando que pelo art. 3 da Lei n. 8.080/90 a saúde envolve “condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde”. O que dialoga também com a compreensão do BES que situa esses elementos externos como estímulos que produzem afetos e influências sobre os julgamentos e sentimentos que o indivíduo possui sobre sua vida (Diener & Ryan, 2009).

Para ilustrar, as autoras e autores Francisco et al. (2020) observou em seus estudos que o surgimento de sofrimentos psíquicos na população LGBTQIA+ pode ter intensa relação com as experiências de não aceitação familiar, de não se enxergar nos padrões heteronormativos, da falta de suporte social, entre outros. A pesquisadora Chella (2017) narra em entrevista sobre como o preconceito da família, bem como a ausência de representatividade nos conteúdos midiáticos e nos espaços de socialização causam impactos negativos na vida de mulheres lésbicas.

A literatura científica nacional e internacional apontam que a LGBTfobia tem contribuído não apenas para o aumento nos índices de mortalidade e crimes de ódio contra a população LGBTQIA+, mas também para a produção de sofrimento psíquico em diferentes contextos sociais e culturais (Cardoso & Ferro, 2012; Francisco et al., 2020; Navasconi, 2018; Paveltchuk, Damasio & Borsa, 2019a). As autoras Braz (2018) e Toledo (2008) comentam que o sofrimento que se situa na vida das mulheres lésbicas, por sua vez, pode ser acarretado pelos estereótipos construídos nas interações sociais que excluem e negam a pertença identitária,

acesso a direitos, impactando em sua vida afetivo-sexual, no ambiente de trabalho, nas relações com a família e em outros grupos sociais. As autoras Souza (1983) e Tavares e Kuratani (2019) explicam como o racismo pode contribuir para a produção de sofrimento psíquico para a população negra no Brasil, sendo agravado pelos diversos contextos de desigualdades, e ao se articularem o racismo e sexismo produzem diferentes formas de violência (Gonzalez, 1984).

Pesquisas realizadas, nos EUA, destacam que os comportamentos discriminatórios podem provocar sofrimentos que afetam a saúde mental das vítimas. Em conjunto os estereótipos, preconceitos e discriminações produzem vulnerabilidades psicossociais que geram diferentes níveis de estresse para os grupos sociais estigmatizados (Paveltchuk, Damasio & Borsa, 2019a). Esses eventos estressores podem ocasionar experiências em que lésbicas e gays podem ser vítimas de violência, podem internalizar a homofobia e também ocultar sua orientação sexual. Quando os níveis de estresse se intensificam algumas psicopatologias podem se desenvolver como a ansiedade e depressão (Francisco et al., 2020).

Por sua vez, a teoria do estresse de minoria (EM) inclui e descreve esse conjunto de estressores que compõem a realidade da população LGB, diferenciando de outros elementos que possam afetar especificamente as pessoas transexuais e travestis, variando também de acordo ao seu pertencimento racial (Paveltchuk, Damasio & Borsa, 2019b). Segundo Meyer (2003), lésbicas e gays possuem maior risco de passar por experiências de homofobia externalizada, no caso das discriminações, e homofobia internalizada quando há dificuldade de aceitação de sua própria identidade, podendo levar a negação de si e/ou atrelar-se aos estereótipos vivenciados nas relações cotidianas. Por fim, pode acontecer também a ocultação da orientação sexual, quando a pessoa aceita sua identidade e a valoriza, mas por medo da rejeição social, ou na tentativa de evitar estímulos discriminatórios e excludentes, não apresenta sua orientação sexual para determinados grupos sociais como família, ambientes de trabalho, até mesmo podendo não revelar em nenhum contexto ou interação social esteja inserida(o) (Meyer, 2003).

A autora e autor Moleiro e Pinto (2009) reiteram em seu estudo que a discriminação vivenciada pelas mulheres lésbicas e bissexuais entrevistadas ocorriam, principalmente, em espaços como na família, escola, emprego. Dentre os aspectos observados, chama atenção como a discriminação pode levar ao silenciamento dessas experiências, em que algumas entrevistadas relatam ter medo de falar sobre, serem expostas e passarem por casos similares, tal como são identificadas situações de isolamento na infância e adolescência por perceberem não ser compreendidas e/ou aceitas.



Essas situações de discriminação podem diminuir os níveis de satisfação com a vida e felicidade, podendo desenvolver casos de depressão, transtorno de ansiedade, pensamentos e atos suicidas (Francisco et al., 2020; Stangor 2016). O que Carr e Pezzella (2017) também encontram nos resultados de sua pesquisa feita no Reino Unido, em que pessoas LGBT podem apresentar níveis mais altos de ansiedade e depressão quando comparado à população heterossexual. Segundo Paveltchuk, Damasio e Borsa (2019b) as mulheres lésbicas e bissexuais diante das vulnerabilidades que vivenciam em seu cotidiano, tendem a se manter em estado de alerta, estratégia de enfrentamento adotada para lidar com prováveis situações de discriminação que são capazes de ocorrer ou como uma resposta desencadeada de eventos estressores de experiências passadas, os quais podem intensificar as sensações de sofrimento emocional (Francisco et al., 2020).

Embora poucos estudos tenham sido localizados na literatura especializada sobre os efeitos da discriminação na vida da população LGBT, particularmente no Brasil, os autores Francisco et al. (2020) destacam algumas pesquisas encontradas no âmbito nacional e internacional que corroboram com os autores Paveltchuk, Damasio e Borsa (2019a). Pesquisa realizada, no estado do Ceará, identificou que as principais queixas de saúde mental da população LGBT foram tristeza, baixa autoestima e ansiedade, seguidas de depressão e insônia (Albuquerque, Parente, Belém & Garcia, 2016).

A autora Galinha (2008) salienta que o preconceito e a discriminação podem gerar afetos negativos de culpa, vergonha, tristeza e irritabilidade, o que influencia nas avaliações das experiências, e no sentimento de pertencer ao grupo social LGBT. Segundo os autores Paveltchuk, Damasio e Borsa (2019b) é importante para essa comunidade LGBT que se tenha suporte social, seja da família, amigas(os), colegas de trabalho, entre outros, para ajudar na produção de afetos positivos como autoaceitação, orgulho, alegria, reconhecimento do seu valor, o que auxilia no balanço dos afetos (Nogueira, 2015).

No Brasil, os estudos sobre a saúde das mulheres lésbicas ainda são incipientes, o que ocasiona despreparo e desconhecimento de profissionais sobre suas especificidades no atendimento ginecológico e psicológico (Cardoso & Ferro, 2012). Segundo os dados do relatório da Rede Feminista de Saúde (2006) é crucial a desmistificação acerca do mito das infecções sexualmente transmissíveis como se não existissem em relações lésbicas, haja vista que também podem ocorrer contágios na relação sexual entre mulheres. Por outro lado, a compreensão de que o uso abusivo de álcool e outras drogas, o sofrimento psíquico presente na vida das mulheres lésbicas pode estar, ocasionalmente, relacionado aos fatores estressores da

discriminação e rejeição, considerando que essas mulheres podem, frequentemente, passar por experiências de violência na família, no trabalho e/ou na rua, comparando-se as mulheres e homens heterossexuais (Cardoso & Ferro, 2012).

Pesquisas realizadas na Inglaterra, EUA e Suécia mostram que a ausência de suporte social na família, amigas(os), trabalho, escola também impactam nos níveis de bem-estar e satisfação com a vida na população LGBT (Francisco et al., 2020). Dentre os sintomas que mais aparecem nos estudos aqui apresentados foram os transtornos ansiosos, seguidos de depressão (Cardoso & Ferro, 2012; Francisco et al., 2020). Outros estudos discutem como os eventos estressores advindos das discriminações e da ausência de suporte social podem maximizar os sofrimentos, e, conseqüentemente, afetar os níveis de bem-estar da população LGBT (Albuquerque, Parente, Belém & Garcia, 2016; Paveltchuk, Damasio & Borsa, 2019b).

No entanto, é necessário que mais estudos sejam produzidos, sobretudo em outros contextos, continentes e países, considerando que essas pesquisas retratam, majoritariamente, a realidade dos EUA (Francisco et al., 2020). Além disso, reforça-se a necessidade de produções que possam compreender como a interação mútua entre lesbofobia e racismo podem agravar a produção de eventos estressores e sofrimentos psíquicos, uma vez que a pessoa é vítima de duas formas de exclusão. Comportamentos discriminatórios raciais e relacionados à homossexualidade nas relações intergrupais (entre grupos sociais) e interpessoais (contato com os pares e amizade) podem contribuir para o aumento dos níveis de ansiedade (Choi, Paul, Ayala, Boylan & Gregorich, 2013). O que dialoga com os dados evidenciados pelas autoras Tavares e Kuratani (2019) acerca dos efeitos do racismo na subjetividade de mulheres negras.

O aparecimento dos sinais e sintomas de ansiedade estão relacionados com a vergonha e o isolamento dessa população devido à forte discriminação e à ausência de apoio social e familiar, o que ocasiona altos níveis de angústia. O apoio social e familiar e a redução da discriminação podem proteger esses indivíduos contra o desenvolvimento da ansiedade (Francisco et al., 2020, p. 55).

O autor Navasconi (2018) confirma esses achados em seu estudo sobre o fenômeno do suicídio em jovens negros(as) LGBT, no qual descreve que não apenas fatores biológicos, psiquiátricos e histórico familiar são determinantes para os casos de ideações e tentativas de suicídio, mas também, as discriminações — violência verbal, psicológica, física — produzem níveis de sofrimentos intensos. Segundo o autor Navasconi (2018) esses corpos que diferem do padrão hegemônico são diariamente afetados pelas opressões sociais.

Aspectos como a classe social, o estresse, conflitos culturais, a migração, imigração, racismo, o sexismo, a idade, o desemprego, as questões de gênero devem estar implicados junto às questões biológicas na compreensão e análise do comportamento suicida, o que se compreende como multideterminações do suicídio (Oliveira, 1998; Ferreira, 2016). Visto que os contextos sociais de violência e discriminação geram uma série de efeitos negativos sobre a saúde mental, podendo contribuir para o aumento dos níveis de sofrimento e do sentimento de não pertencimento social, de baixa autoestima pessoal e coletiva (Navasconi, 2018). O autor Lima (2016) também retrata em seu estudo, sobre as representações sociais sobre raça e classe social, o quanto pessoas negras de classe pobre possuem uma probabilidade maior de sofrerem preconceito e discriminação, causando disparidades nos níveis de qualidade de vida quando comparado, por exemplo, com pessoas brancas de classe média.

Segundo o dossiê sobre lesbocídio no Brasil, o suicídio se apresenta em todos os grupos sociais de mulheres lésbicas, sendo estes ocasionados por fatores psicossociais, dentre eles as frustrações, sofrimentos emocionais decorrentes de experiências de preconceito e discriminação, principalmente, quando assumem ou têm sua sexualidade exposta publicamente (Peres, Soares & Dias, 2018).

Nesse estudo, apresenta-se que os assassinatos ocorrem mais frequência em mulheres que se distanciam dos padrões hegemônicos de feminilidade, já os casos de suicídio foram registrados maiores índices de lésbicas com performance de gênero considerada feminina, como se ratifica na citação a seguir.

Segundo o Código Penal, em seu art. 122 “Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça [...]” é crime. Neste sentido, o suicídio lésbico é interpretado aqui como um crime cometido pela comunidade como um todo contra a vida daquela lésbica que não teve acesso às condições mínimas necessárias para compreender o seu papel dentro da sociedade, justamente porque o papel das lésbicas dentro da sociedade precisa ser reconhecido e valorizado de forma a ocorrer uma mudança de pensamento com relação ao padrão esperado para as mulheres que não se encaixam em normas heterossexuais (Peres, Soares & Dias, 2018, p. 32)

Em sequência, a perda de suporte social, privações de recursos financeiros, diminuição dos laços de afeto de familiares e/ou amigas(os), tal como as reprovações, questionamentos da sexualidade, ou até mesmo os casos de exclusão no mundo do trabalho, podendo levar ao desemprego fomentam a criação de um ambiente desencadeador de estímulos estressores, que se potencializam em relações com crenças hostis à lesbianidade (Peres, Soares & Dias, 2018). Como observamos nesse relato: “Sou lésbica, mulher cis, negra e tenho 46 anos de idade: A

minha mãe mudou comigo depois disso, porque eu tinha certeza que eu estava sendo vigiada, pelos meus irmãos, pelas minhas irmãs, pela minha mãe, pelos meus vizinhos” (CFP, 2019, p. 41).

No que diz respeito ao enfrentamento dessas experiências, os autores Paveltchuk, Damasio e Borsa (2019a) comentam que alguns moderadores do estresse causado pelas discriminações seriam a busca por redes de apoio através da união entre o grupo LGBTQIA+; haja vista que a percepção de fazer parte de um grupo que a valoriza e acolhe auxilia na produção de laços afetivos, na identidade social, repercutindo no aumento do nível de inclusão, de satisfação com a vida e BES (Albuquerque, Parente, Belém & Garcia, 2016). A pesquisadora Chella (2017) reforça que a produção de conteúdo voltados para as mulheres lésbicas também auxilia na constituição da subjetividade, bem como a aproximação e criação de vínculos entre si ajudam a identificar as demandas dessas mulheres, proporcionando suporte psicossocial, como nos casos das adolescentes e mulheres que são expulsas de casas.

O acesso à educação, trabalhos com renda satisfatória, espaços religiosos em que há aceitação e respeito da comunidade LGBTQIA+, aceitação de si têm se mostrado também como variáveis que trazem afetos positivos e desempenham papel protetivo na saúde mental, expandindo a sensação de felicidade e melhora no BES (Albuquerque, Parente, Belém & Garcia, 2016). Outro dado interessante é que as pessoas adultas e idosas tendem a desenvolver repertórios emocionais e aprender estratégias de enfrentamento ao longo de sua trajetória de vida que ajudam a lidar com os estímulos estressores (Paveltchuk, Damasio & Borsa 2019b). Considerando que o suporte social e apoio familiar se mostram como importantes aliados, que oferecem afetos positivos e a sensação de segurança social, regulando os efeitos desses eventos estressores, conforme apontam os autores Paveltchuk, Damasio e Borsa (2019a).

Embora os instrumentos mais utilizados para a mensuração do BES sejam as escalas psicométricas, dentre elas a Escala de Satisfação de Vida e a Escala *Positive and Negative Affect Schedule* (Giacomoni, 2004), a metodologia com relatos tem sido apontada pela literatura como algo pouco frequente (Machado & Bandeira, 2012; Nogueira, 2015). Nessa direção, o presente trabalho tem como meio de investigação o uso de narrativas autobiográficas para compor a compreensão dessa temática. As autoras Kilomba (2019), Lorde (1983), Nascimento (2019) salientam o quanto as narrativas podem ser recursos potentes na ruptura dos silenciamentos e invisibilidades presentes no campo científico no que diz respeito às vivências das mulheres negras. As autoras Braz (2018), Toledo (2008) e Tolentino (2018) destacam que falar sobre

lesbianidade e valorização das histórias de vida dessas mulheres contribui para o fortalecimento de sua identidade e o questionamento dos preconceitos e discriminações.

A intenção em trazer os discursos das pessoas atuantes do tema de investigação, suscita inverter a lógica de dominação história, contrapondo os espaços de opressão a partir da criação de encontros que valorizem as narrativas dessas mulheres, sendo estas protagonistas de suas vivências e que carregam os saberes necessários para elucidar os caminhos desse estudo. Oportunizando no relato das experiências se ouvir aquilo que é sentido e subjetivamente construído, analisando de forma aprofundada o discurso e captando elementos específicos da realidade das mulheres entrevistadas, para assim tecer reflexões e elucidações acerca da temática, sem necessariamente, criar padrões capazes de representar e generalizar os discursos acerca dessa população (Moleiro & Pinto, 2009).

Vale acrescentar que alguns dos princípios fundamentais presentes no Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o) são o art. 1 em que o fazer da psicologia se deve pautar “no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (CFP, 2005, p. 7). Destacando o art. 2, em que seu trabalho deverá “promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CFP, 2005, p. 7). Além disso, a Resolução CFP nº 01/1999 descreve normas para atuação de psicólogas(os) buscando assegurar que lésbicas e gays sejam acolhidas(os) sem julgamentos sociais, punições e práticas de coerção e patologização, o que se complementa com a Resolução CFP nº 08/2022 referente às normas de atuação por profissionais da área de psicologia no que diz respeito aos serviços prestados às pessoas bissexuais e com outras orientações não-monossexuais. Incluindo as normas presentes em outras Resoluções acerca da atuação das(os) psicólogas(os) em relação ao preconceito e a discriminação racial, bem como as violências de gênero.

Toledo e Pinafi (2012) seguem nessa crença de que para a psicologia urge a possibilidade de romper limites, bordas e fronteiras na criação de intervenções de produção de saúde, mas para isso é imprescindível que se possa incluir o sentido de escuta, visto que atender a comunidade LGBTQIA+ convoca, por exemplo, o desenvolvimento de uma clínica que não propague práticas excludentes costuradas na teia social. Exemplificando, os discursos que patologizam, punem ou tentam impor uma suposta noção de normalidade que abnega a condição de alteridade, isto é, diversidade de corpos, afetos, expressão da sexualidade.

Nessa proposta de escuta das narrativas se poderá contribuir de algum modo para esse movimento de recriação e reinvenção da psicologia social, que tem construído por meio do direcionamento atento às relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade, estabelecendo percepções ampliadas acerca das condições propiciadoras de sofrimento emocional e promoção da saúde mental. Enuncia-se, então, no sujeito a possibilidade de ressignificar experiências, desenvolvendo recursos através do acesso a uma rede de apoio que assegure condições de regulação emocional, garantia de direitos e cuidado (Moleiro & Pinto, 2009).

Considerando a relevância técnica da escuta para a ciência psicológica, essa pesquisa buscou valorizar a oralidade e os conteúdos acessados por meio das entrevistas como recurso válido para a produção de conhecimento científico acerca do BES dessas mulheres (Flick, 2009). É preciso apontar que os cuidados necessários para a condução ética das entrevistas não se confundem com o lugar de terapeuta, mas a sensibilidade, respeito e o convite são primordiais para a realização das mesmas, tornando o encontro mais acolhedor para as participantes (Toledo & Pifani, 2012).

Logo, anseia-se que a psicologia social enquanto campo de intervenção possa contribuir para o entendimento das discriminações e eventos estressores que desencadeiam em sofrimentos que afetam os indicadores de BES das mulheres negras lésbicas. Arquitetando caminhos para a melhoria e desenvolvimento de políticas públicas, abrangendo práticas profissionais contextualizadas às demandas dessas mulheres, expandindo os horizontes e agregando a demais áreas interessadas. Haja vista que segundo alguns estudos, a escuta psicológica aliada a repertórios socioculturais, juntamente a uma rede de apoio fortalecida e ambientes que tenham como eixo o respeito e valorização da diversidade de gênero e sexualidade, podem contribuir para o enfrentamento às discriminações, fortalecimento subjetivo e promoção de bem-estar (Moleiro & Pinto, 2009).

## Capítulo 3

### 3. Caminhos Metodológicos

#### 3.1 Metodologia

O delineamento da pesquisa é qualitativo visto que os dados foram analisados de forma indutiva, através da descrição e interpretação, utilizando-se os construtos teóricos investigados para a compreensão dos fenômenos desse estudo. Conseqüentemente, buscou-se averiguar minuciosamente os sentidos atribuídos aos conteúdos coletados (Neuman, 2006).

Quanto a natureza da pesquisa pode ser caracterizada como descritiva e exploratória que, segundo Gil (2008), corresponde às investigações que podem ter por objetivo compreender as características de um grupo. Podendo identificar como os níveis, condições, índices de uma determinada variável se apresentam; identificar as opiniões, representações e crenças sobre uma população; averiguar a existência de associações entre variáveis, além de colaborar para entender a natureza dessas relações (Neuman, 2006).

No que concerne a classificação, é uma pesquisa exploratória, uma vez que busca associações entre percepção da discriminação e BES. Incluindo o interesse e proposta da pesquisadora em elaborar um conhecimento que possa ser utilizado na atuação prática em relação ao grupo e/ou contexto investigado (Gil, 2008).

#### 3.2 As participantes da pesquisa

O público desse estudo foram mulheres autodeclaradas como pretas ou pardas, que se identificaram como lésbicas, já tendo percebido a experiência de sofrer discriminação por ser lésbica, e que se interessaram e tiveram disponibilidade em participar do estudo de forma voluntária, autorizando a gravação da entrevista. A autodeclaração racial utilizada se baseia na classificação do IBGE, que engloba as pessoas pretas e pardas como pertencentes à população negra. Em relação à faixa etária, o único critério foi terem 18 ou mais anos de idade.

A amostra utilizada foi composta por 6 participantes (Quadro 01), considerando como perspectiva inicial alcançar uma entrevistada para cada rede social utilizada na divulgação, o que trouxe maior diversidade de experiências para as narrativas coletadas e, por conseguinte, análise dos dados. Quanto à delimitação territorial, deveriam ser brasileiras e estarem morando no Brasil, considerando que as discussões da literatura trazida se propõem em evidenciar a realidade desse país. Entretanto, a amostra desse estudo possui apenas mulheres do estado da

Bahia, diante da maior facilidade em alcançar essas mulheres nas respectivas páginas selecionadas pela pesquisadora.

### Quadro 01: Caracterização das Participantes

<i>Identificação</i>	<i>Isa</i>	<i>Nick</i>	<i>Nairobi</i>	<i>Mariana</i>	<i>Fiama</i>	<i>Luz</i>
Gênero	Mulher cisgênero	Mulher cisgênero	Mulher Cisgênero	Mulher cisgênero	Mulher cisgênero	Mulher cisgênero
Orientação sexual	Lésbica	Lésbica	Lésbica	Lésbica	Sapatão	Lésbica
Cor autodeclarada	Preta	Negra	Negra	Preta	Preta	Negra
Idade	25	21	29	28	25	52
Estado que nasceu/Cidade que reside	Bahia/Salvador	Bahia/Candeias	Bahia/Salvador	Bahia/Salvador	Bahia/Salvador	Bahia/Salvador
Status de relacionamento	Solteira	Solteira	Namorando	Solteira	Solteira	Ficando
Escolaridade	Ensino Médio Completo	Ensino médio cursando	Ensino superior cursando	Ensino superior completo	Pós-graduação completa	Pós-Graduação completa
Profissão	Atendente	Atendente	Estudante	Psicóloga	Relações públicas e produtora cultural	Bancária
Classe social	Periférica	Pobre	Baixa	Periférica	Em ascensão	Trabalhadora
Religião	Não possui	Não possui	Agnóstica	Candomblé	Próxima ao candomblé	Não possui
Importância da religião e/ou filosofia de vida	Importante	Muito importante	Mediana	Muito importante	Importante	Importante
Página/Rede social	Entre Pretas	Canal Flaju	Sapatão Suburbana	Lésbica, Negra e Caminhão	Rede Sapatã	Coletiva LesbiBahia
Duração da entrevista	1 hora e 28 minutos	39 minutos	43 minutos	41 minutos	25 minutos	35 minutos

Para a caracterização e descrição da amostra, todas as respostas foram registradas de acordo a preferência das participantes, incluindo o nome que utilizam para representar sua sexualidade, raça e classe social. Em relação ao grupo religioso, apenas Mariana<sup>7</sup> (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão) afirma fazer parte do candomblé e Fiama (25 anos, Rede Sapatã) comenta sobre ter crenças espirituais próximas à ancestralidade africana e a religião do candomblé, sendo essa dimensão importante para a vida delas. Já Isa (25 anos, Entre Pretas) e Nick (21 anos, Canal Flaju) embora não façam parte de algum grupo religioso, elas possuem a crença em um ser divino e buscam cuidar de sua espiritualidade ou fé sem seguir algo

<sup>7</sup> As entrevistadas foram identificadas ao longo do corpo do texto pelo nome fictício, idade e nome da página da rede social em que foram abordadas na etapa da coleta de dados, a fim de facilitar a associação do leitor(a) com a narrativa e a discussão dos dados elaborados pela pesquisadora.



específico, considerando essa dimensão muito importante para elas também. Nick (21 anos, Canal Flaju) e Fiama (25 anos, Rede Sapatà) afirmam que já fizeram parte de religiões evangélicas, e que a sua identidade sexual foi um dos aspectos que contribuiu para a saída desse espaço, por conta da não aceitação e os discursos punitivos no que diz respeito da lesbianidade, bem como crenças que reforçam preconceitos e comportamentos excludentes.

Já para Nairobi (29 anos, Sapatão Suburbana) ao se identificar como agnóstica, relata que possui dificuldade em se identificar em uma religião por discordar de algumas crenças e ser desafiador seguir e se manter em determinadas regras e/ou dogmas. Embora, Luz (52 anos, Coletiva LesbiBahia) não faça parte de nenhum grupo religioso, ela comenta no decorrer da entrevista sobre a importância da espiritualidade, explorando esse cuidado com o estudo dos astros e *tarot*, inclusive, como forma de enfrentar os sofrimentos advindos das discriminações, como caminho também de se compreender e se aceitar como mulher negra e lésbica.

Outro aspecto importante na descrição das participantes, além da religiosidade, a ser destacado é o fato de que todas as elas descrevem o quanto as páginas das redes sociais são importantes em sua vida, sobretudo, pelos conteúdos voltados para discussões políticas, de valorização das suas categorias identitárias, acesso à entretenimento. Além de destacarem o valor que possui compartilhar e trocar experiências com mulheres que passam por situações parecidas, ajudando a não se sentirem sós. Apenas a entrevistada Luz (52 anos, Coletiva LesbiBahia) narrou fazer parte no momento atual de grupos socialmente organizado, sendo estes muito importante em sua história de vida. Assim como para Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão) e Fiama (25 anos, Rede Sapatà) que comentaram sobre já terem feito parte de movimentos sociais, sendo destacado por elas a relevância desses espaços para sua formação política e mudança no modo como percebem essas vivências e lidam com as discriminações.

### **3.3 Instrumentos**

Os instrumentos utilizados foram o questionário sociodemográfico (Apêndice B) e a entrevista narrativa episódica realizada *online* (Apêndice C). A partir dessa amostra e dos procedimentos de análise escolhidos se almejou alcançar uma validade interna, priorizando na investigação os conteúdos que foram narrados pelas participantes, ou seja, os conteúdos evocados por elas ao decorrer da entrevista (Muylaert et al., 2014; Severino, 2007).

Os itens que foram apresentados no questionário sociodemográfico são: nome fictício<sup>8</sup>, idade, cor autodeclarada, nível de escolaridade, nível socioeconômico, profissão. Foi incluída a opção de registrar o termo que as participantes preferem identificar/nomear sua orientação sexual (lésbica, homossexual, sapatão, sapatona, afrosapatão, outro), haja vista as discussões políticas acerca da nomenclatura e aspectos subjetivos. Também constaram os tópicos estado e cidade em que mora, status de relacionamento (casada, solteira, namorando, outro), está ou não inserida em algum grupo religioso (candomblé, umbanda, espiritismo, catolicismo, evangélico, outro). Por fim, o tópico sobre ter feito ou fazer parte de algum movimento, grupo ou coletivo social organizado, ou seja, organizações voltadas para reivindicação, conquista de direitos e intervenções para a melhoria das condições de existência de determinado grupo.

A escolha da entrevista narrativa episódica se justifica pela possibilidade dessa técnica auxiliar na construção de um diálogo e num espaço de escuta, em que acontecimentos pessoais de vida poderão ser narrados a partir de temáticas que mobilizem as participantes (Severino, 2007). Assim, puderam ser obtidos conhecimentos acerca dessas experiências por meio da memória semântica e oralidade das participantes (Flick, 2009). Reforça-se a potencialidade das narrativas como meio de capturar as circunstâncias, mediando pela linguagem o entendimento de aspectos individuais e de estruturas sociais que permeiam os relatos das experiências (Muylaert et al., 2014).

Vale lembrar que o autorrelato também é utilizado como modo de avaliar o BES, elencando os fatores positivos e negativos presentes nas vivências individuais. O autor Flick (2009) enfatiza que essa modalidade de entrevista estimula a(o) participante a ter um discurso e expressão livre, sendo orientado que o(a) pesquisador(a) evite intervir e induzir respostas, preservando o rigor ético da pesquisa. Outra característica seria trazer o relato de momentos específicos da vida, em que podem ser elencadas as vivências de acordo a preferência das participantes, desde que estejam relacionadas aos temas propostos e a história de vida de cada uma delas, momento único que permite a reflexão dos conteúdos evocados (Ravagnoli, 2018).

Logo, os significados e a identificação das participantes junto à interpretação da pesquisadora ofereceram arcabouço essencial para se alcançar resultados que alcançassem a proposta desse estudo. Destacando a expressão verbal como indispensável para a compreensão das interações sociais e para explorar aspectos psicossociais relacionados ao BES (Severino, 2007). Sendo a psicologia social uma área que pode colaborar para a formação de espaços de

---

<sup>8</sup> O nome fictício se refere ao termo que as participantes escolherão para serem identificadas no estudo, preservando o seu anonimato.

diálogo científicos e políticos acerca de como aspectos afetivos, emocionais, cognitivos interagem com as condições da realidade.

### 3.4 Procedimentos de coleta de dados

O alcance das entrevistadas envolveu o mapeamento realizado em páginas das redes sociais já conhecidas pela pesquisadora via *Instagram* e *Youtube*: Entre Pretas, Canal Flaju, Lésbicas Negras - Rede sapatã, Sapatão Suburbana, Lésbica, Negra e Caminhão, Coletivo LesbiBahia. Em seguida, a pesquisadora explicou os objetivos da pesquisa para algumas das seguidoras, a fim de identificar as interessadas em contribuir e compartilhar suas experiências. Após algumas delas terem aceito, foram elaborados e enviados convites personalizados (Apêndice D) com mais detalhes da proposta, alinhando junto com elas a data e horário do encontro.

A realização da coleta ocorreu por meio da entrevista e aplicação do questionário sociodemográfico de modo inteiramente *online*, através da plataforma do *Google Meet*. Considerando que o contexto da pandemia causada pelo COVID-19 trouxe a necessidade de adaptações, a pesquisadora buscou manter os cuidados recomendados pela OMS e garantir ao máximo que a sua saúde e das participantes fosse preservada. O período em que essa etapa das entrevistas aconteceu foi registrado entre maio de 2021 e janeiro de 2022.

Para avaliar o instrumento foram feitas duas entrevistas piloto, a fim de assegurar que as questões fossem compreendidas e alcançassem os dados descritos no objetivo da pesquisa, auxiliando a pesquisadora nos ajustes do instrumento, em sua condução ética e científica. Não havendo nenhuma dificuldade na compreensão dos procedimentos, as demais entrevistas foram realizadas. Antes do encontro a pesquisadora gerou o link de acesso à plataforma, desenvolvendo o *rapport*, técnica essencial para criar um ambiente virtual em que as participantes se sentissem valorizadas, respeitadas e confiassem na entrevistadora.

Logo após o *rapport*, foi feita a aplicação do questionário sociodemográfico mediante a ferramenta do *Google Meet* de compartilhamento de tela, sendo respondido num *powerpoint* elaborado previamente pela pesquisadora. Nesse período é também informado sobre as considerações éticas e direitos assegurados às participantes, mediante o termo de consentimento livre e esclarecido. Em seguida, a realização da entrevista seguindo o roteiro (Apêndice C), sendo cada pergunta explorada na medida em que as entrevistas demonstram interesse em compartilhar mais informações sobre cada eixo, sendo a pesquisadora mediadora entre os conteúdos abordados livremente, sem deixar de lado os propósitos da investigação.

Para o registro, por sua vez, foi feita a gravação através do aplicativo de áudio presente no disponível móvel (celular) mediante a autorização da participante, função existente na plataforma, a qual possibilita gravar e salvar o arquivo de áudio no *Google Drive* informado pelo *e-mail* da pesquisadora. Em seguida, todos os arquivos foram armazenados em lugar seguro, garantindo o sigilo, as entrevistas foram transcritas com o auxílio do programa *Voicemeeter* e com ferramentas do *Google Docs*, buscando assegurar que os dados coletados não fossem alterados, diminuindo os vieses da pesquisa e auxiliando nas etapas de análise do material.

A seleção das entrevistadas ocorreu por meio do acesso às páginas das redes sociais, sendo encontrado com melhor viabilidade mulheres que são da região da Bahia nas páginas, incluindo a identificação de seguidoras em comum. O que permitiu apontar para a delimitação territorial que o estudo delineou nessa etapa. Acrescenta-se que todas as convidadas desejaram participar, possuíam conhecimento prévio da ferramenta utilizada da plataforma do *Google Meet*, sendo a realização dos encontros bem sucedida. Tendo em vista que a qualidade das respostas e a não identificação de problemas quanto aos instrumentos e os procedimentos adotados na realização das duas entrevistas pilotos, optou-se por incorporá-las na análise da dissertação.

As entrevistas foram analisadas no momento posterior, visto que o método utilizado exige repetidas leituras das transcrições, ajustes na elaboração dos temas e interpretações. Foram feitas seis entrevistas, esse número não era determinante, pois no decorrer da análise dos conteúdos que iam se repetindo, apresentou-se uma saturação (repetição) dos conteúdos evocando, podendo se encerrar a realização de novas entrevistas. Por outro lado, caso os dados não tivessem alcançado os objetivos do estudo, outras entrevistas seriam realizadas, visto que o número de entrevistas varia de acordo as informações obtidas nas entrevistas, as quais indicam novas perspectivas à investigação em curso (Duarte, 2002).

### **3.5 Procedimentos de análise de dados**

No que se refere ao tratamento dos dados recolhidos através das entrevistas, utilizamos o método Análise Temática (AT) de Virginia Braun e Victoria Clarke (2006) que busca identificar temas e padrões em comuns nos conteúdos coletados, bem como realizar a sua descrição e interpretação. Segundo Souza (2018) este método apresenta seis etapas: familiarização com os dados, geração de códigos iniciais, localização dos temas, revisão dos

temas, definição e nomeação dos temas, por fim, a produção do relatório da análise. Visando a fidedignidade dos dados analisado foi também realizada o acordo de juízas.

Essa proposta possibilitou que as narrativas descritas pelas participantes fossem compreendidas por meio de uma abordagem que assegurasse a flexibilidade necessária para observar as diversas possibilidades de interpretação (Braun & Clarke, 2006). Desenvolvendo um refinamento analítico nos resultados extraídos e estabelecendo relações coerentes com os significados atribuídos pelas participantes das entrevistas (Muylaert et al., 2014). Quando os dados foram descritos, por meio do levantamento bibliográfico pode ser conduzida a elaboração das análises junto com a articulação dos conteúdos categorizados através das narrativas das entrevistadas, elencando explicações e explicitando contradições (Gil, 2008).

### 3.6 Acordo de Juízas

O acordo de juízas foi realizado por duas integrantes do grupo de pesquisa vinculado à linha de pesquisa em “Cognição Social e Dinâmicas Interacionais”. Os critérios para seleção foram a afinidade com o tema do estudo, interesse em aprender e realizar de modo voluntário a atividade. Logo após, a pesquisadora se reuniu individualmente com cada uma delas, explicando os objetivos da pesquisa e os passos para a realização da análise das categorias e dos dados coletados, tendo em vista o material completo das 6 transcrições e 6 questionários.

Desse modo, foi compartilhado por meio da plataforma *Google Drive* todos os documentos necessários para a realização dessa etapa, sendo as respostas das juízas registradas em 6 tabelas (quadro 02), correspondentes a cada uma das entrevistadas, sendo enviada, particularmente, para o e-mail eletrônico da pesquisadora.

#### Quadro 02: Tabela utilizada para análise das juízas

<i>Participante (nome da entrevistada) - Marque x na sua identificação após análise dos itens de cada subtema</i>												
Identidade	Sim	Não	Discriminações	Sim	Não	Bem-estar subjetivo	Sim	Não	Suporte social	Sim	Não	Sugestão de outro tema e/ou subtema
Vivências			Familiars			Reações emocionais			Amizades			

Dilemas			Espaços educacionais			Interações sociais			Páginas da rede social e coletivos			
Pertencimento			Mundo do trabalho			Enfrentamentos			Outras redes			
			Outros ambientes			Autoestima						

A primeira etapa consistiu em verificar a presença ou não de conteúdos relacionados a cada item temático, sendo registrado por cada juíza individualmente, mediante sua leitura e interpretação. Podendo acrescentar sugestões que considerassem adequadas a cada caso analisado. No segundo momento, a pesquisadora reuniu as análises individuais das juízas, verificando os acordos e desacordos na classificação das respostas.

Em seguida, após avaliar todas as respostas das juízas, constatou-se que houve comum acordo quanto a escolha dos temas e subtemas, sendo apenas sugerido a melhora na descrição de dois itens. No que tange a correspondência entre os dados e os conteúdos temáticos, em sua maior parte das análises, as juízas também estiveram em acordo semelhante às interpretações da pesquisadora. Ressalta-se que houveram algumas discordâncias entre elas, outras com a investigadora, por esse mesmo motivo foi feito um encontro com ambas, a fim de revisar e discutir esses casos em específico. Atendendo os pressupostos científicos e metodológicos necessários para amenizar os vieses do estudo e melhorar a qualidade e precisão dos resultados (Braun & Clarke, 2006; Souza, 2018).

### 3.7 Aspectos éticos da pesquisa

A pesquisa foi enviada aos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), com todos os documentos e arquivos solicitados pela Plataforma Brasil, IPS, PPGPSI para manter os cuidados e conformidades de estudos envolvendo seres humanos. Mediante as avaliações das pessoas responsáveis pelo parecer, foram feitos todos os ajustes solicitados de acordo as exigências do CEP. Sendo aprovado o projeto na data 03 de setembro de 2021, com o parecer número 4.952.801, o CAAE 45946221.2.0000.5686.

No momento de realização da entrevista, as mulheres que voluntariamente quiseram participar foram informadas dos objetivos da pesquisa e das garantias que lhe seriam asseguradas por participarem dessa atividade. Tais garantias estão descritas no Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) — Apêndice A — com base nas exigências das Resoluções 466/2012-CNS, 510/2-18-CNS, tendo sido enviado para o endereço eletrônico de cada participante. Após a leitura do Termo, as entrevistadas enviaram a assinatura digital para a pesquisadora, sendo registrada, posteriormente, em cada campo exigido no documento.

### 3.8 Apresentando os temas e subtemas

A partir do método de Análise Temática (AT) de Virginia Braun e Victoria Clarke (2006), foi gerado após três leituras das transcrições das entrevistas e duas revisões dos códigos iniciais elencados, os seguintes temas para a descrição e interpretação posterior das entrevistas: Identidade (1); Discriminações (2); Bem-estar subjetivo (3); Suporte social (4). Como serão expostos na página posterior (Quadro 03).

#### Quadro 03: Temas e subtemas analisados

<i>Identidade (1)</i>	<i>Discriminações (2)</i>	<i>Bem-estar subjetivo (3)</i>	<i>Suporte social (4)</i>
Vivências (1.1)	Familiares (2.1)	Reações emocionais (3.1)	Amizades (4.1)
Dilemas (1.2)	Espaços educacionais (2.2)	Interações sociais (3.2)	Outras relações (4.2)
Pertencimento (1.3)	Mundo do trabalho (2.3)	Enfrentamentos (3.3)	Páginas da rede social e coletivos (4.3)
	Outros ambientes (2.4)	Autoestima (3.4)	

O tema 1 se refere aos aspectos de constituição da **identidade** das participantes, ou seja, como elas vivenciaram a descoberta da sexualidade, consciência sobre os aspectos raciais e como relacionam essas experiências, bem como a complexidade envolvida no ser mulher. Nesse tema, foram criados os seguintes subtemas: Vivências (1.1), dilemas (1.2), pertencimento (1.3).

1.1 Vivências: Diz respeito às experiências relacionadas aos momentos iniciais da descoberta da sexualidade, da consciência sobre seu pertencimento racial, de gênero, entre outras particularidades

1.2 Dilemas: Se refere aos conflitos, dificuldades em perceber sua sexualidade, crenças internas e externas, julgamentos que passaram por conta de seus aspectos identitários.

1.3 Pertencimento: Refere-se à aceitação, as crenças desenvolvidas ao longo do tempo e o modo como atribuem significados as memórias relacionadas a quem são.

O tema 2 diz respeito a percepção das **discriminações** que já sofreram por conta não apenas da sua sexualidade, mas de seu pertencimento racial, de ser mulher, entre outras categorias, trazendo reflexões que não se esgotam no objetivo do estudo. Nesse tema, destacam-se as seguintes subcategorias: Famíliares (2.1), espaços educacionais (2.2), mundo do trabalho (2.3) e outros ambientes (2.4).

2.1 Famíliares: abarca os comportamentos físicos e verbais que ocasionam situações de constrangimento, ameaça, violência que ocorrem com pessoas próximas do núcleo familiar (mãe, pai, irmãs/irmãos) ou de outro grau familiar (avós/avôs, tias/tios, primas/primos etc.), podendo ser na casa em que vive ou em outro local em que haja interação entre pessoas de grupo.

2.2 Espaços educacionais: se refere às interações em que há discriminações em qualquer ambiente relacionado à educação formal e informal, como escolas, cursos, faculdades, universidades, entre outros.

2.3 Mundo do trabalho: constam as violações ocorridas nas relações envolvendo o lócus de trabalho, podendo ser entre colegas do mesmo setor, clientes, pessoas que ocupam cargos mais altos ou baixos na hierarquia da organização, etc.

2.4 Outros ambientes: abarcam as discriminações ocorridas em espaços públicos, religiosos, bares, banheiros, restaurantes, festas que foram mencionados pelas participantes, mas não estão incluídos nos itens anteriores.

O tema 3 compreende o **bem-estar subjetivo**, esse engloba os sofrimentos psicológicos, as emoções, as estratégias para lidar com as experiências relacionadas à identidade e as discriminações. Incluindo como a comunicação e as trocas interpessoais podem ser afetadas e como a pessoa passa a se relacionar com sua autoimagem no fluir dessas experiências. Foram desenvolvidos os seguintes subtemas: Reações emocionais (3.1), interações sociais (3.2), enfrentamento (3.3) e autoestima (3.4).

3.1 Reações emocionais: envolve os sentimentos, emoções, pensamentos desencadeados das experiências identitárias e das discriminações.

3.2 Interações sociais: abrange como as participantes respondem aos estímulos, se expressam socialmente a depender do contexto em que estejam podendo variar de acordo o quanto se sentem confortáveis ou desconfortáveis.

3.3 Enfrentamento: está relacionado aos recursos desenvolvidos emocionalmente e/ou socialmente para lidar com as experiências aversivas relacionadas às violências, bem como os repertórios de significados atribuídos a essas memórias.



3.4 Autoestima: refere-se ao modo como se valorizam ou se sentem valorizadas, o modo como se percebem, o quanto estão insatisfeitas ou satisfeitas com quem são.

O tema 4 se refere ao **suporte social** que representa a rede de apoio que as participantes tiveram durante o seu desenvolvimento identitário e nos momentos que sofreram discriminações. Essa categoria também amplia o significado de enfrentamento, anteriormente mencionando, para a importância de outras pessoas nesse processo. Assim, foram articulados os subtemas: amizades (4.1), outras relações (4.2), páginas da rede social e/ou coletivos (4.3).

4.1 Amizades: compõe todas as relações de amigas(os) que ofereceram suporte psicossocial, incentivo, cuidado em determinadas situações de vida dessas mulheres.

4.2 Outras relações: está relacionada ao apoio de pessoas de outro grupo social diferente de amizade, considerando que estas relações apareceram com pouca frequência nos relatos das entrevistas analisadas. Dentre os grupos que podem ser mencionados: mulheres que tiveram ou possuem relações sexuais e/ou afetivas, familiares, profissionais da educação. Abarcando também figuras públicas e presentes na mídia, como artistas e ativistas, que são percebidas como referências para as entrevistadas.

4.3 Páginas da rede social e/ou coletivos: refere-se a todos os conteúdos e pessoas que mobilizam conhecimentos, acesso à informação sobre itens essenciais como seus direitos, cultura, educação, saúde, diversão que estão disponibilizados nas mídias digitais e nas organizações e movimentos sociais. Haja vista que para algumas entrevistadas estes são considerando um importante espaço de socialização e de fortalecimento pessoal.

## Capítulo 4

### 4. Resultados alcançados

#### 4.1 Resultados e discussões

Diante do contexto social em que as mulheres negras lésbicas estão inseridas, sabe-se que suas vivências podem ser compreendidas a partir das categorias de gênero, raça e sexualidade. Vale lembrar que um dos propósitos desse estudo é evidenciar, a partir dessas narrativas, como a lesbianidade e negritude constituem sua identidade, identificando as discriminações que vivenciam em seu cotidiano e como percebem suas associações com o BES. Envolvendo a dimensão das relações interpessoais, de suas emoções, autoestima, incluindo outros aspectos psicossociais que serão explorados ao decorrer das análises. Logo, enfatiza-se o papel do suporte social como forma de amenizar os sofrimentos advindos das discriminações e de valorização de sua identidade a partir das relações de afeto, apoio, cuidado e/ou de recursos presentes nas páginas das redes sociais.

##### 4.1.1 Identidade<sup>9</sup>

“Nem todo mundo vai compreender  
 Isso tudo que você é  
 O que não significa  
 Que você deva se esconder  
 Ou se calar  
 O mundo tem medo de mulheres extraordinárias.”  
 (Leão, 2017, p. 10)

##### 4.1.1.1 Vivências

As primeiras reflexões sobre a construção e aceitação da identidade social vinculada a sexualidade, encontra-se representada nos relatos das entrevistadas desde muito cedo, no período de transição da infância a adolescência a atração sexual por mulheres já se fazia presente. Narrativas que refletem muitas das dificuldades em conseguir vivenciar essas experiências. Isso por conta das normas, valores e crenças socialmente compartilhadas nos discursos reproduzidos nas relações interpessoais. Discursos que destacavam a crença da heterossexualidade compulsória, de ser um comportamento anormal não querer se relacionar com homens, e a punição religiosa pautada na crença judaico-cristã, e, bem como, na falta de

---

<sup>9</sup> Os dados explorados nesse tema e seguintes subtemas da sessão foram fomentados pelo diálogo da pesquisadora a partir dos itens do roteiro: “Narre sobre como passou a se perceber como mulher negra e lésbica.”; “Caso queira comentar sobre algo que não foi mencionado nos tópicos anteriores e/ou acrescentar algo, sinta-se à vontade.”.

acesso à informação. Algumas delas por não sentirem atração, nem vontade de desenvolver uma relação romântica e/ou ser paquerada por homens só tiveram suas primeiras experiências afetivas e sexuais na juventude ou já na vida adulta.

As autoras Toledo (2008) e Tolentino (2018) demonstram em seus estudos que essas experiências sexuais podem ocorrer em estágios de desenvolvimento próximo a vida adulta, diferindo-se dos casos de relações heterossexuais, muito comumente, mais presente na adolescência e juventude. Haja vista que para as mulheres lésbicas, no estágio de transição entre juventude e vida adulta, elas passam a criar recursos emocionais, independência financeira e a formação de uma rede de apoio que ajuda lidar com as crenças e normas que consideram a lesbianidade como algo pecaminoso, promíscuo e patológico, bem como a enfrentar as situações de rejeição e exclusão social (Chella, 2017; Silva, 2016).

Tais vivências podem ser constatadas nas narrativas da maioria das participantes. Nick (21 anos, Canal Flaju) descreve que um dos motivos que justifica a demora na compreensão de sua orientação sexual ocorreu porque: “O mundo que eu via era mais o mundo heterossexual porque eu era da igreja. Eu praticamente cresci no evangelho, desde pequena. [...] Por esse fato deu ter crescido na igreja eu não consegui me descobrir tão cedo”. Fiana (25 anos, Rede Sapatà) narra que desde a infância não conseguia entender e tentava fugir do interesse por mulheres, embora continuava a pensar em se relacionar com mulheres, conseguindo viver suas primeiras experiências aos 18 anos, porém, com sentimento de insegurança “mesmo assim me senti mal, pois a heteronormatividade constrói esses padrões para a gente”. Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão) também conta que apenas na juventude conseguiu desenvolver e explorar seus desejos por mulheres, período em que também se relacionava com homens e pensava ser bissexual. Ela narra “que precisava sustentar minha heterossexualidade. Após um tempo de análise da minha sexualidade eu comecei a ficar com mulheres e nunca mais parei. Se eu soubesse que era bom eu nunca teria ficado com homens, é a heterossexualidade compulsória”.

Todas as participantes comentam o quanto assumir a lesbianidade é permeada por obstáculos, pela necessidade de ocultar ou suprimir a sexualidade, pela ausência de representatividade na mídia, pelo pouco contato com mulheres lésbicas ao seu redor, por não se sentir confortável em vários ambientes e grupos sociais para compartilhar suas vivências, sobretudo pelo reforço, frequente, de comportamentos e crenças voltadas para heterossexualidade nas interações sociais. Narrativas similares são retratadas pelas autoras Rich (1980), Silva (2016) e Alves (2019). Como se observa na fala de Luz (52 anos, Coletiva LesbiBahia) “esse debate é novo, sobre sexualidade, naquela época a gente mal sabia o que

era”. Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão) também comenta que “a comunidade LGBT não fez parte da minha infância, era algo escondido da minha vivência. Só fazia sentido ficar com homens, não existia outras possibilidades”.

Outras narrativas, por sua vez, demonstram que algumas mulheres conseguiram viver essas relações afetivas na adolescência sem punição e julgamentos quando recebiam suporte das redes sociais, mediante o apoio e aceitação no contexto familiar. Incluindo a importância para elas da representatividade na mídia como filmes e novelas, no convívio com outras mulheres lésbicas em espaços de socialização como partidas de futebol. Ou até mesmo no próprio desejo de buscar viver livremente sua sexualidade independente dos preconceitos e discriminações, como Isa (25 anos, Entre Pretas) destaca em sua história. Sendo esse momento de muita coragem e felicidade, pois mesmo que, ainda em segredo, conseguiu viver sua primeira paixão por uma menina e conseguiu perceber: “realmente era daquilo eu gostava era como eu me sentia e eu queria ser a partir dali”.

Nairobi (29 anos, Sapatão Suburbana) conta que “desde novinha eu posso dizer que já tinha interesse. Eu comecei a ter contato com as meninas. Aí foi indo, eu fui criando interesse...E comecei a me envolver com mulheres e com 15 anos eu me assumi”. Luz (52 anos, Coletiva LesbiBahia) faz referência à cantora Rita Lee como uma mulher muito importante nesse momento de compreensão de sua lesbianidade, recordando inclusive canções que marcaram esse momento. Conta que aos 13 anos de idade percebia comportamentos e gostos diferentes das outras meninas de sua idade, e que a família a compreendia, pois no seu aniversário ganhou de presente um paletó que foi pedido ao seu pai. Para a entrevistada, nesse instante, ela começa a demarcar a constituição identitária como mulher lésbica, mesmo sem ter tido, ainda nesse período, experiências românticas e sexuais.

De maneira geral, as narrativas descritas pelas participantes comungam com a discussão das autoras Alves (2019) e Chella (2017) acerca da invisibilidade e silenciamento que ocorre nos espaços de convívio social e na mídia no que tange às experiências afetivas entre mulheres lésbicas. Por conseguinte, esse aspecto pode influenciar na demonstração de comportamentos afetuosos, na maneira e período de vida em que essas mulheres conseguem ter suas primeiras relações sexuais e envolvimento amorosos. Sobre esse aspecto as autoras Toledo (2008) e Tolentino (2018) mostram a respeito da importância do convívio entre mulheres lésbicas e da representatividade para que elas se sintam livres para terem suas experiências e desenvolverem sua autoestima positiva. O que comunga com Turner (1985) sobre como a identificação com elementos que dizem respeito a quem somos ajuda no reconhecimento de si e na criação de

sentidos vinculados as pertencas grupais e que Tajfel (1978) denomina de constituico da identidade social.

#### 4.1.1.2 Dilemas

Outro conteúdo muito presente nas narrativas das participantes diz respeito às dificuldades e conflitos enfrentando nas relaoes sociais. Muitas delas passaram por julgamentos na família tanto por conta da sua sexualidade, como pelas questões raciais. No que tange  sexualidade, as entrevistadas descrevem como uma descoberta muito difícil, devido às crenças relacionadas  lesbianidade presentes em seu grupo familiar. Como pode ser visto a seguir: “No sentido assim de ser diferente era algo errado. Onde eu ia ser mal vista, onde eu ia ser julgada por todos. [...] como se fosse uma coisa suja...Uma coisa ruim” (Isa, 25 anos, Entre Pretas). “As pessoas entendem que por você ser lésbica você não vai ter filhos ou família, não pensa nisso, tem gente que acha que você  promíscua e pegadora” (Fiama, 25 anos, Rede Sapat). Algumas entrevistadas também evidenciam em suas histórias o quanto a descoberta da sexualidade foi um momento de repensar as crenças que tinham aprendido na educao familiar acerca da heteronormatividade e/ou nos espaços religiosos que frequentaram. Essas crenças afetaram, inclusive, seus relacionamentos amorosos, não conseguindo expor para grupos diferentes do círculo de convívio social, por conta dos julgamentos e discursos discriminatório referentes  lesbianidade (Foucault, 1972; Lessa, 2007; Priore 2009; Swain, 2000; Wittig, 2006).

Nas narrativas das participantes o reconhecimento racial se faz bastante presente em suas interaoes sociais. O que ratifica a associao das reflexões sobre gênero, sexualidade e raça de modo interligado quando se observa a realidade social, conforme aponta a literatura (Akotirene, 2018; Alves, 2019; Berger & Luckmann, 2004; Pacheco, 2008; Roccas & Brewer, 2002). Como foi relatado, o reconhecimento racial e lugar social que ocupa na sociedade ocorre nas primeiras experiências da infância, quando eram identificadas como negras e tratadas de forma diferentes por conta do seu tom de pele e traços faciais. Como pode ser observado nas narrativas de Nick (21 anos, Canal Flaju) sobre a infância: “ah, mas por que eu nasci dessa cor? Poderia ter nascido mais branquinha e tal”. Ademais, de fazer referência ao seu cabelo e o quanto era difícil, por conta dos sucessivos alisamentos: “não deixava meu cabelo paz, n?” “[...] sempre tinha que t mexendo, sempre tinha que t botando uma química aqui e tal” (Nick, 21 anos, Canal Flaju). Fiama (25 anos, Rede Sapat) também traz em sua narrativa a questão racial, por ser uma mulher preta retinta e Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão) por

ser uma mulher negra numa família interracial, em a que sua negritude sempre foi evidenciada nas interações familiares e nos tratamentos sociais distintos que eram direcionados a ela.

Isa (25 anos, Entre Pretas) expõe momentos de desconforto em estar em lugares com relações interraciais devido às desigualdades que vivencia em seu cotidiano, como descreve: “quando eu tinha que chegar, tinha que ir para um lugar onde evidentemente havia pessoas brancas. E, eu me sentia meio constrangida e eu sabia que era pela minha cor” (Isa, 25 anos, Entre Pretas). Gonzalez (1984), Nunes (2015) e Schucman (2012) também discutem sobre como as interações interraciais e a representação hierarquizada da branquitude produzem não apenas sofrimentos advindos das experiências de racismo, mas também o modo como a pessoa se atribui valor aos seus aspectos raciais.

Isso implica em dizer que embora ela possa se perceber como negra, pode não se sentir confortável ou aceitar esse pertencimento, por conta dos preconceitos e das discriminações, o que afeta o processo de constituição da identidade. Embora não tenha sido o caso das entrevistadas — visto a característica da amostra ser de mulheres que já participavam de espaços nas redes sociais em que essas discussões são pautadas — existem muitos casos que a pessoa pode não reconhecer seu pertencimento racial, seja pelo colorismo ou pela negação de sua identidade por conta das experiências de desvalorização social da negritude (Lima, 2020; Souza, 1983).

As participantes comentam sobre outras categorias sociais que também trouxeram desafios na constituição de quem são, para além das questões da lesbianidade e racial, como a maternidade e classe social. Nick (21 anos, Canal Flaju) considera a gravidez como mais um episódio para somar as suas lutas diárias, sendo mulher: “Ainda mais quando se não tem o apoio do pai, é difícil sustentar tudo sozinha nos seus ombros e ser isso apenas com 15 anos e você ter que ser mãe”. Nairobi (29 anos, Sapatão Suburbana) também resgata o quanto para ela na adolescência era difícil se adequar ao padrão estético menos discriminados de ser lésbica, “que envolviam cor, cabelo. [...] Várias coisas que aconteciam no mundo LGBT me fizeram perceber que ser uma sapatão preta é diferente de uma sapatão branca”. O que é exposto na literatura encontrada como as experiências advindas da discriminação racial, também constituem a subjetividade de pessoas negras pertencentes ao grupo LGBTQIA+ (Lorde, 1983; Navasconi, 2018; Tavares & Kuratani, 2019). Outro fator que se percebe seria como o aspecto racial influencia até mesmo no modo e frequência em que essas discriminações podem ocorrer na vida das mulheres lésbicas (Alves, 2019; Lorde, 1983; Silva, 2016).

As participantes conseguem identificar, em suas narrativas, o quanto as discriminações raciais podem contribuir para a desvalorização da identidade negra e na exclusão do acesso aos espaços sociais, o que reflete na compreensão elencada pela perspectiva interseccional sobre como a identidade racial não se separa dos outros pertencimentos, como se traz nesse estudo, a análise da sexualidade (Akotirene, 2018; Lima, 2020; Munanga, 2004; Souza, 1983). Sendo que essas crenças relacionadas à lesbianidade como algo pejorativo, uma doença, perversão ou imoralidade podem afetar o desenvolvimento e fortalecimento da identidade dessas mulheres (CPDS, 2017; Lessa, 2007; Swain, 2000; Wittig, 2006).

O que dialoga com os autores Lacerda, Pereira e Camino (2002) sobre o quanto a lesbianidade ainda é atribuída como algo desviante da norma, podendo ser consideradas como pessoas promíscuas, imorais ou com algum distúrbio a ser tratado. Assim, a mudança na percepção acerca da crença da heteronormatividade também foi fundamental também para a aceitação das entrevistadas de sua sexualidade (Foucault, 1972; Lessa, 2007; Priore 2009; Swain, 2000; Wittig, 2006). Esse dado é reiterado por Fernández e Momoitio (2016) sobre como as rupturas de papéis e crenças sociais da lesbianidade podem ser respondidas nas interações sociais com comportamentos e discursos de rechaço e/ou ódio pelas pessoas ao redor, podendo essas mulheres terem que lidar com situações de hostilidade, humilhação, etc.

Com o passar do tempo, algumas participantes começaram a mudar os lugares que frequentavam e se afastaram de relações em que se sentiam excluídas, o que de tal forma ajudou para que elas conseguissem se aceitar como são e lidar com os conflitos advindos das crenças heteronormativas. O que é percebido nas narrativas de Luz (52 anos, Coletiva LesbiBahia) acerca de como lidou com as crenças sobre a sexualidade — pautada na tradição judaico-cristã aprendida na religião que frequentava durante a infância — e como se desencadeou o rompimento com esse modelo imposto.

Considerando que este influenciou na aceitação da sua lesbianidade e nas primeiras experiências afetivas e sexuais que teve com mulheres, sendo hoje uma figura de suporte social para outras pessoas LGB em seu grupo familiar. Como conta: “[...] tenho uma irmã lésbica e masculinizada. Devido ao nosso enfrentamento a família, meu irmão, e ela tem como referência a mim. Isso me deixou muito feliz” (Luz, 52 anos, Coletiva LesbiBahia). Nick (21 anos, Canal Flaju) também decidiu sair da igreja (mesmo que gostasse do cuidado espiritual): “Eu não sou aceita e o problema é que eles me machucam, eles começam a conversar comigo de amor e logo depois eles... eles... eles me falam que eu vou para o inferno”. Fiama (25 anos, Rede Sapatà) também conta sobre como passar “o tempo todo ouvindo que o que você é e o que você sente é

pecado” levou a tomada de decisão de sair da religião, mudando as percepções acerca da lesbianidade e aceitando sua sexualidade.

As autoras e autores Moleiro Pinto (2009) e Paveltchuk, Damasio e Borsa (2019) destacam que essa busca pela aceitação de si a partir do questionamento do preconceito, exclusão e outras crenças punitivas auxilia na constituição da identidade de pessoas pertencentes ao grupo LGBTQIA+, apontando que o movimento de algumas igrejas em acolher sem impor sua moral, aceitando essa comunidade cumpre papel importante no suporte psicossocial. Contudo, Nick (21 anos, Canal Flaju), Luz (52 anos, Coletiva LesbiBahia) e Fiana (25 anos, Rede Sapatà) não tiveram acesso a essa experiência no espaço religioso, optando em buscar trilhar suas histórias distanciadas de instituições de tradição judaico-cristã.

#### 4.1.1.3 Pertencimento

Outra dimensão importante no decorrer das narrativas das entrevistadas é a identificação racial e reconhecimento da sexualidade como elementos significativos em suas respectivas trajetórias. Como elucidada Nick (21 anos, Canal Flaju) ao contar que com o tempo passou a entender melhor quem era e descreve que nesse momento ela teve “a consciência de que eu era negra e que eu amava a minha cor do jeito que ela é e que eu passei a me orgulhar”. Nairobi (29 anos, Sapatão Suburbana) comenta sobre sua sexualidade: “Representa quem eu sou. Eu não consigo viver escondida, eu não iria viver nunca. Tanto que com 15 anos eu falei logo. Eu já ouvi que muitas pessoas se inspirarem em mim. Acho que represento muita coisa, pra muita gente”.

Segundo Nick (21 anos, Canal Flaju) a categoria mãe e mulher são bastante relevantes em sua história, principalmente, devido aos julgamentos que já ouviu: “ah, sapatão! Ah, fulana é sapatão. Apesar de eu gostar de gostar de mulher, e de eu gostar de me vestir com roupas masculinas eu me sinto mulher”. “Eu gosto de ser mulher. E eu não queria ser homem. Eu me identifico exatamente do jeito que eu sou”. “Ah, você é sapatão! Como se tomasse um susto. Como se aquilo fosse, sei lá, um absurdo e tal”. “Tudo isso, tanto dos homens jovens também e de algumas mulheres e já ouvi muita gente falar também: ah, mas você é sapatão, você tem filho”.

Luz (52 anos, Coletiva LesbiBahia) chama atenção para outro aspecto dos estereótipos e discriminação acerca de ser lésbica: “E como eu tenho um aspecto feminino isso se chama atenção, pois o padrão que as mulheres têm de lésbica são as machudas [termo referente as mulheres que expressam seu gênero de acordo o que é considerado pela sociedade de cultura



ocidental como masculino]. Eu era muito violentada pelas mulheres, mais até que os homens”. Nas experiências de Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão) também narra sobre como ser “sapatona feminilizada” [termo usado pela entrevistada] trouxe alguns julgamentos e tratamentos diferentes nas suas interações sociais, por exemplo, pelo modo como em alguns relacionamentos amorosos, com mulheres lésbicas que performam o que que é atribuído na cultura ocidental como masculino, esperavam de seu papel de gênero, do modo de se comportar, falar, vestir, entre outros. Para a entrevistada, hoje, ela busca se sentir livre e não se prender a nenhuma dessas performances “*lady*” ou “caminhoneira”, prefere transitar nas duas performances de gênero seja nas vestimentas, cortes de cabelo, modo de se comportar, como ela relata: “Agora eu sinto a liberdade de que eu posso transitar, isso não precisa ser engessado”.

Atualmente, eu me vi pensando sobre o termo lésbica. Eu acho que a palavra sapatona faz parte da minha vivência periférica. Mas estou começando a problematizar o lésbica, acho que eu queria escapar desse lugar pejorativo. Só que, ao mesmo tempo, eu estou muito mais próxima para me aproximar desse lugar. A palavra lésbica me remete a uma condição social (Mariana, 28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão).

Nesses relatos constata-se o que é apontado por Rich (1980), Silva (2016) e Toledo (2008) acerca dos estereótipos do que é ser uma mulher lésbica, sendo a performance feminina de gênero e a vivência da maternidade consideradas como algo que não pudesse fazer parte da vivência dessas mulheres. Vale acrescentar que as diferenças relacionadas ao termo sapatão ocorrem de acordo ao contexto, o modo como a palavra é expressa e as discriminações sucedem quando se busca inferiorizar, constranger, humilhar e julgar. Paralelo a isso, pode também ter uma conotação percebida, entre as mulheres lésbicas e a comunidade LGBTQIA+, como um pertencimento grupal, sendo ressignificado e valorizado como aspecto identitário, de autocategorização e identificação social (Tajfel, 1978; Turner, 1985).

Para Isa (25 anos, Entre Pretas) a sua afirmação racial se deu a partir dos sucessivos acontecimentos em que se sentiu constrangida, ela comenta que isso fez com que ela buscasse muita coragem e força para lidar com essas situações e “assumir como eu era, uma mulher preta na sociedade”, sendo descrito que prefere ser identificada como “preta” (Isa, 25 anos, Entre Pretas). Já em respeito à sua sexualidade ela traz que foi na juventude, por volta dos 18 para 19 anos de idade, já entrando pra fase adulta que conseguiu compartilhar para outros grupos sociais com mais segurança, o que se assemelha com as narrativas de algumas entrevistadas. “E eu acreditei né que junto a gente consegue, né, mudando um pouquinho desse cotidiano a cada dia,

né, fazendo questão de que as pessoas elas entendam, né, que você é, o lugar de você e ver né como pessoa negra como pessoa lésbica” (Isa, 25 anos, Entre Pretas).

Luz (52 anos, Coletiva LesbiBahia) traz que os aspectos raciais tiveram muito relacionados às desigualdades de oportunidades e o modo como teve que enfrentar os desafios impostos pelo racismo às mulheres negras, em sua narrativa explica que “me sinto uma liderança na família. Fui a primeira da família a fazer universidade. Eu tive que correr muito atrás, não tive tempo para outras coisas”. As autoras Souza (1983), Lorde (1983), Gonzalez (1984) e Tavares e Kuratani (2019) também discorrem sobre como o manejo dessas experiências de discriminação e a consciência sobre o racismo e sexismo podem auxiliar a nomear as violências e desenvolver repertórios emocionais para o fortalecimento e valorização de sua identidade.

Nesses casos, observa-se o que as autoras Roccas e Brewer (2002) comentam sobre o reconhecimento das múltiplas categorias identitárias que integram a identidade social, possibilitando a aceitação e valorização de si. Podendo ser lembrado o conceito de interseccionalidade, em que Akotirene (2018) também retrata como essas categorias analíticas de pertencimento identitário interagem simultaneamente, sendo expressas nas interações sociais e ao longo da trajetória de vida de cada entrevistada. Como é visto nas narrativas o modo como estão conectadas, seja a categoria de mulher, negra, lésbica, mãe, periférica como se observa nas produções de Crenshaw (2005), Lorde (1983), Rich (1980), Wittig (1992).

De acordo com o autor Navasconi (2018) a juventude seria não apenas o momento em que muitas pessoas LGBTQIA+ conseguem viver suas primeiras experiências, mas também buscar referências nesse grupo, visto que ao começar transitar pelos ambientes e interações sociais que além de não aceitar, discriminam essa comunidade passam a se desenvolver sofrimentos advindos dessas vivências, logo passam a buscar formas de se fortalecer entre si. Paveltchuk, Damasio e Borsa (2019a) também comentam que na fase adulta ou idosa formam-se repertórios emocionais que auxiliam a lidar melhor com esses contextos sociais e uma melhor compreensão e aceitação de si, o que dialoga com alguns dados das entrevistadas.

Nesse sentido, a busca por coletivos, movimentos, leituras que contribuíssem para uma mudança e compreensão de suas experiências ajudaram não apenas as entrevistadas a se reconhecerem através categorias correspondentes as suas vivências, mas também na formação de sua identidade social (McGarty, 2018). As interações grupais descritas por elas permitiram criar associações que contribuem para valorização de si, bem como o desenvolvimento de uma

consciência reflexiva sobre os aspectos da realidade social, permitindo questionar os julgamentos, preconceitos e discriminações (Turner & Reynolds, 2012).

#### 4.1.2 Discriminações<sup>10</sup>

“A minha voz ainda  
ecoava versos perplexos  
com rimas de sangue  
e fome.  
[...] Na voz de minha filha  
se fará ouvir a ressonância  
O eco da vida-liberdade.”  
(Evaristo, 2017, pp. 24-25)

##### 4.1.2.1 Familiares

Outra experiência importante e central nas narrativas das participantes é a percepção de ter sido vítima de discriminação em vários contextos sociais. Em suas experiências Isa (25 anos, Entre Pretas) retoma o quanto as crenças que tinha a respeito da sua família, foram confirmadas em suas experiências, pois no momento que conseguiu contar a sua família levou um tempo para aceitarem. Nesse momento, ela sente como se não correspondesse às expectativas de seu grupo familiar no que tange à heterossexualidade “Como se ser uma pessoa lésbica ou gay [...] fosse um ato errado, como se fosse uma prática errada. Como se fosse algo feio” (Isa, 25 anos, Entre Pretas). O que se assemelha com as narrativas de Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão): “[...] eu era considerada uma descarada. Na minha família, quando eu me assumi, eu tinha percebido esse meio receio de lá pra cá. [...] É como se eles negassem minha sexualidade”. Já a percepção de ser vítima da discriminação racial ocorria em outros contextos sociais, considerando seu núcleo mais próximo ser composto apenas por mulheres pretas, que buscam se fortalecer entre si.

Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão) conta sobre a dificuldade em assumir relacionamentos para a família, mesmo que suas companheiras desejassem. Isso tudo, porque a participante tinha receio das discriminações, além de tudo que ela estava enfrentando no momento em que se assumiu como sapatona [termo que a participante tem preferido utilizar]. Luz (52 anos, Coletiva LesbiBahia) narra sobre ter que negar diversas vezes ser madrinha de

---

<sup>10</sup> Os dados explorados nesse tema e subtemas posteriores da sessão foram suscitados pelo diálogo da pesquisadora a partir das questões: “Fale-me sobre uma ou mais situações do cotidiano em que percebeu ser discriminada por conta da lesbianidade. Descreva os lugares onde ocorreu e as pessoas envolvidas.”.

crianças da família, por conta dos julgamentos sociais relacionados a sua lesbianidade, para ela também envolvia a preocupação “de uma criança passar por um sofrimento de ter uma madrinha lésbica. E a criança? Você está cuidando de alguém e...eu não queria isso” (Luz, 52 anos, Coletiva LesbiBahia).

O que é apresentado pelas autoras Lemos (2021), Silva (2016), Soares, Peres e Dias (2021) em seus achados sobre como as mulheres lésbicas são percebidas em variados contextos sociais, sendo o silenciamento e o apagamento das experiências lésbicas também uma forma de discriminação muito comum nas interações familiares do contexto brasileiro.

Para Fiama (25 anos, Rede Sapatà) o que mais a incomodava era a discriminação racial mesmo em um contexto familiar predominantemente negro: “Em relação a raça, mesmo numa família negra eu escuto coisas que me chateiam em relação a cabelo, a traços, mesmo sendo entre pessoas negras”. Assim, as discriminações raciais podem ser internalizadas e reproduzidas pelo mesmo grupo social diante da complexidade na qual o racismo opera nas instituições sociais, afetando a constituição da autoimagem e o tratamento que é direcionado a outras pessoas negras (Akotirene, 2018; Lima, 2020; Munanga, 2004; Souza, 1983).

Compreende-se a partir dessas experiências que as discriminações vivenciadas pelas mulheres negras lésbicas perpassam não apenas pela patologização de sua identidade, mas pelo silenciamento de suas vivências no ambiente familiar. Incluindo os discursos punitivos e as representações que inferiorizam, criminalizam e associam a existência lésbica como algo imoral, que deve ser punido, excluído ou escondido dos meios de convívio social, produzindo também diferentes níveis de sofrimento emocional (Alves, 2019; CFP, 2019; Toledo, 2008; Tolentino, 2018).

#### 4.1.2.2 Espaços educacionais

No que concerne às discriminações raciais, a participante Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão) comenta sobre ter percebido com mais frequência as discriminações no contexto educacional: “nos espaços da psicologia. Eventos acadêmicos, da faculdade privadas, e tal. [...] São lugares que já fui muitas vezes discriminada”. Embora as demais participantes não tenham trazido relatos sobre situações de discriminação nesse ambiente, Isa (25 anos, Entre Pretas) e Nairobe (29 anos, Sapatão Suburbana) trazem algumas percepções acerca de como as instituições educacionais ainda reforçam algumas desigualdades raciais. Para ilustrar, Isa (25 anos, Entre Pretas) comenta sobre como em sua adolescência, passou a identificar as exclusões sociais em locais que frequentava como cursos de formação e cursinhos preparatórios para

concurso, em que era composto, majoritariamente, de pessoas brancas. Nesse contexto, ela resgata em suas memórias, que ao preencher alguns documentos que pediam a autodeclaração racial, os significados que havia aprendido em suas interações sociais de como ser uma pessoa negra era percebido como algo ruim e ter que identificar isso a remetia a todos os lugares sociais que tentaram destinar as pessoas negras devido a sua cor de pele.

Nairobi (29 anos, Sapatão Suburbana) também dialoga sobre como as instituições educacionais podem reforçar as desigualdades raciais, como expõe: “[...] existe mais questões de racismo envolvendo meritocracia, relação com professores brancos – todos são brancos”. Além disso, ela fala sobre os dilemas em ser uma estudante da área de saúde, sendo uma das poucas mulheres negras nos lugares que frequenta voltados para as atividades acadêmicas e profissionais.

Para Gonzalez (1984), Navasconi (2018), Nunes (2015), Pacheco (2008), Tavares e Kuratani (2019) as discriminações raciais produzem diferentes formas de violência nos ambientes e instituições que possuem interações e normas de controle aprendidas a partir das crenças socialmente e historicamente construídas. Sendo assim, pensando a realidade do Brasil, os traços fenotípicos e a cor de pele identificam quem passa por situações de preconceito e discriminação (Gonzalez, 1984; Munanga, 2004; Souza, 1983).

Além disso, as autoras Akotirene (2018), Gonzalez (1984), Nunes (2015) e Schucman (2012) retratam em seus estudos como as relações de poder em espaços institucionais trazem a representação hierarquizada da branquitude, bem como a presença recorrente de pessoas brancas em lugares e funções de poder e controle social, como se nota nas narrativas das participantes, incluindo os reflexos estruturais das desigualdades raciais no acesso das pessoas negras às universidades e uma formação mais prolongada, por exemplo.

#### 4.1.2.3 Mundo do trabalho

No caso de algumas entrevistadas, a maioria, dos episódios que perceberam em suas vivências de discriminação foram em ambientes de trabalho. Levando em consideração fatores como as vestimentas e corte de cabelo não estarem de acordo com as crenças sexistas que regulam como a mulher deve expressar fisicamente seu gênero. Além de se sentirem constrangidas e julgadas por tratamentos desiguais na relação com o público e colegas de trabalho, como se percebe nas situações descritas a seguir.

[...] Como no meu caso eu consegui perceber essa diferença entre eu e uma amiga de trabalho e a forma de que um cliente que recebíamos. Na verdade, era como se é a pessoa

né branca ela se sentia muito melhor sendo atendida por uma pessoa da mesma cor, e quanto ela era recebida por uma pessoa de cor preta né ela meio que tratava aquela pessoa como se fosse simplesmente o empregado, como se aquela pessoa tivesse ali apenas para atende-la e responder aos seus desejos, mais nada. Como se fosse algo que ela pudesse usar depois, pronto (Isa, 25 anos, Entre Pretas).

[...] Outro trabalho onde as pessoas, né, de maior parte gênero masculino, né, quando eles tentavam dá em cima né, paquerar, eu falava: olha, eu sou lésbica, eu não gosto, entendeu. E aí, tipo, sempre vinha aquela piadinha né, tipo: Ah! Porque não conheceu um homem que fizesse direito. Ou, ah! A pessoa que você ficou fez errado, me dê uma chance que eu vou te fazer mudar de ideia, né, então isso sempre foi bem chato (Isa, 25 anos, Entre Pretas).

Luz (52 anos, Coletiva LesbiBahia) relata sobre o episódio em que uma amiga de trabalho, que tinha ótima relação profissional, deixou de falar com ela após saber da sua orientação sexual. Luz (52 anos, Coletiva LesbiBahia) também narra que já ouviu muitos comentários em que “as pessoas acham que nós só gostamos de mulheres por que queremos comer elas. [...] os maridos as vezes acham que eu tenho relação com as esposas delas, tanto que eu não batizo ninguém, por conta da relação com as mães das crianças” (Luz, 52 anos, Coletiva LesbiBahia). De acordo com as pesquisas de Peres, Soares e Dias (2018) e da autora Silva (2016) é notório que as mulheres lésbicas consideradas “*lady*”, isto é, que expressam seu gênero mais próximo do que é denominado feminino, também passam por episódios de assédios sexuais e interações sociais. Podendo elas serem hiperssexualizadas, como se nota no episódio relatado por Isa (25 anos, Entre Pretas) enquanto mulher lésbica e preta.

Vale destacar que Gonzalez (1984), Nunes (2015), Pacheco (2008) e Priore (2009) apontam em suas análises sobre como o corpo de mulheres negras são simbolicamente e fisicamente representados no que tange à sexualidade. Dialogando com as discussões da autora Toledo (2008) e Lemos (2021) sobre as crenças difundidas acerca da lesbianidade como uma prática imoral e promíscua, bem como não podem moralmente constituir relações familiares, pelo risco de se envolverem com outras mulheres da família ou destituir a moral daquele grupo.

Por outro lado, se nota que as relações de trabalho, segundo as autoras Alves (2019), Nunes (2015) e Pacheco (2008), são demarcadas por experiências de discriminação seja envolvendo a desvalorização da mulher em cargos considerados de prestígio social, em conjunto com outras crenças advindas do modelo patriarcal e racista que demarcam barreiras no acesso às instituições educacionais formais. “Eu acho uma coisa muito séria. Dentro do mercado financeiro eles acham que as mulheres negras não devem estar nessa área” (Luz, 52

anos, Coletiva LesbiBahia). “Eu sempre sou a única preta nos espaços, e as pessoas criticam muito, no trabalho” (Nairobi, 29 anos, Sapatão Suburbana).

A entrevistada também compartilha sobre o quanto a performance de gênero expressa por mulheres lésbicas no mundo do trabalho se torna um locus propício para discriminações, principalmente, para aquelas que se aproximam das características masculinas. Em suas narrativas ela se descreve como alguém que se expressa com alguns elementos femininos e outros masculinos, sendo também uma das únicas mulheres negras nos espaços de saúde que atua, nesse sentido destaca que muitas das discriminações percebidas considera por ser preta e pela performance de gênero, como diz “É a questão da estética. Da aparência masculina” (Nairobi, 29 anos, Sapatão Suburbana).

O que dialoga com as autoras Lorde (1983), Butler (2009), Messeder (2014) e Silva (2017) sobre como as performances de gênero podem diferenciar os tratamentos sociais recebidos nos mais variados contextos sociais. Em relação ao racismo, nota-se o quanto ele se configura como um processo influenciando em como as instituições e relações sociais podem apresentar desigualdades diversas, seja no acesso aos espaços de saúde, educação, trabalho, renda, lazer, entre outros, assim bem como os tratamentos recebidos por essas mulheres negras e lésbicas (Akotirene, 2018; Lima, 2020; Munanga, 2004; Souza, 1983).

#### 4.1.2.4 Outros ambientes

As narrativas revelam o quanto as discriminações raciais se estendem para outros locais e instituições sociais. Como conta Isa (25 anos, Entre Pretas): “lojas de grife, em shopping centers, alguns restaurantes né alguns...algumas festas né esses lugares assim que eu mais presenciei né”. Ela também expõe que a questão de ser de outra condição socioeconômica intensifica esses tratamentos, traz que “alguns lugares eu já deixei de ir por conta disso, né, de frequentar, de estar nesses lugares porque eu não me sentia bem-vinda, não me sentia bem ali, me sentia julgada pela minha cor de pele ou pela minha classe social” (Isa, 25 anos, Entre Pretas). O que se assemelha as narrativas de Fiana (25 anos, Rede Sapatã) sobre os episódios de discriminação racial também em espaços considerados de prestígio social, como “restaurantes mais caros, espaços culturais de brancos”, além dos episódios que vivenciou em São Paulo, como ser barrada em prédio, ser questionada sobre poder pagar por um serviço de saúde. Nick (21 anos, Canal Flaju) também compartilha: “pelo jeito da gente ser as vezes negro, as pessoas tendem a querer culpar a gente por algo que na verdade a gente não fez”.

Segundo Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão) após voltar a morar em Salvador ela passou a evitar frequentar espaços públicos como boates e festas por conta dos assédios frequentes de outros homens e pelo “medo de estupro corretivo, eu já fui ameaçada”. Esse dado é reiterado por Mott (1987) sobre o quanto a comunidade LGBT é também excluída e discriminada em espaços públicos de entretenimento. No caso das mulheres lésbicas as formas de violência e ameaças voltadas para o assédio e estupro são muito frequentes em espaços públicos (Braz, 2018; Toledo, 2008). Esses eventos estressores relatados pelas participantes associados às discriminações raciais, segundo as autoras Souza (1983) e Tavares e Kuratani (2019) podem contribuir para a produção de sofrimento psíquico, sendo agravado pelas discriminações relacionadas a orientação sexual das participantes da entrevista, como apontam Navasconi (2018) e Paveltchuk, Damasio & Borsa (2019a).

Para algumas entrevistadas, muitas das discriminações relacionadas à sexualidade que vivenciaram foram em espaços públicos. Como conta Nairobi (29 anos, Sapatão Suburbana) sobre quando estava de mãos dadas com uma companheira: “Aí foram olhares, comentários até da polícia. Teve um momento em que dois policiais vieram em minha direção e tive a sensação que a gente ia ser agredida ou sofrer assédio”. Ela revela outros episódios de violência que sofreu com sua ex-namorada: “a gente tava passando e um rapaz pegou na bunda dela. E a gente brigou com ele, ele disse que eu não tinha um pau no meio das pernas e tal.” Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão) também comenta alguns episódios de assédio que vivenciou, dentre eles: “Eu estava na rua com ela [sua ex-namorada] um dia e uns homens começaram a gritar, disseram que a gente merecia uma surra”.

Para as entrevistadas, em sua maioria, os casos de lesbofobia contados ocorreram com maior frequência por homens, nos bairros em que vivem e em outros espaços públicos. O que reitera os estudos das autoras Soares, Peres e Dias (2021) acerca dos registros de discriminações sofridas por mulheres lésbicas acontecerem, geralmente, na juventude como relatam as entrevistadas e cometidos, geralmente, por agressores homens. Apenas a entrevistada Luz (52 anos, Coletiva LesbiBahia) comenta que as experiências de discriminação vivenciadas ocorrem, em sua maioria, por mulheres: “As brincadeiras das mulheres heteros [termo que se refere à heterossexuais] acabam me ferindo”.

Nick (21 anos, Canal Flaju) em suas narrativas compartilha sobre os casos que sofreu em banheiros, rodoviárias, festas e outros lugares públicos relacionadas a sua orientação sexual e, sobretudo, sua performance de gênero (fancha). Além disso, Nick (21 anos, Canal Flaju) compartilha que após terem modificado seu sexo para masculino no sistema do Programa Bolsa



Família, sem seu consentimento, teve um de seus direitos negado: “só que eu vim descobrir o problema do bolsa família no ano passado, por causa do auxílio. Todo mundo recebeu o auxílio como mãe solteira e eu não consegui”. Sendo interpretado pela participante pelo fato de ser “sapatão não feminina”, também identificado como fancha ou caminhoneira. Portanto, para as mulheres lésbicas quanto mais seus comportamentos e expressão de gênero estiverem associadas ao que é considerado como masculino pela cultura ocidental, poderão sofrer outras formas de agressão física e verbal, como reiteram Mott (1987), Rich (1980) e Wittig (1992) acerca dos reflexos da cultura sexista e os entrelaces com a lesbofobia.

#### 4.1.3 Bem-estar subjetivo<sup>11</sup>

“Eu sei o quanto da minha vida como mulher de sentimentos poderosos está emaranhado nessa rede de fúria. Ela é um fio elétrico entrelaçado nessa rede de fúria. Ela é um fio elétrico entrelaçado em cada tapeçaria emocional em que coloco o que há de essencial na minha vida.”  
(Lorde, p. 186, 2019)

##### 4.1.3.1 Reações emocionais

Nesse subtema, foi possível perceber algumas consequências das discriminações para o BES das entrevistadas, permitindo explicar como elas se sentiram após os episódios considerados marcantes na sua história de vida, levando em conta as discriminações e a constituição de sua identidade. Para ilustrar, nas falas de Isa (25 anos, Entre Pretas) é destacado como a emoção de tristeza era a reação mais presente após os episódios em que percebia ser tratada injustamente: “antigamente eu me sentia muito triste, né, por perceber a desigualdade, por perceber essa invasão, né, da minha particularidade, né, na minha sexualidade” (Isa, 25 anos, Entre Pretas). Para a entrevistada “a minha saúde emocional, ela foi né um pouco afetada. A minha física eu acho que não tanto, mas a emocional sim. [...] Ah, porque eu me sentia, né, triste assim eu me sentia nessa questão sexual e racial (Isa, 25 anos, Entre Pretas)”. Outra experiência que pode ser citada que se refere ao sentimento de tristeza advinda da experiência de ser excluída do ambiente religioso e de discriminações ocorridas em outros contextos sociais:

Eu prefiro relevar e fazer o que eu tenho que fazer no meu dia a dia, sabe? Então coisas que me seguram porque sinceramente se eu não tiver isso para fazer não tiver nada eu

<sup>11</sup> Os dados apresentados nesse tema e seguintes subtemas se sucederam pelo diálogo da pesquisadora com os itens: “Relate sobre como se sentiu com essa(as) experiência(as). Comente sobre as emoções e pensamentos que recorda ter vivido.”; “Conte-me sobre as consequências que percebeu em sua vida pessoal e em sua saúde.”; “Relate se percebeu alguma mudança na relação com outras pessoas após esse(es) episódio(os).”.

me jogo no buraco, eu me jogo na cova. Eu, eu, fico triste, eu fico chorando toda hora, eu me sinto depressiva, as vezes eu tenho pensamentos ruins é (Nick, 21 anos, Canal Flaju).

Fiama (25 anos, Rede Sapatà) também evidencia em suas narrativas pensamentos recorrentes de tristeza nos momentos em que passou por situações de discriminação racial, como ser seguida em lojas por vendedoras e policiais, segundo a participante seu psicológico é percebido como aquele mais afetado. No caso de Luz (52 anos, Coletiva LesbiBahia) abdicar do papel de madrinha por conta das crenças preconceituosas acerca da lesbianidade que ela e as crianças poderiam sofrer, juntamente aos julgamentos dos maridos das mães que as convidaram trouxeram sofrimentos em sua trajetória que ela passa a perceber no decorrer do diálogo: “Na realidade eu sinto tristeza. Sentimento de que você deixou alguma coisa boa passar. Que você poderia ter, acaba sendo uma exclusão. Por ser lésbica eu me puni não ser madrinha, algo que eu queria muito. Eu me anulei para não sentir essa dor (Luz, 52 anos, Coletiva LesbiBahia)”. De acordo com as autoras Soares, Peres e Dias (2021) as agressões sofridas por essas mulheres podem contribuir para a sensação de insegurança social, tristeza e ansiedade recorrente, principalmente, quando as discriminações advêm de relações familiares ou de grupos que se possui vínculo afetivo, como pode ser observado nas narrativas das participantes.

Outras reações expressas por Fiama (25 anos, Rede Sapatà) e Nairobi (29 anos, Sapatão Suburbana) se referem a raiva e ódio, segundo as entrevistadas essas emoções começam a surgir no processo de se conscientizar sobre as razões das discriminações não serem apenas algo isolado e individual, mas também construto de interações socioculturais. “A partir do momento que eu começo a conviver com pessoas como eu, eu entendo que o problema é a sociedade e começo a ter ódio não da pessoa, mas da cultura que faz a gente passar por esse tipo de coisa” (Fiama, 25 anos, Rede Sapatà). “O medo de dar a mão na rua faz parte da relação, essas coisas assim marcam muito... Muita raiva. Muita raiva mesmo. Muita raiva e sentimento de revolta” (Nairobi, 29 anos, Sapatão Suburbana). Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão) também expressa sentir muita raiva ao ter que passar por experiências de discriminação por conta de seus pertencimentos grupais.

Essas narrativas dialogam com as autoras Fernández e Momoitio (2016) sobre o quanto a lesbofobia afeta e reprime a expressão de gestos de afeto, podendo levar ao ocultamento da sua orientação sexual nos espaços sociais, a fim de evitar o julgamento, recriminação e sofrer violências. Também se observa que passar por discriminações podem gerar sentimento de

culpa, tristeza e raiva (Fernández & Momoitio, 2016). O que se evidencia nas discussões das autoras Braz (2018) e Toledo (2008) sobre como os sofrimentos que se situam na vida das mulheres negras e lésbicas podem ser intensificado pela sensação de insegurança social presente em diferentes espaços e grupos sociais (Soares, Peres & Dias, 2021).

No caso de Luz (52 anos, Coletiva LesbiBahia), ela identifica em sua trajetória de vida que muitas das oportunidades que teve e os tratamentos sociais em espaços diversos foram desiguais. Reconhecendo o quanto ser uma mulher negra na sociedade brasileira é passar por diversas situações que tentam e, muitas vezes, conseguem impedir de alcançar certos espaços. “No meu caso, eu tive um mioma e levei 10 anos pra fazer uma cirurgia com medo da ginecologista. Pelo SUS, para mulher negra é péssimo, imagina pra lésbica” (Luz, 52 anos, Coletiva LesbiBahia).

Relatos que dialogam e reforçam os achados de Cardoso e Ferro (2012), Mott (1987), Rede Feminista da saúde (2006) e Trevisan (2018) sobre como as instituições sociais e algumas/alguns profissionais podem ter uma conduta despreparada para atender essas mulheres. Influenciando nos tratamentos injustos e excludentes em distintos espaços institucionais, da mesma forma que as performances de gênero podem distinguir os julgamentos e agressões sofridas pela comunidade LGBT (Butler, 2009; Lorde, 1983; Messeder, 2014; Silva, 2017).

Segundo o autor Campbell (1976) a partir do balanço dos eventos que produzem emoções de alegria, prazer, excitação (afetos positivos), e de eventos que produzem emoções de tristeza, raiva, desânimo (afetos negativos), se pode avaliar o quanto as discriminações se tornam fatores moderadores nos níveis de satisfação que essas mulheres julgam ter em sua vida (Giacomoni, 2004; Galinha, 2008; Nogueira, 2015). Por outro lado, percebe o quanto as redes de apoio, e outras estratégias desenvolvidas por elas como a busca por informações, estar junto de sua comunidade de pertencimento social, ajudam a diminuir os efeitos negativos desses eventos estressores em suas emoções e BES.

#### 4.1.3.2 Interações sociais

Segundo Isa (25 anos, Entre Pretas) as experiências vivenciadas nas relações sociais fizeram a mesma se sentir “magoada, tipo assim, reprimida”, percebe que afetou também o modo como se comunicava com as pessoas no seu trabalho e em outras relações sociais. Comenta que as discriminações direcionadas a sua sexualidade fizeram ela se sentir “muito invadida. Então eu preferia me resguardar”. Por consequência, ficar mais retraída e menos aberta ao diálogo, afetando seu BES no ambiente de trabalho. Como também se observa na

narrativa de Luz (52 anos, Coletiva LesbiBahia) sobre o episódio em que sua amiga de trabalho deixou de ter contato após saber da sua orientação sexual.

Isso me deixou tão machucada, ela se escondia pra não falar comigo, como se eu fosse um perigo. Eu fiquei uns 4 anos para me recuperar. E olha que eu não era de grude, “sapatona só”. Ela sempre queria estar comigo, comer comigo, a gente fazia dança juntas e tudo mais. Ela questionou por que eu não tinha falado com ela. “Eu ando perguntando com quem você dorme?” Respondi. Eu não via necessidade, eu fiquei muito arrasada.

Torna-se possível compreender que a lesbianidade não está atrelada apenas às crenças de patologização e punição da lesbianidade, evidencia-se nas narrativas das entrevistadas que em suas interações sociais elas foram julgadas também por crenças e discursos sociais excludentes e que as desrespeitam (Soares, Peres & Dias, 2021). De acordo as narrativas de Nick (21 anos, Canal Flaju) “quando a gente é negro, tem vezes na vida da gente que a gente as vezes não se sente tão bem, né. Por que... as vezes as pessoas fazem com que a gente não se sintam bem. As vezes a gente acha defeito onde não tem”.

Para a entrevistada ter se relacionado com pessoas que a discriminaram por conta da sua cor de pele e cabelo tem repercutido na forma como se sente retraída e menos expressiva em alguns contextos sociais, afetando o BES. O que se intensifica com as experiências de discriminação que vivenciou em serviços públicos e privados por ser mãe e lésbica designada como fancha, tendo seus direitos negados e o registro mudado no sistema para sexo masculino, como conta em suas interações com as(os) atendentes dessas instituições sociais. “Antigamente não acontecia, eu era muito tipo quieta. Muito fechada, sabe. Não fazia muitas amizades. Até hoje, sinceramente, eu não faço muitas amizades. Mas sempre acontece de fazer, por que eu sou uma pessoa carismática, sorridente” (Nick, 21 anos, Canal Flaju).

Para Fiama (25 anos, Rede Sapatà), os casos de lesbofobia afetaram também o modo dela conseguir demonstrar afeto por outras mulheres em espaços públicos, mesmo sendo socialmente assumida. Da mesma forma, Nairobi (29 anos, Sapatão Suburbana) também sente “mais receio, tanto por mim quanto pela pessoa. Eu evito...se eu sentir que o ambiente tá ruim eu fico atenta, mas mesmo com medo eu tento”. Segundo as narrativas de Nairobi (29 anos, Sapatão Suburbana) todas essas experiências mudaram a forma como ela busca se relacionar com homens, desenvolvendo como estratégia o distanciamento e evitação de relações mais próximas, embora tenha algumas amizades com figuras masculinas e tenha que interagir em ambientes de trabalho e da faculdade. “Nunca vou deixar de ser eu, então acho que a forma de

lidar é ser quem eu sou. Eu não tenho uma forma pra tentar esquecer isso, só me afasto dos homens, quanto menos próximos, melhor” (Nairobi, 29 anos, Sapatão Suburbana). No caso de Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão) que também passou, a maioria, das experiências de discriminação com homens, ela também relata ter dificuldade de se relacionar com eles.

De acordo a narrativa de Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão) após voltar a morar em Salvador, ela passou a evitar frequentar espaços públicos como boates e festas por conta dos assédios frequentes de outros homens e pelo “medo de estupro corretivo, eu já fui ameaçada”. Esse dado é reiterado por Mott (1987) sobre o quanto a comunidade LGBT é também excluída e discriminada em espaços públicos de entretenimento. No caso das mulheres lésbicas as formas de violência e ameaças voltadas para o assédio e estupro são muito frequentes também em espaços públicos (Braz, 2018; Toledo, 2008).

Esses eventos estressores relatados pelas participantes associados às discriminações raciais, segundo as autoras Souza (1983) e Tavares e Kuratani (2019) podem contribuir para a produção de sofrimento psíquico, sendo agravado pelas discriminações relacionadas a orientação sexual das participantes da entrevista, como apontam Navasconi (2018) e Paveltchuk, Damasio & Borsa (2019a). O que se relaciona com as discussões das autoras Soares, Peres e Dias (2021) sobre a sensação de insegurança social e sofrimento emocional ser muito mais recorrente em espaços públicos e no contato com homens, nos casos registrados de agressões contra mulheres negras e lésbicas no Brasil.

Todas essas narrativas dialogam com os dados apontados por Francisco et al. (2020) e Moleiro e Pinto (2009) sobre como as discriminações vivenciadas pelas mulheres lésbicas em espaços como na família, escola, emprego podem desencadear reações comportamentais e emocionais como medo de falar, de serem expostas e passarem por outros julgamentos, humilhações, afetando o BES e a qualidade de vida. Podendo preferir se isolar e não interagir socialmente por não se sentirem acolhidas, compreendidas e/ou aceitas, bem como terem episódios recorrentes em que se sentem tristes por conta dos sucessivos eventos estressores que foram vítimas de violências (Chella, 2017).

#### 4.1.3.3 Enfrentamento

De acordo com as narrativas das entrevistadas houveram algumas estratégias desenvolvidas para lidar com essas experiências, como buscar ajuda de pessoas em que se sintam acolhidas e respeitadas, mudar de cidade e as crenças relacionadas às suas múltiplas

categorias identitárias. Buscando na identificação social com outras mulheres negras e lésbicas o autorreconhecimento e, conseqüentemente, a melhora no BES.

Como representado na fala de Isa (25 anos, Entre Pretas), a busca de informações e a leitura de materiais associados as questões raciais ajudou a enfrentar o racismo: “nesse, mesmo texto que eu li, ele dizia tudo que é preto é bom. Realmente comparando, né, com algumas coisas, [...] então eu comecei a me reconhecer como uma mulher preta” (Isa, 25 anos, Entre Pretas). Outra estratégia desenvolvida pela entrevistada depois de um tempo foi a mudança da crença de que ser lésbica e negra são características ruins e erradas. “Eu não consigo mais dar tanta atenção para essas coisas por eu saber quem eu sou para saber quem é, né. Qual é a minha essência? Essas coisas hoje em dia elas não me abalam mais como antes” (Isa, 25 anos, Entre Pretas).

Ainda que a entrevistada relata a mudança de crenças de forma autônoma, mediante a busca de conhecimento e informações, ela faz a ressalva de que não foi algo fácil e que buscar ajuda foi essencial. Apesar de ter poucos recursos, destaca que estar junto as outras pessoas, permitiu entender que ela não era a única pessoa a enfrentar tais desafios: “que eu não estava sozinha e que tinham muitas pessoas como eu passando pelas mesmas questões” (Isa, 25 anos, Entre Pretas). Já nas narrativas de Luz (52 anos, Coletiva LesbiBahia) o enfrentamento às crenças preconceituosas de sua família ocorreu a partir de conversas, tensionamentos e de sua autoafirmação. Sendo todos esses fundamentais para que ela fosse respeitada, tornando-se uma referência para sua irmã mais nova, o que para ela trouxe muita felicidade hoje em dia, apesar de todas as lutas e sofrimentos passados. O que comunga com as autoras Braz (2018) e Lemos (2021) sobre como o reconhecimento de mulheres lésbicas do seu pertencimento racial e da sexualidade, detém papel fundamental na promoção de bem-estar, autonomia e manejo dos sofrimentos decorrentes das discriminações.

De acordo com as narrativas de Nick (21 anos, Canal Flaju) mesmo passando por diversas situações difíceis, buscou, recorrentemente, estratégias individuais para lidar com as discriminações. Para ilustrar, ela comenta que a partir da mudança para uma cidade mais distante de onde morava conseguiu tomar algumas decisões. “[...] Fui passar um final de ano e tal e isso foi que aconteceu nesse momento, minha cabeça mudou totalmente, aí eu decidi que eu ia embora então foi assim foi tudo muito rápido. [...] Foi quando eu comecei a melhorar com relação isso, foi quando eu comecei a aprender também e a me desenvolver”. Nesse momento, conta que conseguiu viver suas primeiras relações amorosas, passar pela transição capilar, usar roupas que correspondessem aos seus desejos, independente dos padrões impostos pela

sociedade. Além da possibilidade de estar mais perto da natureza, como meio de cuidado emocional e melhora no BES.

Nick (21 anos, Canal Flaju) também conta ter recorrido a uma advogada, sendo orientada juridicamente de como seus direitos como cidadã e mãe deveriam ser cumpridos e respeitados pelas instituições. Também descreve ter mudado sua identidade colocando uma foto atual auxiliaram para que não se sentisse coagida. Conta ter tido a necessidade de se virar sozinha na mudança para outra cidade mais distante, a impulsionou solicitar ajuda quando precisou, desenvolvendo sua expressão verbal e a redução do medo de ir em serviços de saúde, drogarias, entre outros espaços sociais. Já Fiama (25 anos, Rede Sapatà) deixou de “frequentar espaços e de me relacionar com pessoas que eu sei que são contra tudo que eu represento. [...] Eu não entro em lugares assim e não dou meu dinheiro em lugares que não me respeitam”. Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão) comenta sobre sua estratégia de utilizar tudo que aprendeu sobre empoderamento para estar em espaços onde presencia situações de discriminação racial e relacionado a sua orientação sexual. Também enfatiza sobre a importância do seu trabalho e do seu status solteira de relacionamento como fatores que avalia promover liberdade e sensação de bem-estar, por poder fazer suas escolhas e decisões sobre o que se deseja.

Nesse sentido, as narrativas das entrevistadas retratam o que Tajfel (1978) menciona a respeito de como os indivíduos buscam também criar recursos individuais e coletivos para interagir e responder as situações do ambiente, reconhecendo a dimensão da personalidade, comportamento e *self*. Incluindo, segundo Stangor (2016), a valorização das características do *ingroup* para o fortalecimento de sua identidade, isto é, da negritude e lesbianidade, comentada por Lemos (2021), Lorde (1983) e Silva (2016).

Fiama (25 anos, Rede Sapatà) narra: “Tento transformar a revolta em ações. [...] um cara diz que eu não posso pagar uma consulta, então eu denuncio, digo que é racismo”. Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão) traz também como possibilidade de enfrentamento a perspectiva do diálogo e da troca de conhecimento que, atualmente, consegue realizar com pessoas da sua família e do terreiro [espaço religioso referente ao candomblé], incluindo homens desses contextos. Para Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão) esse exercício é importante não apenas por romper com o silenciamento, mas também de não estar se colocando como superior por ter tido acesso à universidade e ser uma intelectual. Assim, ela conta “a gente pode mudar esses comportamentos juntos. [...] É também me incluir, dar às mãos”.

Outro elemento narrado por várias participantes foi o desejo em buscar o acolhimento psicológico, como a terapia, para poder lidar com as experiências das discriminações e os sofrimentos emocionais decorrentes, como se nota nos seguintes trechos: “Eu tô vendo se faço terapia, acho que para me manter mentalmente é importante” (Luz, 52 anos, Coletiva LesbiBahia). “O acompanhamento terapêutico é algo que já faz parte da sua rotina e tem ajudado a lidar com os pesadelos que têm tido com casos de violência sexual (Mariana, 28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão)”. Nick (21 anos, Canal Flaju) e Nairobi (29 anos, Sapatão Suburbana) comentam sobre como ocupar espaços de realização profissional junto a oportunidade de estudar e trabalhar proporcionam, por outro lado, interações sociais que a fazem feliz. Assim sendo, as estratégias individuais e coletivas ajudam a cuidar do bem-estar emocional, enfrentar as discriminações e promover o fortalecimento do pertencimento grupal, conforme reiteram as pesquisas de Moleiro e Pinto (2009) e Paveltchuk, Damasio e Borsa (2019b).

Tais discursos, remetem a reflexão apresentada no dossiê da Rede Feminista de Saúde (2006) sobre o valor em buscar suporte de instâncias jurídicas, denunciar os casos de discriminação dos serviços públicos e privados para que se possa intervir e desenvolver práticas de atuação profissional e serviços mais adequados às especificidades das mulheres lésbicas. Além de pensar em promover a garantia dos direitos fundamentais e promoção de saúde, nesse caso enfatiza-se como a psicologia pode auxiliar no acolhimento dessas mulheres (Moleiro & Pinto, 2009; Navasconi, 2018; Tavares & Kuratani, 2019).

#### 4.1.3.4 Autoestima

Outro tema presente nos relatos se refere as reações decorrentes do modo como se sentiam diante do tratamento recebido, dos sentimentos e estados afetivos oriundos desse tratamento discriminatório, na falta de motivação no trabalho, inclusive para executar as suas funções básicas na empresa: “Às vezes a pessoa nem te conhece profundamente, mas te julgam quem você é ou por você ser uma pessoa lésbica, por você ser uma pessoa preta, né. Então, às vezes eu me sentia um pouco assim é desvalorizada” (Isa, 25 anos, Entre Pretas).

Também se faz presente nas narrativas a cobrança excessiva e a necessidade de dar o seu melhor no trabalho e mesmo assim sentir que não fez o suficiente para ser reconhecida e valorizada, também de estar sempre “em estado de vigilância”, evitando a todo momento qualquer ato que possa prejudicar seu desempenho, sentindo “perda de confiança em si” (Nairobi, 29 anos, Sapatão Suburbana). “A gente precisa todo dia afirmar...no fundo a gente



sabe que tem capacidade, mas tem que reafirmar” (Luz, 52 anos, Coletiva LesbiBahia). Dificuldade de autoaceitação, baixa autoestima e sentimento de vulnerabilidade também aparecem em outras narrativas, como descreve Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão): “Eu passei muitos meses da transição [capilar] sem me olhar no espelho, eu tinha dificuldade em me olhar no espelho e me achar bonita”.

Para as participantes essas reações se deram, posteriormente, aos casos de racismo e lesbofobia percebidos por elas. Dito isso, as autoras Lemos (2021), Nogueira (2017), Toledo (2008) e Tolentino (2018) tratam sobre os efeitos das discriminações e suas relações com a autoestima, podendo esses eventos estressores serem internalizados. Consequentemente, afetando o reconhecimento de sua autoimagem, autoconfiança, autoestima coletiva e afirmação de sua identidade social, bem como inseguranças relacionadas com as desigualdades de oportunidades na sociedade e os estereótipos direcionados às mulheres negras na sociedade (Damasceno, 2011; Pacheco, 2008; Santos, 2019; Schucman, 2012). E que segundo os autores Albuquerque, Parente, Belém e Garcia (2016) e a autora Galinha (2008) experiências que podem gerar afetos negativos de culpa, vergonha, tristeza, influenciando no BES. Como se percebe, a seguir, como os efeitos do racismo, a lesbofobia e outras categorias advindas da matriz de opressão social produzem experiências que influenciam na relação que as entrevistadas possuem com sua identidade, corpo e autoimagem.

Comecei a me tornar uma pessoa retraída e tímida, chegava abatida nos espaços, não conseguia falar. Comecei a ter um psicológico debilitado e ter autoestima baixa. Na minha adolescência eu tinha muitas crises. Mas não conseguia perceber o quanto que ser lésbica, negra e gorda interferia na minha autoestima (Fiama, 25 anos, Rede Sapatà).

Nick (21 anos, Canal Flaju) conta sobre como se sentia antes da transformação visual advinda do tempo que passou a se identificar como lésbica, descrevendo como um período em que era menos atraente e que chamava menos atenção de outras mulheres. Em seguida, narra que os padrões de feminilidade não fazem ela se sentir confortável em aspectos estéticos e comportamentais, mas isso ela enfatiza que não muda sua identificação com o gênero mulher, corroborando com as autoras Butler (2009), Messeder (2014) e Silva (2016). Ela percebe sentir orgulho “pelo que eu sou como mulher, tanto quanto lésbica, tanto como preta eu me sinto empoderada.” “[...] eu quero me vestir assim porque eu gosto de me vestir assim. Eu quero meu cabelo assim porque eu gosto do meu cabelo assim, eu passei a me sentir mais bonita, e eu passei a ser uma pessoa mais carismática e mais sorridente” (Nick, 21 anos, Canal Flaju).

Às vezes a minha sexualidade, eu esqueço a importância dela, da forma que eu me coloco nesse lugar. Nesse convite eu percebi a importância, percebi que não sou a Mariana do passado, nem que aceitava violências. Esse convite foi uma afirmação de que foi importante. Eu sou uma outra pessoa, e me orgulho muito de quem me tornei (Mariana, 28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão).

Vale ressaltar que este processo é viabilizado mediante a resignificação e desenvolvimento de estratégias para lidar com as experiências de sofrimento advindas dos episódios de discriminação. O que reforça a discussão dos autores Albuquerque, Parente, Belém e Garcia (2016) no que concerne à promoção de emoções de alegria e melhora no BES a partir dos afetos positivos advindos da mudança na percepção das crenças advindas das discriminações raciais e da sexualidade, para um movimento de aceitação e respeito a sua identidade. Valorizando, por conseguinte, suas vivências e desempenhando papel protetivo na saúde mental, por meio da moderação dos eventos estressores, criação de estratégias que expandem a sensação de segurança social, felicidade e melhora no BES (Albuquerque, Parente, Belém & Garcia, 2016).

Na próxima página será exposta uma síntese das principais reações emocionais relacionadas às experiências comentadas pelas entrevistadas. Apresentando como as percepções das discriminações podem estar associadas a algumas das dimensões discutidas no estudo sobre o BES (Quadro 04).

**Quadro 04: Análise das principais reações emocionais**

<i>Experiência</i>	<i>Contexto social</i>	<i>Afetos</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Participantes</i>
Discriminações relacionadas à lesbianidade	Religião	Tristeza e culpa	Mudança de crenças e saída do espaço religioso	Nick, Fiama
Discriminações relacionadas à lesbianidade	Família	Tristeza e vergonha	Diálogo e conquista da autonomia	Isa, Luz
Violências lesbofóbicas e raciais	Rua e outros espaços públicos	Raiva e medo	Distanciamento e evitação social	Fiama, Nairobi, Mariana, Nick
Discriminações raciais e da lesbianidade	Trabalho	Repressão e baixa autoestima	Distanciamento e evitação social	Isa, Luz, Nairobi
Discriminações raciais	Lojas e outros estabelecimentos fechados	Tristeza	Suporte social	Fiama, Isa, Mariana
Pertencimento das múltiplas categorias identitárias	Contato com outras mulheres negras lésbicas em diferentes espaços	Felicidade	Identificação social e valorização de si	Todas
Buscando formas de se sentirem livres	Mudança dos lugares e das pessoas que se relacionam	Coragem e autoconfiança	Segurança social	Fiama, Nick, Nairobi, Mariana, Isa
Ressignificação dos sofrimentos emocionais	Acesso às informações, coletivos e redes sociais	Felicidade e autoestima coletiva	Acolhimento	Mariana, Luz, Fiama

#### 4.1.4 Suporte social<sup>12</sup>

*Ubuntu:*

“Eu sou porque nós somos.”

##### 4.1.4.1 Amizades

Esse subtema é enfatizado por muitas das participantes como rede de cuidado, afeto, identificação, conforme se observa nos relatos. Entre as redes de suporte e apoio de maior relevância encontram-se os pares, amigos e conhecidos, possivelmente, pessoas que fazem parte do mesmo grupo ou categoria social, o que reforça o sentimento de aproximação, semelhança, os vínculos e laços afetivos, em síntese, reforça a identidade social positiva e consequentemente, contribui positivamente no enfrentamento da discriminação, melhorando o bem-estar subjetivo.

Isa (25 anos, Entre Pretas), em diversos momentos, menciona como as relações de amizade são presentes em suas memórias, ela conta que costuma recorrer a seus amigos quando passa por determinadas situações difíceis, muito mais do que sua família. Para Isa (25 anos, Entre Pretas) as amizades oferecem “muita força, muito apoio para que eu tivesse coragem né ser quem eu era. Foram momentos diferentes, mas onde os meus amigos eles estavam presentes, tanto na sexualidade quanto na questão racial”. Já nos relatos de Nick (21 anos, Canal Flaju) narra sobre a importância de suas/seus amigas(os) nesse momento da descoberta e apoio para vivenciar suas experiências amorosas. Fiama (25 anos, Rede Sapatà), Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão) e Nairobi (29 anos, Sapatão Suburbana) também valorizam suas redes de amizade como lugar de afeto, acolhimento e fortalecimento, inclusive, para serem quem são.

As narrativas dialogam com os autores Paveltchuk, Damasio e Borsa (2019a) sobre um dos moderadores encontrados pela comunidade LGBTQIA+ que seria a busca pelo pertencimento em grupos que exista aceitação, acolhimento, identificação dessas vivências. Sendo os vínculos de amizade essenciais para as mulheres lésbicas por permitirem a valorização de sua identidade e mudança na percepção das crenças de controle e punição social, encontradas e reforçadas em diversos ambientes sociais, como já explorado anteriormente (Francisco et al., 2020). Relacionando-se com elementos que propiciam o reconhecimento de si e a identificação

---

<sup>12</sup> Os dados expostos nesse tema e subtemas da sessão foram suscitados pelo diálogo da pesquisadora a partir dos itens: “Caso deseje, compartilhe como você lidou e enfrentou essa(as) experiências(as).”; “Caso queira comentar sobre algo que não foi mencionado nos tópicos anteriores e/ou acrescentar algo, sintase à vontade.”.

com aspectos que constituem a pertença grupal e a formação da identidade social (Tajfel 1978; Turner, 1985).

Consoante com os autores Paveltchuk, Damasio e Borsa (2019a), as narrativas das entrevistas também revelam o quanto as relações de amizade trazem a sensação de segurança, apoio, proteção e compartilhamento de vivências em comuns no se refere ao pertencimento à comunidade negra e lésbica. Podendo ser compreendida como uma estratégia de pertença grupal e que propicia uma melhora no bem-estar por permitir ter o suporte de outras pessoas que se identificam e criando formas de lidar com as experiências estressoras advindas da percepção que se desenvolve sobre as formas de discriminações que podem, eventualmente, ocorrer ou que já vivenciaram (Albuquerque, Parente, Belém & Garcia, 2016).

#### 4.1.4.2 Outras relações

No presente subtema, destaca-se algumas particularidades das narrativas das entrevistadas, que tiveram em alguns episódios de suas vidas apoios de grupos sociais como profissionais da educação, familiares, companheiras como namoradas, entre outros. Como se observa no caso de Isa (25 anos, Entre Pretas) que mesmo recorrendo ao seu ciclo de amizade, com maior frequência, ela conta sobre uma educadora que teve papel importante em sua adolescência: “eu lembro muito na minha adolescência, né, que eu tive uma professora que ela abordava bastante né essas questões raciais e eu aprendi muito com ela também né”. Assim, a entrevistada narra que depois “foi mudando por conta própria, essa minha forma de pensar” (Isa, 25 anos, Entre Pretas).

Nick (21 anos, Canal Flaju) e Nairobi (29 anos, Sapatão Suburbana), por outro lado, trazem sobre o apoio da mãe como algo fundamental para que conseguissem expressar sua performance de gênero de forma mais livre e ter mais facilidade em contar sobre sua sexualidade. Nick (21 anos, Canal Flaju) comenta sobre o quanto foi doloroso ver pessoas próximas serem expulsas de casa pela família, por serem parte da comunidade LGBTQIA+, o que ela reforça ao logo da entrevista sobre o valor desse apoio materno. Nairobi (29 anos, Sapatão Suburbana) também destaca o quanto sua mãe e avó são referências de apoio não apenas da sexualidade, mas da valorização da sua negritude e de todas as oportunidades sociais que está podendo acessar pelo cuidado delas.

O que dialoga com Luz (52 anos, Coletiva LesbiBahia) sobre a importância dessas referências no grupo familiar, ela narra sobre ter na sua família esse papel de representatividade para a irmã mais nova que também é lésbica, mas performa masculinidade. Assim, Luz (52

anos, Coletiva LesbiBahia) explica o quanto os caminhos de enfrentamento foram cruciais: “a referência dela sou eu, pela minha forma de me comportar. É o meu conforto hoje, além disso ter esse apoio familiar”. Como também ocorreu nas narrativas de Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão) sobre os caminhos de enfrentamento terem feito sua família, atualmente, aprendido a respeitá-la, embora ainda existam alguns desafios.

Segundo as participantes as relações amorosas também foram essenciais, algumas delas comentam que passaram a se sentir bem em serem lésbicas, bem como conseguido se comunicar e interagir melhor com as pessoas ao redor. Para Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão) participar de encontros e eventos de mulheres negras, lésbicas e bissexuais também é fundamental para trocar vivências, sentindo-se mais segura e acolhida por quem entende o que você passa no dia a dia.

Reiterando as discussões feitas por Moleiro e Pinto (2009) sobre como as relações de afeto e respeito propiciam recursos de regulação emocional e fortalecimento de sua identidade social. Nesse sentido, também é apontado na literatura que o apoio social e familiar e a redução da discriminação podem amenizar os riscos de desenvolvimento da ansiedade e depressão, bem como ajuda no fortalecimento de sua identidade (Albuquerque, Parente, Belém & Garcia, 2016; Francisco et al., 2020).

#### 4.1.4.3 Páginas da rede social e/ou coletivos

Para todas as participantes as redes sociais desempenham um papel importante para a compreensão das questões raciais e da sexualidade, sendo também uma estratégia individual para buscar outras possibilidades de perceber a realidade e interagir socialmente, no que tange a importância desses espaços virtuais para o acolhimento e enfrentamento das discriminações, podendo estar ou não em movimentos organizados.

As narrativas enfatizam que por meio desses conteúdos elas conseguem identificar mulheres que passam por experiências semelhantes, bem como conteúdos que reforçam a liberdade e autonomia de serem quem são, tendo seus direitos assegurados e sendo respeitadas, como conta Isa (25 anos, Entre Pretas) e Fiama (25 anos, Rede Sapatà). Nairobi (29 anos, Sapatão Suburbana) comenta que: “[...] leituras, *lives*, vídeos, as páginas que eu sigo, os conteúdos que eu consumo, isso me fortalece muito. Quem tiver incomodado que se mude ou mude.” Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão) também enfatiza a importância desses canais, a participante conta: “As redes sociais me ajudam a escapar, nesse lugar não só de influencer, mas de intelectual negra, lésbica e periférica. De produzir e falar sobre”.

Segundo as autoras Alves (2019), Chella (2017), Toledo (2008) e Tolentino (2018) os conteúdos como publicidades, telenovelas, notícias de jornais, revistas, filmes, programas de humor, entre outros desempenham papel importante para que grupos minoritários possam se sentir representados e constituir sua autoimagem por meio da identificação social. No caso, das mulheres lésbicas e negras se nota a invisibilidade ainda muito presente na mídia televisiva e cinematográfica, logo as redes sociais têm mediado também a possibilidade de ruptura do silenciamento dessas experiências de vida acerca da negritude, lesbianidade, outras categorias identitárias.

Algumas delas também comentam sobre o valor dos movimentos sociais, da representação das artistas e ativistas por expressar e apresentar discussões que oferecem suporte social e possibilidades de ressignificar as experiências de discriminação. Fiama (25 anos, Rede Sapata) relata: “participo de debates que trazem essas questões. E lidar com essas memórias nos ajudam muito a sofrer menos ao resgatá-las.” Ela também compartilha que ao participar de coletivos e movimentos sociais durante a vivência universitária passou a se sentir acolhida, desenvolvendo estratégias de autocuidado e valorização de suas categorias identitárias.

Para Luz (52 anos, Coletiva LesbiBahia) os coletivos sociais são atribuídos em sua vivência como um dos principais recursos de suporte social, enfrentamento às discriminações e fortalecimento das múltiplas pertencas identitárias, em que ela descreve: “minha prática no movimento é para que a gente tenha um lugar de acolhimento, uma luta com afeto e acolhimento, uma estratégia pra gente não surtar”.

A participante enfatiza que os coletivos são um dos caminhos que acredita de transformação, como menciona: “A minha geração continua contribuindo e que as próximas procurem continuar na luta, procurem construir. Mas o importante é ser feliz, ter amor” (Luz, 52 anos, Coletiva LesbiBahia). Mariana (28 anos, Lésbica, Negra e Caminhão) também traz ao longo da entrevista aspectos relacionados ao que denomina como “posicionamento político”, o qual foi adquirindo ao longo das suas experiências em grupo de mulheres e convivência com mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, principalmente, quando morou no interior durante a vida universitária. Para a participante, esse envolvimento político ajudou durante a transição capilar e no enfrentamento às discriminações.

Assim, percebe-se que o entendimento da realidade, dos fatores que causam as discriminações, ajudam a criar recursos para seu enfrentamento, por exemplo, pela formação de crenças de valorização do seu grupo social, identificar recursos legais para denunciar essas discriminações, entre outros. Tal dado dialoga sobre como o ativismo social tem sido

ressignificado com as redes sociais, abrangendo outras estratégias de fortalecimento grupal e de enfrentamento às discriminações, sendo percebido nesse caso como um espaço que promove a autocategorização (Turner, 1985) e a valorização de seu grupo através de referências presentes nas interações sociais do ambiente virtual (Stangor, 2016).



## Considerações gerais

As análises explanadas no decorrer da investigação explicitam como a questão norteadora dessa pesquisa foi atendida no que diz respeito ao uso da literatura e ao alcance dos objetivos do estudo. Destacando como a escolha dos instrumentos e do método auxiliaram na descrição dos principais ambientes e comportamentos discriminatórios que as mulheres negras lésbicas entrevistadas perceberam em seu convívio social. Incluindo como elas avaliam as associações dessas discriminações ao seu BES, considerando o pertencimento racial (negritude) e de sua sexualidade (lesbianidade). Valorizando as narrativas das participantes, no que tange às estratégias desenvolvidas por elas para lidar com os eventos estressores e as respostas emocionais decorrentes desses episódios. Situando a notoriedade dos recursos de suporte social, garantia de direitos, acesso à informação, autoestima coletiva para a identificação e valorização do sentimento de pertencimento grupal.

Nesse sentido, o estudo buscou provocar a leitora e leitor a perceberem as nuances que se articulam às múltiplas categorias identitárias dessas mulheres. Explanando no percurso da investigação como a perspectiva da interseccionalidade junto a complexidade da identidade social são potentes arcabouços teórico e metodológico (Akotirene, 2018; Crenshaw, 2005; Lorde, 1983; Rich 1980; Wittig 1992). Tal fato reflete em como as dimensões analisadas acerca do BES, identidade, discriminações tiveram influências na vivência dessas mulheres, trazendo valiosas reflexões que conseguiram responder aos objetivos da investigação e apontar caminhos para outros estudos. Assim, enfatiza-se que as narrativas das participantes estão associadas às experiências sociais, considerando aspectos da autocategorização e da formação da identidade social (Stangor, 2016; Tajfel, 1978).

Com esse trabalho foi possível também articular dentro do campo da psicologia e outras áreas das ciências humanas e da saúde, a elucidação de como essa população necessita ser atendida e acolhida de acordo às especificidades de suas múltiplas categorias identitárias. Incluindo os fatores advindos da percepção das experiências de discriminação racial e sexual que podem agravar a produção de sofrimento psíquico. Contribuindo, por sua vez, para o fomento de políticas públicas voltadas para população negra LGBTQIA+ e de enfrentamento às discriminações.

Nota-se como muitos outros conteúdos expostos pelas entrevistadas dialogam com a literatura explorada na pesquisa, como as discussões acerca da patologização da lesbianidade, violências verbais e físicas que acometem as mulheres lésbicas com frequência (Braz, 2018;

Toledo, 2008; Soares, Peres & Dias, 2021). Assim como, as discriminações raciais relatadas pelas participantes em instituições variadas, como os julgamentos e avaliações constante sobre sua competência, levando a sensação de estarem sendo vigiadas e o constante medo de falhar (Alves, 2019; Davis, 2016; Gonzalez, 1984; Nunes, 2015; Pacheco, 2008; Silva, 2017).

Ademais, as violações de direitos, ausência de representatividade na mídia, a criminalização e punição da existência lésbica demonstram o quanto contribuem para a invisibilidade das narrativas desse grupo. Podendo variar de acordo as performances de gênero e as categorias identitárias (Alves, 2019; Toledo, 2008; Tolentino, 2018). A lesbofobia e a heterossexualidade compulsória foram fenômenos evidenciados nos dados e na literatura investigada. Impactando no modo como elas interagem socialmente e se relacionam sexualmente e amorosamente — comportamentos de evitação, esquiva e medo (Alves, 2019; Messeder, 2014; Tolentino, 2018).

Haja vista que este foi o lócus para o contato com as mulheres que contribuíram com o estudo, tornando-o possível de se concretizar. Considerando o fervor em que as redes sociais, no período da pandemia, trouxeram bastante visibilidade para as demandas políticas e o avanço das mudanças na comunicação ocorrido através das interações virtuais. Salienta-se a relevância do uso dessas ferramentas, atualmente, para o avanço de alguns estudos científicos. Haja vista que este pode se tornar um espaço de coleta de dados, produção de interações sociais que se apresentam por meio também das experiências de vida e da pertença grupal evidenciadas nas trocas das redes sociais (Alves 2019; Chella 2017; Stangor, 2016).

Vislumbrou-se, nesse caso, que o lócus virtual poderia se tornar um aliado para o encontro da pesquisadora com as entrevistadas, considerando que por via das páginas Entre Pretas, Canal Flaju, Lésbicas Negras - Rede Sapatà, Sapatão Suburbana, Lésbica, Negra e Caminhão, Coletivo LesbiBahia foi viabilizada a coleta dos dados. Inclusive esse aspecto pode ter influenciado na característica da amostra ser composta por mulheres que já possuem uma percepção e conscientização acentuada dos processos discriminatórios, bem como aceitação e valorização dos seus aspectos raciais, de sexualidade e gênero. Haja vista que os conteúdos dessas páginas retratam sobre a dimensão da identidade e interações sociais voltadas às compreensões das discriminações e a valorização das relações na comunidade de mulheres lésbicas e, outras, destacando a perspectiva da interseccionalidade.

Vale ressaltar que os dados deste estudo não podem ser generalizados considerando o percurso metodológico, as semelhanças dos dados identificados e as características da amostra. Além de que nem todas as mulheres terão necessariamente as mesmas trajetórias de vida e

estratégias de enfrentamento dos processos discriminatórios desenvolvidas como ocorreu com essa amostra, o que também não implica em dizer que todas conseguirão ressignificar as experiências de sofrimento emocional e/ou ter reações semelhantes. Destaca-se que as narrativas refletem, em sua maioria, o contexto dos centros urbanos, tendo em vista que apenas uma participante era do interior. Tal dado reforça a compreensão da pesquisadora e dos estudos identificados sobre como o debate acerca da negritude e lesbianidade, por exemplo, ainda está mais presente nas capitais, sendo necessário difundir estratégias para expandir o acesso à informação, políticas públicas e possibilidades de proteção socioemocional para as mulheres que estão em territórios espalhados nas cidades das diferentes regiões da Bahia.

Paralelo a isso, enquanto psicóloga e pesquisadora em constante processo de formação, destaca-se a responsabilidade ética e profissional necessária para conduzir práticas mais comprometidas com a diversidade identitária e que contribuam para o enfrentamento às discriminações sociais (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2005). Essa proposição necessita estar imersa em áreas da saúde e educação. Por outro lado, os dados da pesquisa revelaram como instituições e estabelecimentos público e privados ainda possuem discursos e comportamentos que discriminam essas mulheres (Moleiro & Pinto, 2009). Tendo apenas alguns casos particulares em que as mulheres tiveram o acolhimento apropriado por profissionais da área da educação e da psicologia, reforçando o que se aponta na literatura sobre os agentes que podem potencializar as práticas de cuidado e enfrentamento às violências da sociedade brasileira (Francisco et al., 2020; Navasconi, 2018; Tavares & Kuratani, 2019). Observou-se também o quanto o tema suporte social auxiliou na compreensão de como as mulheres articularam estratégias de enfrentamento individuais e coletivas para a melhora no BES (Paveltchuk, Damasio & Borsa, 2019a).

Situa-se que não há pretensão com este estudo de esgotar a discussão, por isso como limitações do estudo se apresentam as seguintes questões que não foram exploradas, por via de não ser possível no período curto destinado à realização do estudo explorar outras categorias sociais que perpassam a vivência dessas mulheres. Para outras investigações envolvendo esse tema, seria pertinente analisar aspectos de gênero, classe, geração que surgiram nas narrativas das entrevistadas, tendo muita relevância para a compreensão das discriminações e constituição da identidade social.

Outro fator não explorado no estudo e também associado com a característica da amostra é a discussão sobre cisgeneridade, visto que se apresenta no estudo a realidade de mulheres cisgênero. Sendo muito necessário que possam ser também elaboradas compreensões acerca

das vivências de mulheres transexuais, as quais são pouquíssimas discutidas nas temáticas envolvendo lesbianidade e análise racial. Vale acrescentar que a ampliação da amostra para outros contextos além das páginas das redes sociais voltadas para conteúdos de afirmação identitária e fortalecimento da autoestima coletiva, podem trazer dados que se associam às variáveis analisadas de forma distinta.

Embora as entrevistas e questionário sociodemográfico sejam instrumentos valiosos para conseguir abarcar a questão norteadora e os objetivos da pesquisa, vale ressaltar que estes também possuem limitações que tocam na dificuldade de tratar os vieses das análises, bem como não permitem o cruzamento entre as variáveis avaliadas. Sugere-se que novos estudos, por meio de métodos quantitativos, complementariam essas associações entre as discriminações e outros aspectos não explorados acerca da identidade social, podendo ainda alcançar uma amostra muito maior e incluir mais temas para serem investigados e aprofundar as discussões abordadas, como a discussão sobre religião que se destacou em algumas narrativas das entrevistadas e no item do questionário sociodemográfico referente ao tema.

Considerando que essa instituição ao mesmo tempo que era importante para essas mulheres na dimensão de interações sociais, apoio cuidado, foi o espaço em que, muitas delas, necessitaram sair para conseguir se aceitar, enfrentar às discriminações, amar outras mulheres, afirmar sua existência e ter a liberdade de viver sendo quem são. Buscando, assim, outros caminhos para cuidar da dimensão espiritual, crença em Deus, seja em outra religião e/ou filosofia de vida, seja em crenças pessoais desenvolvidas por elas ao longo do seu conjunto de experiências.

No que tange ao BES seria importante acrescentar estudos com escalas padronizadas e validadas envolvendo o construto de felicidade e discriminação para explanar e identificar os indicadores que relacionam essas duas variáveis com maior precisão, apontando outros afetos positivos e negativos desencadeados. Elencando outros eventos estressores e alcançando uma amostra com um quantitativo maior de mulheres e, conseqüentemente, uma variedade de vivências, de estados emocionais e páginas das redes sociais (Albuquerque, Parente, Belém & Garcia, 2016). Além disso, não foram explorados os possíveis impactos da pandemia de coronavírus e do atual cenário político nas experiências de vida das mulheres entrevistadas, podendo ser temáticas relevantes por entender os agravantes ao BES das mulheres negras lésbicas ocorridos mediante esses eventos estressores, juntamente com as desigualdades estruturais já historicamente presentes em seu dia a dia.

Ressalta-se que o caminho trilhado até aqui foi instigante e espinhoso ao ser reconhecido pela pesquisadora nas narrativas das entrevistadas vivências que também perpassam a sua subjetividade e de tantas outras mulheres. Por sorte, muitas delas conseguiram resistir ao longo dos séculos deixando pistas sobre como se proteger e ao mesmo tempo enfrentar as estruturas que ferem a existência lésbica e negra. Lutar e pensar sobre as questões que afligem o BES dessas mulheres é essencial, mas também não seria possível continuar esse estudo sem deixar fluir desejo, amorosidade e compromisso em cada capítulo.

Reflico que visibilizar as narrativas de mulheres negras e lésbicas possibilita auxiliar na criação de maneiras de garantir a proteção social dessas mulheres, buscando que seus direitos sejam assegurados. Enfatizando a necessidade de mudança de comportamento social e cultural referente ao modo como racismo, sexismo e lesbofobia impactam a qualidade de vida dessas mulheres (Chella, 2017; Francisco et al., 2020). Destrinchando ao logo dos resultados como determinados agentes sociais operam na produção de eventos estressores, destacando as discriminações, pode-se perceber como paralelamente surgem recursos moderadores que potencializam as estratégias de enfrentamento. Ampliando os meios de proteção e seguridade social como acesso aos direitos, fortalecimento da rede de apoio de grupos da comunidade negra e LGBTQIA+, identificando referências em outras mulheres negras e lésbicas, sobretudo no lócus das redes sociais acessadas para o alcance das entrevistadas (Lemos, 2021; Navasconi, 2018; Paveltchuk, Damasio & Borsa, 2019a; Silva, 2016).

Levando em conta as potencialidades dos recursos individuais desenvolvidos pelas participantes ao longo de sua trajetória de vida, as entrevistas possibilitaram se tornar um espaço de expressão das diversas estratégias desenvolvidas para regular seu BES. Assim, puderam descrever, relacionar os acontecimentos e criar um momento de reflexão, atribuindo significados aos elementos que são rememorados acerca de suas histórias. Conforme elas foram contando, enfatizaram o quanto esse momento com a pesquisadora, ajudou-as resgatar suas memórias e as percepções que se modificaram acerca do que já vivenciaram. Configurando-se, por conseguinte, num espaço de aprendizagens, mas também de autoconhecimento e expressão das emoções, de modo a serem acolhidas e terem suas histórias valorizadas, reconhecendo suas potencialidades (Gil, 2008; Muylaert et al., 2014).

Consequentemente, como possibilidades para a prática da(o) psicóloga(o), esses dados podem contribuir para que, cada vez mais, a psicoterapia esteja ancorada em um repertório cultural que propicie à comunidade LGBTQIA+ produção de bem-estar, acolhimento e promoção de qualidade de vida.

O que implica em três dimensões essenciais para a atuação clínica, dentre elas: a consciência da(o) psicoterapeuta sobre suas crenças, comportamentos, valores e preconceitos; acesso a conhecimentos acerca desse grupo no que se refere à sua história, processos de discriminação, desenvolvimento de sua identidade; competências específicas para avaliar e intervir de forma ética, com abordagens que possam auxiliar no manejo do sofrimento de forma eficaz, acolhedora e atenta aos estímulos do contexto social (Moleiro & Pinto, 2009; Navasconi, 2018; Tavares & Kuratani, 2019). Incluindo que por meio da elaboração de diálogos com diferentes áreas do conhecimento, se fez tangível perceber a complexidade que envolve a atenção e cuidado ao BES, sendo isso tão pouco possível sem pensar a noção de rede como agente potencializadora de transformação social.

Faz-se imprescindível também fortalecer as estratégias coletivas já existentes nas interações sociais como recurso de cuidado e proteção social. Para ilustrar, colaborei juntamente com mulheres de diversos movimentos e setores sociais — como o Potências Lésbi e o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Lesbianidade, Gênero, Raça e Sexualidade (LES) — na construção da carta encaminhada para a Câmara de Vereadores. Sendo esta lida na sessão especial ocorrida, em 15 de junho de 2022, na Câmara Municipal de Salvador, intitulada como: “Lésbicas e sapatonas em questão: na luta por políticas de vida” (Anexo A). Foi possível, assim, apresentar as demandas que atingem a qualidade de vida dessa população, visando implementar políticas públicas e ampliar as ações através do trabalho conjunto com a Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR) e as Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Dito isso, aqui escreve-se para todas as(os) profissionais, pesquisadoras(es), estudiosas(os) interessadas(os) e sensibilizas(os) pela temática. Contudo, não se pode deixar de mencionar que esse trabalho dialoga com todas aquelas mulheres que buscam questionar as crenças impostas nas interações sociais, resistir às opressões e ampliar as percepções atribuídas no que diz respeito às vivências que compõem a sua história. Assim, pode-se pensar em formas de intervir na sociedade a fim de projetar novas possibilidades de interações sociais. Aqui se nutre a esperança de que um dia não se precise enunciar os casos de discriminação, para que se busque o bem viver em coletividade das mulheres negras lésbicas.

## Referências

- Albuquerque G. L., Parente J. S., Belém J. M., & Garcia, C. L. (2016). Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis, e transexuais no interior do Ceará, Brasil. *Saúde Debate*, 40(109), 100-111.
- Akotirene, C. (2018). *O que é interseccionalidade*. Belo Horizonte: Letramento.
- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Boston: Addison-Wesley.
- Alves, R. M. (2019). *Negras e sapatões: uma análise sobre elaborações de identidades nos movimentos lésbico e racial no Distrito Federal* (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/36784>.
- Aquino, P. S., Ximenes, L. B., & Pinheiro, A. K. B. (2010). Políticas públicas de saúde voltadas à atenção à prostituta: breve resgate histórico. *Enfermagem em Foco*, 1(1), 18-22. <http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/4>
- Bear, M. F. (2002). Transmissão sináptica. In M. F. Bear, B. W. Connors, M. A. Paradiso (Org.), *Neurociências: Desvendando o sistema nervoso*. (2a ed. cap. 5). Porto Alegre: Artmed.
- Becker, J. C., & Sibley, C. G. (2016). Sexism. In T. D. Nelson. (Org.), *Handbook of prejudice, stereotyping and discrimination*. (2a ed., cap. 13). New York: Psychology Press.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade* (2a ed.). Lisboa: Dinalivro.
- Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em tese*, 2(1), 68-80. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp063oa>
- Braz, J. C. (2018). Mulheres pretas lésbicas no mercado de trabalho em Salvador: Um olhar interseccional. *Anais do Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração*, São Paulo, SP, Brasil, 29.
- Butler, J. (2009). Performativity, precarity and sexual politics. *Revista de Antropologia Iberoamericana*, 4(3), 1-13. <https://www.aibr.org/antropologia/04v03/criticos/040301b.pdf>
- Campbell, A. (1976). Subjective measures of well-being. *American Psychologist*, 31(1), 117-124. doi: 10.1037/0003-066X.31.2.117
- Cardoso, M. R., & Ferro, L. F. (2012). Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(3), 552-563. doi.org/10.1590/S1414-98932012000300003

- Carr, S., & Pezzella, A. (2017). Sickness, “sin” and discrimination: Examining a challenge for UK mental health nursing practice with lesbian, gay and bisexual people. *Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing*, 24, 553-560. doi:10.1111/jpm.12402
- Chella, B. (2017, Agosto 29). *Lesbianidade: “Toda discriminação é ruim. A pior é no ambiente familiar.”* [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=MNqpc4z8td0>
- Choi K., Paul J., Ayala J., Boylan R., Gregorich S. E. (2013). Experiences of discrimination and their impact on the mental health among african american, asian and pacific islander, and latino men who have sex with men. *American Journal of Public Health*, 103(5), 868-874.
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Os povos indígenas na América Latina: Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos*. Santiago: Nações Unidas, 2015.
- Conselho Federal de Psicologia (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2019). *Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs*. Brasília: CFP.
- Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual (2017). *Diversidade Sexual e a Cidadania LGBT* (2a ed.). São Paulo: IMESP.
- Crenshaw, K.W. (2005). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. *Cahiers du Genre*, 39(2), 51-82. [https://www.cairn-int.info/article-E\\_CDGE\\_039\\_0051--mapping-the-margins-intersectionality.htm#](https://www.cairn-int.info/article-E_CDGE_039_0051--mapping-the-margins-intersectionality.htm#)
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Damasceno, K. T. (2011). *Mal ou bem procedidas: cotidiano e transgressões das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279443/1/Damasceno\\_KarineTeixeira\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279443/1/Damasceno_KarineTeixeira_M.pdf)
- Deci, E. L., & Ryan, R. M. (2008). Hedonia, eudaimonia, and well-being: An introduction. *Journal of Happiness Studies*, 9(1), 1-11. doi: 10.1007/s10902-006-9018-1
- Dews, J. O. (2013). *Amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling: uma descrição dos métodos* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/93246>
- Diener, E. (1984). Subjective Well-Being. *Psychological Bulletin*, 95(1), 542-575.
- Diener, E., & Ryan, C. (2009). Subjective well-being: A general overview. *South African Journal of Psychology*, 39(1), 391-406. doi: 10.1177/008124630903900402
- Duarte, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, n. 115, p. 139-154, 2002.



- Evaristo, C. (2017). *Poemas da recordação e outros movimentos* (3a ed.). Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- Fernández, J.; Momoitio, A. (2016). L-E-S-B-O-F-O-B-I-A: ¿Por qué y como hay que nombrarla?. *Revista Viento Sur*, 146(1).
- Ferreira, A. Jr. (2016). *Discursos nos comentários sobre notícias de suicídio na internet a partir de três estudos de casos* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador. [https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/avimar\\_junior\\_tese.pdf](https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/avimar_junior_tese.pdf)
- Firmino, C. R. (2018). Os dados governamentais e a violência letal contra lésbicas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 28(1), 1-4. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n163222>
- Fiske, S. T. (1998). Stereotyping, prejudice, and discrimination. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology* (4a ed., pp. 357-413). New York: McGraw-Hill.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3a ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Foucault, M. (1972). *A história da loucura*. (11a ed., J. T. Coelho Neto, Trad.). São Paulo: Perspectiva.
- Francisco, L. C. F. L., Barros, A. C., Pacheco, M. S., Nardi, A. E., & Alves, V. M. (2020). Ansiedade em minorias sexuais e de gênero: uma revisão integrativa. *J. bras. Psiquiatr.*, 69(1), 48-56. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0047-20852020000100048&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852020000100048&lng=en&nrm=iso)
- Galinha, I. C. (2008). *Bem-estar subjetivo – Fatores cognitivos, afetivos e contextuais*. Coimbra: Quarteto.
- Giacomoni, C. H. (2004). Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida. *Temas em Psicologia*, 12(1), 43-50. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2004000100005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000100005)
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 1(1), 223-244. <http://www.campogrande.ms.gov.br/semu/downloads/racismo-e-sexismo-na-cultura-brasileira-artigo/>
- Hebl, M. R., King, E. B., Glick, P., Singletary, S. L., & Kazama, S. (2007). Hostile and benevolent reactions toward pregnant women: Complementary interpersonal punishments and rewards that maintain traditional roles. *Journal of Applied Psychology*, 92(6), 1499–1511.
- Hooks, B. (2005). Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, 3(2), 464-478. <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>

- Iglésias, F. (1992). Encontro de duas culturas: América e Europa. *Estudos avançados*, 6(14), 23-37. <https://www.scielo.br/pdf/ea/v6n14/v6n14a03.pdf>
- Ito, T. A., & Tomelleri, S. (2017). Seeing is not stereotyping: the functional independence of categorization and stereotype activation. *Social Cognitive and Affective Neuroscience*, 12(5), 758-764.
- Kilomba, G. (2019). Quem pode falar? Falando do centro, descolonizando o conhecimento. In G. Kilomba, *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano* (1ª ed., pp. 47-69). Rio de Janeiro: Cobogó.
- Lacerda M., Pereira C., & Camino L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 165-178. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722002000100018>
- Leão, R. (2017). *Tudo nela brilha e queima*. São Paulo: Planeta do Brasil.
- Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm)
- Lemos, A. C. S. (2021). Interloquções das militâncias: academia e movimentos. In D. Brunetto, & G. Tagliamento (Org.), *Arco-íris para quem? (In)visibilidades lésbicas e sapatônicas* (1ª ed., cap. 9). Curitiba: UFPR.
- Lessa, P. (2007). *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)* (Tese de doutorado). Universidade de Brasília, Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3411>
- Lima, M. E. O. (2020). *Psicologia social do preconceito e do racismo*. São Paulo: Blucher Open Access.
- Lima, T. J. S. (2016). *O papel de representações sobre raça e classe social no preconceito e discriminação* (Tese de doutorado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8543?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8543?locale=pt_BR)
- Lorde, A. (1983). *There is no hierarchy of oppressions*. New York: Council on Interracial Books for Children. [https://uuliveoak.org/pdfs/worship\\_9-04-09\\_excerpts\\_no\\_hierarchy\\_of\\_oppressions.pdf](https://uuliveoak.org/pdfs/worship_9-04-09_excerpts_no_hierarchy_of_oppressions.pdf)
- Lorde, A. (2019). *Irmã outsider*. (1ª ed., Stefhanie Borges, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. L. (2004). Marcas do corpo, marcas de poder. In G. L. Louro (Org.), *Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer* (1ª ed., pp. 75-90). Belo Horizonte: Autêntica.
- Machado, W. L., & Bandeira, D. R. (2012). Bem-estar psicológico: definição, avaliação e principais correlatos. *Estudos de Psicologia*, 29(4), 587-595. <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v29n4/v29n4a13.pdf>

- Major, B., & Dover, T. L. (2016). Attributions to Discrimination: Antecedents and Consequences. In T. D. Nelson (Org.), *Handbook of prejudice, stereotyping and discrimination* (2a ed., cap. 8). New York: Psychology Press.
- McGarty, C. (2018). Social Categorization. *Oxford Research Encyclopedia of Psychology*, 1(1), 1-12. doi.org/10.1093/acrefore/9780190236557.013.308
- Melo, C. V. G. (2014). *Estratégias de Enfrentamento de Pessoas Negras e com Deficiência Frente ao Duplo Estigma* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador. [https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/carlos\\_vinicius\\_gomes\\_melo.pdf](https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/carlos_vinicius_gomes_melo.pdf)
- Messeder, S. A. (2014). Uma existência de gozos, bonitezas, perdas e danos: reflexões e práticas sobre sexualidade e atos performativos de gênero em nosso cotidiano. *Rev. Espaço Acadêmico*, 13(154), 18-30. <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/23060>
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, Social Stress, and Mental Health in Lesbian, Gay, and Bisexual Populations: Conceptual Issues and Research Evidence. *Psychological Bulletin*, 129(5), 674-697. doi: 10.1037/0033-2909.129.5.674
- Moleiro, C., & Pinto, N. (2009). Diversidade e psicoterapia: expectativas e experiências de pessoas LGBT acerca das competências multiculturais de psicoterapeutas. *Ex Aequo*, 20(1), 159-172.
- Mott, L. (1987). *O Lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto.
- Munanga, K. (2004). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In K. Munanga, Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: EDUFF. <https://repositorio.usp.br/item/001413002>
- Muylaert, C. J., Jr. Sarubbi, Vicente, Gallos, P. R., Neto, M. L. R., & Reis, A. O. A. (2014). Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Rev. esc. enferm. USP*, 48(2), 193-199. [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-62342014000800184&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342014000800184&lng=en&nrm=iso). acesso em 29 Mar. 2018.
- Nascimento, G. X. C. (2019). *Você Pode Substituir Mulheres Negras Como Objeto de Estudo por Mulheres Negras Contando Sua Própria História*. Rio de Janeiro: Malê.
- Navasconi, P. V. P. (2018). *Vida, adoecimento e suicídio: racismo na produção do conhecimento sobre jovens negros/as LGBTTIS* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá. <http://www.ppi.uem.br/arquivos-para-links/teses-e-dissertacoes/2016-1/paulo-vitor>
- Neuman, W. L. (2006). *Social Research methods: qualitative and quantitative approaches* (6a ed.). Boston: Pearson/AandB.
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e psicologia feminista* (1a ed.). Salvador: Editora Devires.

- Nogueira, M. G. M. (2015). *A relação entre o bem-estar subjetivo, o suporte social e a esperança, na população prisional* (Dissertação de mestrado). Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa.
- Nunes, A. I. F. (2015). *Prostituição feminina negra: uma análise da violência racial e de gênero na trajetória de vida* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16514>
- Oliveira, J. M. D., & Mott, L. (Orgs.) (2020). *Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia* (1a ed.). Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia.
- Oliveira, M. C. M. G. (1998). *O senhor negritude: um caso de suicídio, depressão e dor mental* (Dissertação de mestrado). Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa. <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/743>
- Pacheco, A. C. L. (2008). *“Branca para casar, mulata para “F” e negra para trabalhar”:* escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Paveltchuk, F. O., Damasio, B. F., & Borsa, J. C. (2019a). Impact of Sexual Orientation, Social Support and Family Support on Minority Stress in LGB People. *Trends Psychol.*, 27(3), 735-748. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2358-18832019000300735&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2358-18832019000300735&lng=en&nrm=iso)
- Paveltchuk, F. O., Damasio, B. F., & Borsa, J. C. (2019b). Indicadores de bem-estar subjetivo e saúde mental em mulheres de diferentes orientações sexuais. *Psico*, 50(3), 1-13. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2019.3.31616>
- Pereira, C. R.; Sindic, D., & Camino, L (2013). Metodologia da pesquisa em Psicologia Social. In L. Camino, A. R. R Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Orgs.). *Psicologia Social: Temas e Teorias* (2a ed., pp. 109-186). Brasília: Technopolitik.
- Pereira, M. E. (2013). Cognição Social. In L. Camino, A. R. R Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Orgs.). *Psicologia Social: Temas e Teorias* (2a ed., pp. 191-262). Brasília: Technopolitik.
- Peres, M. C. C., Soares, S. F., Dias, M. C. (2018). *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017* (1a ed.). Rio de Janeiro: Livros Ilimitados.
- Petrucelli, J. L., & Saboia, A. L. (Orgs.). (2013). *Características Étnico-raciais da População: classificações e identidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.* <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>
- Priore, M. D. (2009). *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia* (2a ed., H. R. Candiani, Trad.). São Paulo: Editora UNESP.
- Rago, M. (2013). *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade.* Campinas: Editora da Unicamp.

- Ravagnoli, N. C. S. R. (2018). A entrevista narrativa como instrumento na investigação de fenômenos sociais na Linguística Aplicada. *Revista The Especialist*, 39(3). <https://revistas.pucsp.br/esp/article/view/34195>
- Rede Feminista de Saúde (2006). *Saúde das Mulheres Lésbicas: Promoção da equidade e da integralidade*. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde.
- Rich, A. (1980). Heterossexualidad obligatoria y existencia lesbiana. *Revista d'Estudis Feministes*, 10(1), 15-42. <http://www.mpisano.cl/psn/wp-content/uploads/2014/08/Heterossexualidad-obligatoria-y-existencia-lesbiana-Adrienne-Rich-1980.pdf>
- Rich, A. (1981). La contrainte à l'hétérosexualité et l'existence lesbienne. In: *Nouvelles Questions Féministes*, Paris: Tierce, 1(1), 15-43. <https://feministes-radicales.org/wp-content/uploads/2012/03/Adrienne-Rich-La-contrainte-%C3%A0-lh%C3%A9t%C3%A9rosexualit%C3%A9-et-l'existence-lesbienne.pdf>
- Roccas, S., & Brewer, M. B. (2002). Social Identity Complexity. *Personality and Social Psychology Review*, 6(2), 88-106. [https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1207/S15327957PSPR0602\\_01?journalCode=psra](https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1207/S15327957PSPR0602_01?journalCode=psra)
- Ryff, C. (1989). Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57(1), 1069-1081. doi: 10.1037/0022-3514.57.6.1069
- Sanches, D., Contarato, A., & Azevedo, A. L. (2018). Dados públicos sobre violência homofóbica no Brasil: 28 anos de combate ao preconceito. *Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas*. Recuperado de <http://dapp.fgv.br/dados-publicos-sobre-violencia-homofobica-no-brasil-28-anos-de-combate-ao-preconceito/>
- Santos, C. M. S. S. (2018). *A psicologia no enfrentamento da violência contra as mulheres: Perspectiva de gênero e interseccionalidades* (Trabalho de Conclusão de Curso). Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia.
- Santos, L. A. (2019). *Refúgio e suas interseccionalidades: os desafios da história única* (Dissertação de mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. <https://pospsi.com.br/refugio-e-suas-interseccionalidades-os-desafios-da-historia-unica/2085>
- Santos, M. J. M. (2006). *Esteretipos, preconceitos, axé-music e pagode* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador. [https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/marcos\\_joel.pdf](https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/marcos_joel.pdf)
- Schucman, L. V. (2012). *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/pt-br.php>
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do Trabalho Científico* (23a ed., cap. 5). São Paulo: Cortez.
- Silva, T. L. (2017). Construindo identidades de gênero, raça e sexualidade no Terreiro São Jorge da Gomeia. *Anais do Seminário Internacional Enlacando Sexualidades*, Salvador, BA, Brasil, 5. <https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/resumo.php?idtrabalho=330>

- Silva, Z. P. (2016). “*Sapatão não é bagunça*”: estudo das organizações lésbicas na Bahia (Tese de doutorado). Universidade do Estado da Bahia, & Universidade Federal da Bahia, Salvador. <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24026/1/TESE%20SAPAT%C3%83O%20N%C3%83O%20%C3%89%20BAGUN%C3%87A.pdf>
- Soares, S. F., Peres, M. C. C., & Dias M. C. M (2021). Lesbocídio: desdobramentos da pesquisa sobre morte de lésbicas. In D. Brunetto, & G. Tagliamento (Org.), *Arco-íris para quem? (In)visibilidades lésbicas e sapatônicas* (1ª ed., cap. 8). Curitiba: UFPR.
- Souza, L. K. (2018). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 51-67. [https://www.researchgate.net/publication/335445062\\_Pesquisa\\_com\\_analise\\_qualitativa\\_de\\_dados\\_conhecendo\\_a\\_Analise\\_Tematica](https://www.researchgate.net/publication/335445062_Pesquisa_com_analise_qualitativa_de_dados_conhecendo_a_Analise_Tematica)
- Souto, L. (2018). Assassinatos de LGBT crescem 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório. *O Globo Sociedade*. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785>
- Souza, L. K. (2018). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 51-67. [https://www.researchgate.net/publication/335445062\\_Pesquisa\\_com\\_analise\\_qualitativa\\_de\\_dados\\_conhecendo\\_a\\_Analise\\_Tematica](https://www.researchgate.net/publication/335445062_Pesquisa_com_analise_qualitativa_de_dados_conhecendo_a_Analise_Tematica)
- Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* (1a ed.). Rio de Janeiro: Edição Graal. <https://psicanalisepolitica.files.wordpress.com/2014/10/tornar-se-negro-neusa-santos-souza.pdf>
- Stangor, C. (2016). The study of stereotyping, prejudice, and discrimination within social psychology: A quick history of theory and research. In T. D. Nelson (Org.), *Handbook of prejudice, stereotyping and discrimination* (2a ed., cap. 1). New York: Psychology Press.
- Swain, N. T. (2000). A Invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: *Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História: Feminismos, teorias e perspectivas*. Brasília: UnB, 8(1), 47-84. <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27803>
- Stangor, C. (2016). The study of stereotyping, prejudice, and discrimination within social psychology: A quick history of theory and research. In T. D. Nelson (Org.), *Handbook of prejudice, stereotyping and discrimination* (2a ed., cap. 1). New York: Psychology Press.
- Tajfel, H. (1978). Interindividual behavior and intergroup behavior. In H. Tajfel (Ed.), *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relations* (pp. 27-60). London: Academic.
- Tavares, J. S. C., & Kuratani, S. M. A. (2019). Manejo clínico das repercussões do racismo entre mulheres que se “Tornaram Negras”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(1), 1-13. [doi.org/10.1590/1982-3703003184764](https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764)

- Toledo, L. G. (2008). *Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista, São Paulo.  
<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/97601>
- Toledo, L. G., & Pinafi, T. (2012). A clínica psicológica e o público LGBT. *Psic. Clin.*, 24(1), p. 137 – 163.
- Tolentino, J. G. (2018). *Eu sou definida como a outra em cada grupo que eu faço parte: reflexões sobre a produção de conhecimento de feministas negras, lésbicas e decoloniais* (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. <https://www.abpn.org.br/banco-de-teses>
- Trevisan, J. S. (2018). *Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (4a ed.). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Turner, J.C. (1985) Social categorization and the self-concept: a social cognitive theory of group behavior. In E.J. Lawler (Ed.), *Advances in Group Processes*, pp. 77–122. Greenwich, CT: JAI Press.
- Turner, J. C., & Reynolds K. J. (2012). Self-Categorization Theory. In P. A. M. Van Lange, A. W. Kruglanski, & E. T. Higgins (Eds.), *Handbook of Theories of Social Psychology* (1a ed., cap. 46). London: Sage. <http://dx.doi.org/10.4135/9781446249222.n46>
- Stangor, C. (2016). The study of stereotyping, prejudice, and discrimination within social psychology: A quick history of theory and research. In T. D. Nelson (Org.), *Handbook of prejudice, stereotyping and discrimination* (2a ed., cap. 1). New York: Psychology Press.
- Wittig, M. (2006). No se nace mujer. In M. Wittig, *El pensamiento heterosexual y otros ensayos* (2a ed., pp. 31-44). Madrid: EGALES.

## Apêndices

### Apêndice A - Termo de Consentimento

#### Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezada participante,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “**As percepções das mulheres negras lésbicas acerca dos efeitos das discriminações em seu bem-estar subjetivo**”, desenvolvida por Maéli Arali Lima Rodrigues, discente de Mestrado em Psicologia Social e do Trabalho da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sob orientação da Professora Elza Maria Techio. Essa pesquisa segue às exigências das Resoluções 466/2012-Conselho Nacional de Saúde e 510/2-18-Conselho Nacional de Saúde.

O objetivo central do estudo é compreender de que forma as discriminações relacionadas à sexualidade que as mulheres negras lésbicas percebem no seu dia a dia podem afetar o seu bem-estar subjetivo. O convite a sua participação se deve ao reconhecimento da sua lesbianidade, pela sua autodeclaração racial como preta ou parda, e por já ter identificado experiências de discriminação por ser lésbica.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

**Confidencialidade e privacidade:** Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, as entrevistas só serão gravadas mediante sua autorização, sendo o material armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.



(Assinatura pesquisadora)

(Assinatura participante)

**Identificação da participante e procedimentos:** A identificação do seu nome ao longo da pesquisa só será utilizada mediante o seu desejo e interesse, podendo ser também preservada através da utilização de um nome fictício conforme sua preferência. A sua participação consistirá em responder o questionário sociodemográfico e narrar suas experiências através da entrevista realizada pela pesquisadora, que será gravada mediante sua autorização. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora, e do questionário aproximadamente 10 minutos. As entrevistas serão transcritas e armazenadas em arquivos digitais da pesquisadora e do Laboratório de Estudos dos Processos Psicológicos e Sociais (LEPPS) da UFBA, mas somente terão acesso aos arquivos a pesquisadora e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo digital, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12.

**Benefícios e riscos:** Caso concorde em participar das entrevistas, você estará colaborando com a compreensão fatores que afetam o bem-estar subjetivo das mulheres negras lésbicas, trazendo avanços para o conhecimento científico sobre o tema. O maior benefício às participantes será a possibilidade de falar abertamente sobre suas narrativas, podendo elaborar novos significados e sentidos para suas experiências. As participantes estarão sujeitas a riscos de sentirem-se tristes, ansiosas, estressadas, desconfortáveis ou vir a chorar, reações comuns em rememoração de episódios de ter sido vítima de discriminação, porém, esse risco vai ser semelhante a outras situações em que precisem escrever ou falar sobre o assunto abordado. A pesquisadora compromete-se em oferecer o apoio socioafetivo que se fizer necessário durante todo o momento da entrevista, bem como a possibilidade de encaminhar a entrevistada para serviços de atendimento psicológico gratuito, caso seja necessário e solicitado.

**Divulgação dos resultados da pesquisa:** Os resultados serão divulgados por meio de um relatório para instituições que desejem elaborar políticas públicas, serviços, atendimentos especializados para as demandas das mulheres negras lésbicas, bem como através da elaboração de artigos científicos e propostas de intervenção psicoterapêuticas e psicoeducativas para o público investigado. Por fim, a dissertação será disponibilizada publicamente para toda população que desejar utilizar o material.

(Assinatura pesquisadora)

(Assinatura participante)

**Observações:** Este termo está redigido em duas vias, ou seja, será oferecida uma cópia para a pesquisadora e outra para participante por meio do endereço de e-mail da entrevistada, na qual cada página deverá ser assinada por ambas, juntamente com as assinaturas da última página por meio de assinatura digital. A mesma será coletada antes do início da entrevista pela pesquisadora e editada por meio do programa Word, incluindo-a no local especificado no documento, considerando o cenário de pandemia da COVID-19, em que o distanciamento físico é uma medida de segurança e saúde.

**Dúvidas:** Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia - CEPIPS. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

**Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/IPS) para recurso ou reclamações**

Rua Aristides Novis, Campus São Lázaro, 197, Federação, CEP 40.170-055, Salvador, Bahia.

Telefone : (71)3283.6457

E-mail : cepips@ufba.br

**Se desejar, consulte ainda a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP):**

Telefone: (61) 3315-5878 / (61) 3315-5879      E-mail: conep@saude.gov.br

Nome da pesquisadora: \_\_\_\_\_

(Assinatura da pesquisadora)

**Contato da pesquisadora responsável**

Telefone: (71) 99905-7548

E-mail: maelliaraliupaf@gmail.com

**Declaro que entendi os objetivos e condições da pesquisa e concordo em participar.**

Nome da participante: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_      Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

(Assinatura da participante)

## Apêndice B – Questionário sociodemográfico

### 1. Questionário sociodemográfico

Nome fictício: \_\_\_\_\_

Identidade de gênero: ( ) Cisgênero ( ) Transgênero

Como você prefere identificar sua orientação sexual: \_\_\_\_\_

Cor autodeclarada: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Estado onde nasceu: \_\_\_\_\_ Cidade onde nasceu: \_\_\_\_\_

Estado onde mora: \_\_\_\_\_ Cidade onde mora: \_\_\_\_\_

Status de relacionamento: ( ) Casada ( ) Namorando ( ) Solteira Outro: \_\_\_\_\_

Nível de Escolaridade:

( ) Ensino Fundamental completo ( ) Ensino Médio completo Ensino Superior cursando ( )

Ensino Superior completo ( ) Outro: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Faz parte de algum grupo religioso e/ou filosofia de vida? \_\_\_\_\_ Em caso afirmativo, qual/quais? \_\_\_\_\_

Pensando numa escala de 1 a 5, em que 1 significa pouco importante e 5 muito importante, qual o grau de importância deste(es) em sua vida?

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

Faz parte de algum movimento e/ou coletivo social organizado? \_\_\_\_\_ Em caso afirmativo, qual/quais? \_\_\_\_\_

Pensando numa escala de 1 a 5, em que 1 significa pouco importante e 5 muito importante, qual o grau de importância deste(es) em sua vida?

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

### **Apêndice C - Roteiro da entrevista narrativa episódica**

- 1- Narre sobre como passou a se perceber como mulher negra e lésbica.
- 2- Fale-me sobre uma ou mais situações do cotidiano em que percebeu ser discriminada por conta da lesbianidade. Descreva os lugares onde ocorreu e as pessoas envolvidas.
- 3- Relate sobre como se sentiu com essa(as) experiência(as). Comente sobre as emoções e pensamentos que recorda ter vivido.
- 4- Conte-me sobre as consequências que percebeu em sua vida pessoal e em sua saúde.
- 5- Relate se percebeu alguma mudança na relação com outras pessoas após esse(es) episódio(os).
- 6- Caso deseje, compartilhe como você lidou e enfrentou essa(as) experiências(as).
- 7- Caso queira comentar sobre algo que não foi mencionado nos tópicos anteriores e/ou acrescentar algo, sinta-se à vontade.

## Apêndice D – Convite para entrevistadas



UFBA  
Universidade  
Federal da Bahia

# Convite



POPSI

Olá!

Gostaria de participar de uma entrevista online sobre vivências de mulheres negras lésbicas no Brasil?

A pesquisadora Maéli Arali está produzindo e reunindo informações que possam contribuir para a melhoria na qualidade de vida e no atendimento de profissionais da saúde e educação com a nossa comunidade.

Caso deseje participar estarei à disposição para explicar como seria a entrevista e o objetivo da pesquisa.

Agradeço desde já sua atenção!



## Anexo

## Anexo A – Sessão especial na Câmara Municipal de Salvador



Card do Evento



Foto: Valdemiro Lopes



Foto: Assessoria da vereadora Laina Crisóstomo